

# **RELATÓRIO**

## **(Volume I)**

**JANEIRO 2006**

**Elementos do Plano:**

**VOLUME I - Relatório**

**VOLUME II - Valores Naturais**

**Peças escritas** - Fichas de caracterização ecológica e de gestão: Habitats Naturais e Espécies da Flora e da Fauna

**Peças desenhadas** - Cartografia de Valores Naturais: Habitats Naturais e Espécies da Flora e da Fauna

**VOLUME III – Sítios da Lista Nacional e Zonas de Protecção Especial (ZPE)**

**Peças escritas** - Fichas de Sítios e ZPE

**Peças desenhadas** - Cartografia de Orientações de Gestão (Indicativa)

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	5
I- A REDE NATURA 2000.....	6
1. Definição .....	6
2. Enquadramento Comunitário .....	7
3. A Rede Natura 2000 em Portugal Continental.....	8
II - O PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000.....	10
1. Introdução .....	10
2. Objectivos e âmbito territorial.....	11
3. Acompanhamento da elaboração do Plano .....	16
4. Síntese metodológica .....	18
5. Análise Global.....	23
6. Avaliação de incidências e impactes ambientais.....	49
7. Articulação com outros instrumentos de gestão territorial.....	51
7.1. Análise de Planos, Programas e projectos .....	53
7.2. Inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial.....	54
8. Fontes de Financiamento.....	57
9. Acompanhamento, avaliação e revisão do Plano .....	61
10. Divulgação .....	63
ANEXOS .....	64
ANEXO I.....	65
A Rede Natura 2000 e a sua implementação .....	65
1. A Directiva Aves (79/409/CEE) .....	65
2. A Directiva Habitats (92/43/CEE) .....	65
3. A Rede Natura 2000 na União Europeia.....	68
4. Enquadramento Nacional .....	69
4.1. As Zonas de Protecção Especial (ZPE) classificadas no âmbito da Directiva Aves .....	70
4.2. Os Sítios classificados no âmbito da Directiva Habitats .....	72
4.3. Estudos desenvolvidos para a elaboração da Lista Nacional de Sítios .....	75

ANEXO II.....	77
Ocorrência de Habitats naturais e de espécies da Flora e da Fauna, em Sítios e Zonas de Protecção Especial (ZPE)	
ANEXO III .....	128
Critérios para a definição de espécies – alvo (avifauna) nas Zonas de Protecção Especial (ZPE)	
ANEXO IV .....	131
Listagem de Planos, Programas e Projectos sectoriais	

## PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

## RELATÓRIO

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório (Volume I) está estruturado em duas partes. A primeira incide sobre o significado da Rede Natura 2000 e sua implementação aos níveis comunitário e nacional, encontrando-se remetida para o Anexo I informação relativa às Directivas comunitárias Aves e Habitats e ao enquadramento da Rede Natura 2000 a nível nacional. Na segunda parte é abordado o desenvolvimento e conteúdo do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, adiante designado por PSRN2000.

Como elementos fundamentais do Plano consideram-se ainda:

- o Volume II, no qual se integra toda a informação descritiva e cartográfica (disponível em formato digital em **www.icn.pt**) relevante e disponível para o conjunto dos valores naturais das Directivas Aves e Habitats que exigem a designação de Zonas Especiais de Conservação ou Zonas de Protecção Especial;
- o Volume III, composto pelo conjunto de fichas relativas a cada Sítio da Lista Nacional e Zona de Protecção Especial, adiante designados respectivamente por Sítio e por ZPE, assim como, informação cartográfica indicativa de orientações de gestão (disponível em formato digital em **www.icn.pt**) ;

## I - A REDE NATURA 2000

### 1. Definição

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Directivas nº 79/409/CEE (Directiva Aves) e nº 92/43/CEE (Directiva Habitats), e tem por *”objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável”*<sup>1</sup> (Anexo I, nºs 1 e 2)

Esta rede é formada por:

- Zonas de Protecção Especial (ZPE) estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - e para os fins deste Plano, os Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Importância Comunitária - criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo expresso de *”contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia”*.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (Anexo I).

---

<sup>1</sup> Artigo 2º da Directiva 92/ 43 /CEE de 21 de Maio de 1992 (Directiva Habitats)

## 2. Enquadramento comunitário

A selecção das áreas da Rede Natura 2000 tem por base critérios exclusivamente científicos. No caso das áreas designadas ao abrigo da Directiva Habitats é da competência de cada Estado Membro a elaboração de uma proposta nacional de Sítios de Importância Comunitária (pSIC), sob a forma de uma Lista Nacional de Sítios (que em Portugal foi publicada em duas fases). A partir das várias propostas nacionais a Comissão Europeia, em articulação com os Estados-Membros, selecciona os Sítios de Importância Comunitária (SIC), que posteriormente serão classificados pelos Estados-Membros como Zonas Especiais de Conservação, culminando um processo faseado de co-decisão entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia.

A grande complexidade das tarefas envolvidas implicou que fossem ultrapassados pelos Estados-Membros os prazos inicialmente previstos na Directiva Habitats para a conclusão das diferentes fases:

- elaboração da Lista Nacional de Sítios - Junho de 1995
- selecção dos SIC - Junho de 1998
- designação formal como ZEC dos Sítios considerados de importância comunitária – Junho de 2004

No caso da Directiva Aves, cabe aos Estados-Membros proceder à classificação de Zonas de Protecção Especial, as quais, uma vez declaradas como tal à Comissão Europeia, passam desde logo a integrar a Rede Natura 2000.



Fig. 1 – Procedimentos para a criação da Rede Natura 2000

No Anexo I encontra-se referida a área abrangida à presente data pela Rede Natura 2000, nos vários países da União Europeia

### 3. A Rede Natura 2000 em Portugal Continental

As Directivas Aves e Habitats estão harmonizadas e transpostas para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, que define os procedimentos a adoptar em Portugal para a sua aplicação.

Os compromissos que advêm da aplicação destas Directivas não se esgotam com a implantação da Rede Natura 2000. Nos termos do referido Decreto-Lei n.º 140/99, a Rede Natura 2000 em Portugal continental é actualmente composta por:

- Sítios da Lista Nacional (criados ao abrigo das Resoluções de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto, e n.º 76/2000, de 5 de Julho), alguns dos quais entretanto designados como Sítios de Importância Comunitária para a Região Biogeográfica Atlântica (Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004 n.º C(2004) 4032 Joc L 387 de 29 de Dezembro (2004/813/CE);
- Zonas de Protecção Especial - ZPE (ZPE do Estuário do Tejo criada pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro, e restantes ZPE criadas pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro).

No território continental estão assim classificadas 29 ZPE e 60 Sítios, encontrando-se duas novas ZPE (Monchique e Caldeirão) em processo de classificação. Estas áreas classificadas abrangem uma superfície total terrestre de 1.820978,19 ha, representando cerca de 20,47% do território do Continente.

De acordo com o artigo 8º do citado Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, a classificação nacional dos Sítios e ZPE implica que:

- *Os instrumentos de planeamento territorial ou outros de natureza especial, quando existam, deverão conter as medidas necessárias para garantir a conservação dos habitats e das populações de espécies para os quais os referidos Sítios e áreas foram designados. No caso de as não conterem deverão integrá-las na 1ª revisão a que sejam sujeitos;*
- *Seja publicado um plano sectorial relativo à execução da Rede Natura 2000 que estabeleça as orientações para a gestão territorial dos Sítios e ZPE's e a conservação das espécies da fauna e flora e habitats.*

Posteriormente também a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (adiante designada por ENCNBD e aprovada pela RCM n.º 152/01, de 11 de Outubro), estabelece na sua primeira directiva de acção (Opção 4, “Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos Sítios e das Zonas de Protecção Especial integrados no processo da Rede Natura 2000”) a necessidade de elaboração e aprovação do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000. Da Opção 4 da ENCNB transcreve-se o seguinte texto:



**Relatório**

*“O estatuto próprio dos Sítios da Lista Nacional ou das Zonas de Protecção Especial, integrados no processo da Rede Natura 2000, não se confunde com o estatuto das áreas protegidas, não obstante o elevado número de sobreposições existentes. Assim (...) importa definir orientações no que se refere especificamente à Rede Natura 2000.*

*Desde logo, cumpre recordar que até à criação das chamadas Zonas Especiais de Conservação, o regime legal aplicável remete sobretudo para uma gestão territorial e das actividades que assegure efectivamente a manutenção dessas áreas num estado de conservação favorável, através da salvaguarda dos valores ambientais que motivaram a sua classificação.”*

## II. O PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

### 1. Introdução

O n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, tal como mencionado anteriormente, determina a elaboração de um plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 que estabeleça o “âmbito e enquadramento das medidas referentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas”.

Nos termos da Lei de Bases de Ordenamento do Território (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e respectiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro) os Planos Sectoriais *“são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território”* estabelecendo entre outros aspectos *“a articulação da política sectorial em causa com os demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis”*.

O PSRN2000, constitui assim um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios (e respectivas fases posteriores de classificação – SIC e ZEC), do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Nesta medida o cumprimento das orientações de gestão e das outras normas programáticas estabelecidas neste Plano será da responsabilidade da administração central e local, e poderá assumir várias formas designadamente:

- criação ou revisão do quadro legislativo;
- revisão ou alteração de outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente planos municipais, planos especiais de ordenamento do território e planos de génese sectorial ou regional;
- elaboração de Planos de Gestão territoriais;
- elaboração de Planos de Acção orientados para espécies ou habitats;
- integração e orientação de medidas programáticas ou de política sectorial tais como, e a título de exemplo, as enquadradas no Programa de Desenvolvimento Rural, na política da água ou de transportes ou nas políticas costeira e marinha;
- a elaboração de acordos, parcerias ou medidas contratuais (com actores públicos ou privados);
- estabelecimento de medidas de carácter administrativo.

## 2. Objectivos e âmbito territorial

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/01, de 6 de Junho, determina a elaboração do PSRN2000, de acordo com os seguintes objectivos:

**- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;**

O PSRN2000 constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios (e respectivas fases posteriores de classificação – SIC e ZEC), do território continental, através da manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

O mesmo Plano visa dar cumprimento a parte das disposições do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, explicitando a uma macro-escala as orientações estratégicas e de planeamento que os PMOT (instrumentos de planeamento territorial) e os PEOT (planos de natureza especial) deverão integrar, enformando ainda os demais instrumentos de gestão territorial, programas e políticas sectoriais.

Nesta medida é proposto um conjunto de Orientações de Gestão para todos os Sítios e ZPE relativo aos valores naturais que ocorrem nos mesmos, com vista a garantir a sua conservação a médio/longo prazo.

**- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;**

De acordo com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a fixação dos usos e do regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território, é efectuada através dos instrumentos de planeamento territorial (PMOT) e dos planos de natureza especial (PEOT), os quais para além das entidades públicas vinculam ainda, directa e imediatamente os particulares. Por outro lado e de acordo com o Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro, estes planos deverão adaptar-se às disposições contidas no PSRN2000.

O PSRN2000 permite assim orientar, a uma macro-escala e a nível nacional (tendo sido adoptada a escala 1:100.000), quais os usos e regimes de gestão compatíveis com a manutenção, num estado de conservação favorável, dos valores naturais ao abrigo dos quais os Sítios e ZPE foram criados, com vista a uma utilização sustentável do território.

**Relatório**

- **Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes no Sítios e ZPE;**

Constituiu uma das premissas deste Plano Sectorial usar informação já existente, produzida pelo ICN ou outras Instituições, dada a impossibilidade real de obter nova informação em tempo útil, face à área territorial abrangida pela Rede Natura 2000 no território do Continente.

Procedeu-se à sistematização e uniformização de toda a informação disponível sobre habitats naturais, espécies da flora e espécies da fauna. Não foi elaborada cartografia especificamente orientada para o PSRN2000, à excepção da cartografia da distribuição das espécies de aves.

A informação de base cartográfica encontra-se disponível em diversos formatos e com escalas de levantamento variadas, pelo que a sua sistematização, tendo em conta os objectivos do Plano e a sua escala de apresentação (1/100 000), implicou simplificações e generalizações. A sua transposição para outras escalas de trabalho, por uma questão de rigor técnico e científico, carece necessariamente de um trabalho acrescido por parte das equipas que procedem à elaboração dos planos (ou de projectos).

- **Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação;**

As orientações do plano dirigem-se aos valores efectivamente existentes no território e não aos territórios por si só, não constituindo assim o PSRN2000 um plano definidor de classes de uso ou de níveis de protecção do território, mas um instrumento de gestão da biodiversidade cuja tradução territorial decorre directamente do conteúdo biológico real de cada território.

A cartografia das orientações de gestão apresentada, juntamente com os outros elementos materiais do plano, visa dar directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação a estabelecer nos PMOT e PEOT, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão a estabelecer, com vista à utilização sustentável do território.

No que respeita às prioridades de conservação, as fichas dos Sítios e ZPE relevam nos textos de caracterização quais os principais valores naturais que motivaram a classificação da respectiva área, destacando-se ainda nos textos enquadradores das orientações de gestão, qual o âmbito e as principais medidas a ter em conta para a sua conservação.

- **Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;**

Faz parte integrante do PSRN2000, a caracterização dos valores naturais (Directivas Habitats e Aves) que ocorrem nos Sítios e ZPE. Neste sentido foram identificadas as principais ameaças à sua manutenção, os

**Relatório**

objectivos de conservação, e ainda as orientações de gestão necessárias para assegurar a sua conservação a médio/longo prazo (relativamente às ameaças e objectivos de conservação identificados).

As orientações de gestão a implementar nas áreas classificadas enquadram os usos e os regimes de gestão do território que garantem a valorização e manutenção dos valores naturais, num estado de conservação favorável, e são adoptadas tendo por base a informação acima mencionada.

**- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;**

O PSRN2000 constitui um instrumento de gestão territorial, de âmbito nacional, que vincula apenas entidades públicas, estabelecendo princípios e regras a definir em instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares.

Todos os instrumentos de planeamento territorial (PMOT) e planos de natureza especial, deverão integrar os condicionamentos expressos nas orientações de gestão preconizadas pelo PSRN2000, relativamente às actividades por eles regulamentadas.

A adaptação dos PMOT e dos PEOT às disposições contidas no PSRN2000 deve efectuar-se no prazo de seis anos após a aprovação deste (artigo 8º, nº 7 do citado Decreto-Lei n.º 140/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro).

As fichas de caracterização e a cartografia dos valores naturais constituem fontes de interpretação necessárias à integração das disposições do PSRN2000 nos planos supra referidos.

É de salientar que a cartografia disponível no PSRN2000 deve ser utilizada sempre a título indicativo, como orientação e enquadramento, atendendo fundamentalmente à escala de referência do plano (1/100 000), assim como ao dinamismo inerente aos sistemas naturais com a consequente desactualização da informação de base. Sempre que se torne necessário utilizar informação de base diversa daquela que consta no PSRN2000, o ICN deverá proceder à validação da mesma.

Também as orientações de gestão que constam do PSRN2000 deverão ser vertidas para outros planos, adaptando-se às suas especificidades e à respectiva escala de elaboração, tendo como suporte, a informação contida nas fichas dos valores naturais. Este processo de adaptação deverá igualmente ser validado pelo ICN.

A validação do ICN será feita no âmbito do normal acompanhamento da elaboração e aprovação dos planos ou, quando tal acompanhamento não se verificar, através da emissão de pareceres específicos solicitados pela entidade responsável pelos mesmos.

**Relatório**

- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais.

Em função das características dos Sítios e ZPE e também das tipologias de projectos susceptíveis de causarem impacto no património natural em causa, define-se o quadro de referência para o recurso a Avaliação de Impacte Ambiental ou Análise de Incidências Ambientais.

Este aspecto é particularmente importante no sentido em que fará diminuir a discricionariedade possibilitada tanto pela revisão do Decreto – Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio operada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro que considera sujeitos a AIA os projectos não abrangidos pelos limiares do seu Anexo II de acordo com os critérios definidos no seu anexo V, ou ainda os que pela sua natureza, localização ou dimensão sejam considerados como susceptíveis de provocar impactos significativos no ambiente. No mesmo sentido, e especificamente no que diz respeito à conservação da natureza está consagrada essa discricionariedade no âmbito do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro.

O Plano Sectorial vem contribuir significativamente para a clarificação da aplicação destas normas por razões de conservação da natureza ao tipificá-las em função da natureza dos projectos e dos sítios ou ZPE's em que pretende implantá-los.

São sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental os projectos (planos e programas) que se entende que afectam os sistemas naturais de forma não directa, implicando a avaliação de outros descritores – alterações a nível do solo, da qualidade da água; a análise de incidências ambientais é adoptada para os impactos que são directos, aligeirando nesses casos o procedimento. Incluir-se-ão neste modelo alguns projectos que não estão nos anexos do Decreto-Lei n.º 69/ 2000 de 3 de Maio, os quais são propostos em função da experiência existente conjugada com as orientações de gestão para cada Sítio ou ZPE. Isto significa que, com a publicação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, a aplicação do artº 10º do Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro, passará a estar bastante mais formatada e definida.

Subsiste a necessidade de desenvolver trabalho complementar no sentido de estabelecer critérios e limiares associados àqueles projectos (planos e programas), aspecto que se reveste de alguma complexidade e para o qual se torna necessária a colaboração dos vários sectores envolvidos e dos agentes económicos. A proposta de plano é assim omissa quanto à definição de limiares, mas pretende-se que sejam definidos na fase de Discussão Pública em função das contribuições dela resultantes. O PSRN2000 visa dar cumprimento a parte das disposições do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, explicitando as orientações estratégicas e de planeamento que, a uma macro-escala, deverão nortear os demais instrumentos de gestão territorial, e os programas, planos e políticas sectoriais.

**Relatório**

Neste contexto, a revisão, adaptação e criação daqueles instrumentos, programas, planos e políticas deverá ter em atenção: (i) a natureza genérica e orientadora deste Plano; (ii) a dinâmica dos valores naturais no território e, particularmente, nas áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000; (iii) o cumprimento da globalidade dos objectivos e disposições legais das Directivas Aves e Habitats.

O carácter estratégico destas orientações do Plano não permite definir os usos e respectivas restrições para espaços delimitados, que deverão ser posteriormente enquadrados nos outros instrumentos de planeamento e ordenamento a uma escala adequada.

O presente Plano Sectorial aplica-se às áreas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140/ 99, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, no território continental e identificadas no mapa adiante apresentado

### 3. Acompanhamento da elaboração do Plano

De acordo com o citado Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, “a elaboração dos planos sectoriais é acompanhada pelas autarquias locais cujos territórios estejam incluídos no respectivo âmbito de aplicação” e “quando a pluralidade dos interesses a salvaguardar o justifique, (...) é ainda acompanhada pela comissão mista de coordenação, cuja composição deve traduzir a natureza daqueles interesses e a relevância das implicações técnicas a considerar.”

Através da RCM n.º 66/01, de 6 de Junho, foi estabelecido o acompanhamento da elaboração do PSRN2000 por uma Comissão Mista de Coordenação, a qual integrou as seguintes entidades:

A. Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e Ambiente:

- Instituto da Conservação da Natureza – Presidente da CMC
- Instituto Nacional da Água
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

B. Ministério da Defesa Nacional

- Direcção Geral de Infra-Estruturas

C. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

- Auditoria Ambiental

D. Ministério da Economia

- Direcção Geral do Turismo

E. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

- Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
- Auditoria Ambiental

F. Associação Nacional de Municípios Portugueses

- Câmara Municipal da Figueira da Foz
- Câmara Municipal de Arouca

G. Organizações Não Governamentais de Ambiente

- GEOTA (designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente)

A composição desta Comissão sofreu algumas alterações, decorrentes das orgânicas dos diferentes governos constitucionais que, entretanto, tomaram posse.



**Relatório**

Acompanharam as reuniões e trabalhos da CMC, como convidados, representantes de cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Os trabalhos relativos à elaboração do PSRN2000 foram progressivamente apresentados e analisados pela Comissão Mista de Coordenação.

Por solicitação de alguns dos representantes dos sectores na CMC, foram ainda realizadas várias reuniões técnicas, nomeadamente com os serviços do Ministério da Agricultura, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministério da Economia e Inovação.

De acordo com o estabelecido no nº 1 do art.39º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a apresentação e debate sobre o PSRN2000 foi alargada aos Municípios cujos territórios se encontram abrangidos pela Rede Natura 2000.

Deste modo foram realizadas várias reuniões para as quais foram convidados todos os Municípios envolvidos, em duas fases distintas dos trabalhos: numa primeira fase (caracterização e cartografia de valores naturais) foram organizadas por região abrangida por cada CCDR (Janeiro de 2005) e, numa segunda fase (caracterização de Sítios e ZPE e cartografia de orientações de gestão), por abrangência e proximidade de Áreas Protegidas (Abril a Junho de 2005).

Estas reuniões tiveram como principal objectivo apresentar e prestar os devidos esclarecimentos acerca da metodologia adoptada na elaboração deste Plano e, fundamentalmente, recolher e analisar todos os contributos com vista à melhor aproximação possível às diversas realidades locais.

#### 4. Síntese Metodológica

Constituiu uma das premissas deste Plano Sectorial, usar informação já existente, produzida pelo ICN ou outras Instituições, dada a impossibilidade real de obter nova informação em tempo útil, face à área territorial abrangida pela Rede Natura 2000 no território do Continente. Este procedimento teve como excepção a produção de fichas descritivas de habitats naturais e cartografia de distribuição de espécies de aves, conforme adiante é referido.

Assim numa primeira fase procedeu-se à compilação, sistematização, e uniformização da informação de caracterização ecológica dos Habitats Naturais e espécies da Flora e Fauna dos anexos I e II da Directiva Habitats e I da Directiva Aves, que ocorrem nos Sítios e ZPE, classificadas no conjunto do território continental.

A informação foi organizada em fichas de caracterização ecológica e de gestão de valores naturais e fichas de Sítios e ZPE, tendo a cartografia da distribuição dos valores e as orientações de gestão sido digitalizadas na melhor escala disponível, adoptando sempre como referência do plano a escala de 1/ 100 000.

##### **Fichas de caracterização ecológica e de gestão dos Valores Naturais**

O conteúdo de cada uma das fichas de valores naturais inclui a caracterização do valor, a identificação de ameaças à sua manutenção, os objectivos de conservação identificados e ainda as orientações de gestão necessárias para assegurar a sua conservação a médio/longo prazo (considerando as ameaças e objectivos de conservação identificados). Relativamente à identificação das ameaças, foi efectuado o levantamento daquelas que são actuaes à presente data. Em casos específicos, alguns dos valores naturais foram agrupados em resultado de exibirem características ou exigências ecológicas e de gestão semelhantes. O conteúdo destas fichas encontra-se no Volume II.

Foram elaboradas 88 fichas de habitats naturais, 84 fichas de espécies da flora e 125 de espécies da fauna (incluindo o grupo da avifauna). As fichas dos habitats naturais foram elaboradas pela ALFA - Associação Lusitana de Fitossociologia. No caso das fichas das espécies da flora e da fauna, a informação recolhida é proveniente de vários projectos e estudos de inventariação e caracterização promovidos pelo ICN e pela comunidade científica portuguesa.

No caso da avifauna foram elaboradas as fichas das espécies consideradas mais relevantes para a coerência de cada uma das ZPE ("espécies- alvo"), de acordo com os critérios do BirdLife para a designação de Áreas Importantes para as Aves ("Important Bird Areas") – IBA (ver anexo III), com pequenas adaptações. No que diz respeito aos invertebrados foram elaboradas fichas com a informação disponível, a qual é no entanto considerada insuficiente para uma correcta gestão da maior parte destas espécies.

**Relatório****Cartografia de valores naturais**

Relativamente à cartografia dos valores naturais, procedeu-se à sistematização e uniformização de toda a informação disponível, sobre habitats naturais, espécies da flora e espécies da fauna. Com excepção da cartografia da distribuição das espécies de aves, não foi elaborada cartografia especificamente orientada para o PSRN2000.

A informação de base cartográfica encontrava-se disponível em diversos formatos (polígonos, estruturas lineares, pontos de amostragem e levantamentos em quadrícula) e com escalas de levantamento variadas, pelo que a sua sistematização, tendo em conta os objectivos do Plano e a sua escala de apresentação (1/100 000), implicou simplificações e generalizações que impedem a sua utilização directa fora do contexto do Plano, sem a respectiva validação.

Relativamente à cartografia produzida destaca-se:

- Habitats naturais - na informação disponível existem discrepâncias acentuadas de qualidade e pormenor entre as diferentes áreas do país. Verifica-se ainda a ausência de cartografia para alguns habitats, até porque casos há em que é impossível esta cartografia à escala adoptada. Há ainda a registar a ocorrência de diversos habitats cartografados numa mesma mancha, não individualizados, quer porque se verifica a sua ocorrência em mosaico cartograficamente não destrinchável, quer porque num mesmo espaço ocorrem estratos diferenciados, quer ainda por insuficiência de detalhe nos levantamentos efectuados. De referir ainda que existem Sítios para os quais não se dispõe de cartografia adequada aos objectivos deste Plano, designadamente PTCN0014 Serra da Estrela, PTCN0007 São Mamede e PTCN0044 Nisa/Lage da Prata. Regista-se por sua vez que a cartografia de habitats para os Sítios PTCN0057 Caldeirão e PTCN0039 Serra d'Arga se encontra assaz incompleta;
- Espécies da flora - a generalidade da informação cartográfica existente refere-se a registos pontuais e não a levantamentos sistemáticos da área de distribuição das espécies, sendo apresentada uma cartografia de ocorrências conhecidas, para espécies com maior grau de ameaça e localização restrita, não podendo pois esta cartografia ser confundida com uma cartografia de distribuição das espécies em causa.
- Espécies de fauna (com excepção da avifauna) - a cartografia apresenta disparidades significativas em função da informação disponível sobre cada uma das espécies, nomeadamente em termos de grau de cobertura da distribuição e de escala de levantamento.
- Espécies de aves definidas como mais relevantes ("espécies- alvo") - a cartografia foi efectuada com base no conhecimento de terreno dos especialistas em cada espécie (ou grupo de espécies) apoiada em cartografia de uso do solo de origem diversa.

**Relatório****Fichas de Sítios e ZPE**

As fichas descritivas de Sítio e ZPE, constantes do Volume III, englobam, uma caracterização da área sob os pontos de vista biogeográfico, ecológico (com a indicação das espécies e dos tipos de habitat determinantes para a sua classificação), agro-florestal (de acordo com informação fornecida pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas), do uso e ocupação do solo, incluindo ainda alguns indicadores socioeconómicos, e a lista dos valores naturais constantes dos Anexos do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 que nela ocorrem.

Incluem igualmente referência aos principais factores de ameaça à conservação dos valores naturais e às orientações de gestão a implementar, precedidas de um texto introdutório enquadrador, onde se destacam as orientações consideradas estruturantes, na medida em que respondem aos principais factores de ameaça e às necessidades de conservação dos valores que determinaram a criação da área.

A identificação das orientações de gestão para cada área classificada seguiu a seguinte metodologia:

1. Foram integralmente reproduzidas para as respectivas fichas de Sítio/ZPE todas as orientações de gestão preconizadas para as espécies da flora e da fauna (espécies-alvo no caso das ZPE) e os tipos de habitat presentes em cada Sítio, com base em informação constante nas Fichas de Valores Naturais (Vol. II);
2. Estas orientações de gestão foram posteriormente submetidas a uma triagem, em função das especificidades de cada Sítio/ZPE, tendo sido eliminadas as que, para a área em causa, se consideraram desajustadas.
3. Por forma a permitir uma leitura mais clara, as orientações de gestão foram agrupadas por blocos temáticos:
  - agricultura e pastorícia
  - silvicultura
  - edificação e infra-estruturas
  - outros usos e actividades (usos do solo ou actividades económicas não incluídos nos grupos anteriores)
  - orientações específicas (orientações relacionadas com gestão directa de espécies/habitats)

A metodologia adoptada permite evidenciar a relação do Sítio e/ou da ZPE com os usos e actividades que mais influenciam, directa ou indirectamente, o estado de conservação dos valores naturais presentes.

O bloco temático "orientações específicas" agrupa um conjunto de orientações de gestão que reflectem claramente as necessidades de gestão directa (activa ou passiva) complementares, para as situações em que se considera que a adopção de medidas regulamentares, por si só, é insuficiente para a obtenção de resultados positivos de conservação.

**Relatório**

No Volume II (da informação relativa aos valores naturais) é incluída uma listagem de nomes comuns de espécies, no sentido de auxiliar a consulta das tabelas de valores naturais constantes das fichas de Sítio e ZPE.

A memória descritiva e o Glossário, constantes do Volume III constituem ainda documentos de apoio à consulta e interpretação das fichas de Sítio e ZPE.

**Orientações de Gestão**

Como forma de sistematizar a vasta informação em causa sobre orientações de gestão, associadas aos valores naturais (constantes das respectivas fichas) foi construída uma base de dados; este procedimento permitiu fazer corresponder, de uma forma normalizada, as orientações de gestão (definidas em função dos objectivos de conservação, face às ameaças identificadas como actantes) à cartografia das áreas de ocorrência dos valores naturais.

Do total das orientações de gestão identificadas para os valores naturais (118) foram cartografadas 55. Da selecção efectuada foram retiradas as que:

- não são cartografáveis à escala de trabalho deste Plano (1:100.000), devido ao detalhe associado à sua execução (por exemplo, desobstruir a entrada de abrigos para morcegos);
- pela sua abrangência, se aplicam a quase todo o território do continente (como por exemplo, condicionar expansão urbano-turística ou condicionar a construção de infraestruturas);
- constituem princípios gerais da política de conservação da natureza aplicáveis a quase todos os valores naturais (por exemplo adquirir conhecimento e prospectar a espécie/habitat ou melhorar a eficácia de fiscalização).

Foi executada uma agregação das orientações de gestão inicialmente elencadas nas fichas de valores, permitindo a sua simplificação e consequentemente uma leitura mais perceptível da cartografia, mas implicando, em contraponto, uma correspondência menos directa entre as orientações definidas nas fichas de valores e a cartografia citada.

Conforme já referido e para facilitar a compreensão do significado de cada orientação de gestão foi produzido um **glossário** com a explicitação dos conceitos utilizados, incluindo a discriminação das diferentes componentes que deram origem à designação da orientação de gestão tal como apresentada na referida agregação (Vol. III). Ao longo do processo de revisão a que este glossário foi submetido, algumas das orientações de gestão foram englobadas noutras, de maior abrangência, razão pela qual se podem observar descontinuidades na sua numeração.

Numa primeira fase foram cartografadas as orientações de gestão tendo por base a distribuição dos habitats naturais.

**Relatório**

Quando por deficiência da cartografia de base (nomeadamente por falta de detalhe da cartografia de cada habitat), o processo produzia orientações de gestão contraditórias para um mesmo espaço, foram tomadas opções, caso a caso, que permitiram considerar a especificidade das orientações que se pretendiam destacar.

Numa segunda fase, o mesmo processo foi aplicado à cartografia indicativa da ocorrência das espécies, sendo o resultado cruzado com o anterior, tomando-se então as necessárias opções sempre que se verificaram discrepâncias nas orientações de gestão para um mesmo espaço.

O resultado obtido é uma cartografia base de orientações de gestão, de carácter indicativo e orientador, que não substitui o confronto do uso e ocupação actual do solo com as fichas de valores naturais, sempre que as opções concretas a adoptar exijam maior rigor que o possível para uma escala de referência de 1/100 000, sem menosprezar o deficiente detalhe da informação na qual se baseia a cartografia de orientações de gestão.

Subsequentemente, esta cartografia de orientações de gestão foi trabalhada tendo presente a realidade de cada Sítio e ZPE, sendo seleccionadas as orientações efectivamente aplicáveis ao contexto particular daquelas áreas classificadas, embora importe notar que a profundidade desta aferição variou de área para área em função dos contributos dos parceiros locais para este processo.

Refira-se ainda que a indisponibilidade de uma cartografia de uso do solo de boa qualidade, actualizada e em formato digital constitui uma barreira significativa à verificação da adequação das orientações de gestão à realidade local.

O conjunto de lacunas identificadas, seja na cartografia de base, seja no resultado final da cartografia das orientações de gestão, não constitui entrave à sua utilização indicativa e orientadora, podendo inclusivamente serem estas lacunas substancialmente reduzidas através do desenvolvimento da segunda geração de Planos Directores Municipais que, necessariamente, se baseiam e basearão em informação mais recente e de maior detalhe, nomeadamente no que diz respeito ao uso actual do solo.

De realçar que as orientações de gestão propostas servirão para compatibilizar as actividades humanas com a conservação da natureza promovendo, por um lado, as acções e usos territoriais necessários à manutenção do estado de conservação dos valores e à prossecução dos objectivos de conservação, e por outro, regulando as actividades que podem ser consideradas compatíveis em determinadas circunstâncias.

## 5. Análise Global

### Habitats naturais e espécies da Flora e da Fauna representados em Portugal<sup>1</sup>

Avaliando globalmente a informação contida no plano, e nunca esquecendo que as obrigações do Estado Português se referem à totalidade dos valores protegidos pela Directiva, é possível contudo identificar situações de maior fragilidade que exigem mais detalhe na avaliação das decisões subsequentes à aprovação do plano sectorial.

A contribuição de Portugal para a manutenção do estado favorável de conservação dos valores protegidos pelas directivas aves e habitats deve ser aferida não somente pela sua raridade e sensibilidade em território nacional, mas também pela sua peculiaridade no espaço europeu. Um valor que a nível comunitário ocorra maioritariamente em território nacional, mesmo que largamente representado no nosso país, representa uma responsabilidade a que se deverá dar resposta.

Na Região Atlântica do espaço EUR15, o tipo de habitat prioritário 5230\* (matos altos de lauróides), que só ocorre em Portugal, e ainda os tipos 2230 (areias costeiras com prados anuais oligotróficos), 6160 (matos rasteiros pioneiros e prados psicroxerófilos), 9380 (azevinhais) e 9580\* (bosquetes de teixo) que estão limitados ao espaço ibérico, constituem inevitavelmente prioridades do Plano Sectorial.

Igualmente, na Região Mediterrânica do espaço EUR15 ocorrem exclusivamente em Portugal os tipos de habitats 1330 (prados-junciais dos estuários atlânticos), 2170 (depressões dunares com matagais de *Salix arenaria*), 4010 (urzais turfófilos de *Erica tetralix* e *Calluna vulgaris*) e 5140\* (matos baixos litorais com *Cistus palhinhae*), estando limitados à Península Ibérica os tipos 1230 (falésias atlânticas com vegetação), 1320 (arrelvados dominados por *Spartina maritima*), 2130\* (dunas cinzentas), 2150\* (tojais psamófilos), 2230 (areias costeiras com prados anuais oligotróficos), 3110 (águas oligotróficas em areias com vegetação da *Littorelletalia*), 4020\* (urzais-tojais meso-higrófilos e higrófilos), 6160 (matos rasteiros pioneiros e prados psicroxerófilos), 9230, 9240 (carvalhais de *Quercus robur* e/ou *Q. pyrenaica* e de *Q. faginea* subsp. *broteroi*) e 92B0 (amiais com adelfeiras), onde se salientam 3 tipos prioritários.

A localização periférica de Portugal, no que ao espaço europeu diz respeito, acentua significativamente a sua diversidade biológica face aos parceiros europeus, tornando sobremaneira expressivas as singularidades das variações regionais dos tipos de habitat que ocorrem em Portugal e que no território

---

<sup>1</sup> No anexo II são disponibilizadas as listas dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna (anexos I e II da Directiva 92/43 CEE) representados em Portugal continental e respectivos Sítios em que ocorrem. No mesmo anexo podem consultar-se as espécies de aves consideradas “alvo” em cada uma das Zonas de Protecção Especial, de acordo com os critérios apresentados no anexo III.

**Relatório**

continental se traduzem em 168 subtipos, muitos deles com reduzida extensão de ocorrência, uma marcada especialização ou carácter finícola, com características únicas, não replicáveis, o que deve também ser entendido como uma mais valia nacional.

Um cruzamento entre os tipos de habitat que possuem um menor nº de Sítios considerados como relevantes – 1, 2 ou 3 –, e aqueles que apresentam uma tendência decrescente de área de ocupação e/ou cuja conservação é mediana ou desfavorável (e que aos quais em consequência se impõem objectivos de conservação mais exigentes) e considerando ainda o seu estatuto de endemidade, permite destacar os seguintes tipos de habitat a que é necessário dedicar uma atenção especial:

- Matos baixos litorais com *Cistus palhinhae* (5140\*), tipo de habitat prioritário, endémico português, que só ocorre em PTCON0012 Costa Sudoeste.
- Bosquetes de teixo (9580\*), tipo de habitat prioritário, limitado à Península ibérica, que tem como Sítios relevantes PTCON0001 Peneda/Gerês e PTCON0014 Serra da Estrela.
- Depressões dunares com *Salix arenaria* (2170), tipo de habitat endémico português, que só tem como Sítio relevante PTCON0055 Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas.
- Urzais turfófilos de *Erica tetralix* e *Calluna vulgaris* (4010), tipo de habitat que só tem como Sítio relevante PTCON0001 Peneda/Gerês.
- Dunas atlânticas com bosques de *Quercus* ou pinhais disclimácicos (2180), ocorrendo com relevância com apenas o Sítio PTCON0017 Litoral Norte como relevante.
- Dunas costeiras e paleodunas com vegetação anual oligotrófica (2230), tipo de habitat com distribuição limitada à Península ibérica, que apresenta como Sítios relevantes PTCON0013 Ria Formosa/Castro Marim, PTCON0034 Comporta/Galé e PTCON0054 Forno Ferro/Lagoa de Albufeira.
- Águas oligotróficas sobre areias com vegetação da *Littorelletalia* (3110), tipo de habitat limitado à Península ibérica, que tem como Sítios relevantes PTCON0034 Comporta/Galé e PTCON0055 Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas.

Também interessa destacar os seguintes tipos de habitat, com apenas um Sítio relevante e exigindo melhoria do estado de conservação:

- Prados-junciais dos estuários atlânticos (1330), no Sítio PTCON0019 Rio Minho.
- Cascalheiras ribeirinhas com comunidades herbáceas (3250), tipo de habitat especializado, no Sítio PTCON0022 Douro internacional.
- Matos de eufórbias (5320), no Sítio PTCON0010 Arrábida/Espichel.

Com dois Sítios como relevantes merecem realce:

- Bosques mesotróficos de plano-caducifólias (9160), tipo de habitat que exige incremento tanto da área de ocupação como do grau de conservação e que ocorre de modo relevante PTCON0001 Peneda/Gerês e PTCON0002 Montesinho/Nogueira.
- Amiais com adelfeiras (92B0), tipo de habitat limitado à Península Ibérica, exigindo melhoria do grau de conservação e com relevância em PTCON0016 Cambarinho e PTCON0037 Monchique como relevantes.
- Rias de águas salgadas (1160), tipo de habitat necessitando de melhoria do estado de conservação e com relevância em PTCON0013 Ria Formosa/Castro Marim e PTCON0058 Ria de Alvor como relevantes.



## Relatório

- Arribas costeiras do litoral Norte (1230), tipo de habitat com vegetação específica, necessitando de incremento do grau de conservação e com relevância em PTCON0006 Arquipélago da Berlenga e PTCON0017 Litoral Norte como relevantes.
- Grutas, algares e minas, não ou pouco perturbados (8310), tipo de habitat exigindo melhoria do grau de conservação e com relevância em PTCON0015 Serras de Aire e Candeeiros e PTCON0024 Valongo como relevantes.

Com três Sítios relevantes e que exigem tanto aumento de área de ocupação, como melhoria do estado do grau de conservação, sublinham-se:

- Depressões húmidas intradunares (2190), em PTCON0017 Litoral Norte, PTCON0034 Comporta/Galé e PTCON0055 Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas.
- Biótopos higroturfosos com vegetação pioneira (7150), em PTCON0001 Peneda/Gerês, PTCON0034 Comporta/Galé e PTCON0039 Serra d' Argã.
- Bosques higrófilos não ripícolas de freixo (91B0), em PTCON0004 Malcata, PTCON0031 Monfurado e PTCON0038 Ribeira de Quarteira.
- Bosques de zambujeiro e alfarrobeira (9320), em PTCON0010 Arrábida/Espichel, PTCON0036 Guadiana e PTCON0049 Barrocal.

Para além destes há um conjunto de outros habitats que, devido à sua importância ecológica, baixa frequência, área de ocorrência pontual, reduzida ou fragmentada, exigem atenção diferenciada, sem que todavia seja descurada a obrigação do Estado Português de garantir a conservação da totalidade dos valores protegidos pelas directivas em causa.

De modo a sistematizar as especificidades atrás enunciadas é apresentado um resumo dos tipos de habitats referidos.

Quadro n.º 1 - Tipos de habitat de conservação prioritária

Código	Prioritário	Tipo	Sítios relevantes	Carácter de endemidade	Objectivo Área de ocupação	Objectivo Estado de Conservação
5140	*	Matos baixos litorais com <i>Cistus palhinhae</i>	PTCON0012	Português	Aumentar	Melhorar
9580	*	Bosquetes de teixo	PTCON0001 PTCON0014	Ibérico	Aumentar	Melhorar
2170		Depressões dunares com <i>Salix arenaria</i>	PTCON0055	Português	Aumentar	Melhorar
4010		Urzais turfófilos de <i>Erica tetralix</i> e <i>Calluna vulgaris</i>	PTCON0001		Aumentar	Melhorar
2180		Dunas atlânticas com bosques de <i>Quercus</i> ou pinhais disclimácicos	PTCON0017		Aumentar	Melhorar

## Relatório

Código	Prioritário	Tipo	Sítios relevantes	Carácter de endemidade	Objectivo Área de ocupação	Objectivo Estado de Conservação
2230		Dunas costeiras e paleodunas com vegetação anual oligotrófica	PTCON0013 PTCON0034 PTCON0054	Ibérico	Aumentar	Melhorar
3110		Águas oligotróficas sobre areias com vegetação da <i>Littorelletalia</i>	PTCON0034 PTCON0055	Ibérico	Aumentar	Melhorar
1330		Prados-junciais dos estuários atlânticos	PTCON0019		Desconhecido	Melhorar
3250		Cascalheiras ribeirinhas com comunidades herbáceas	PTCON0022		Desconhecido	Melhorar
5320		Matos de eufórbias	PTCON0010		Desconhecido	Melhorar
9160		Bosques mesotróficos de plano-caducifólias	PTCON0001 PTCON0002		Aumentar	Melhorar
92B0		Amiais com adelfeiras	PTCON0016 PTCON0037	Ibérico	Desconhecido	Melhorar
1160		Rias de águas salgadas	PTCON0013 PTCON0058		Desconhecido	Melhorar
1230		Arribas costeiras do litoral Norte	PTCON0006 PTCON0017		Desconhecido	Melhorar
8310		Grutas, algares e minas, não ou pouco perturbados	PTCON0015 PTCON0024		Desconhecido	Melhorar
2190		Depressões húmidas intradunares	PTCON0017 PTCON0034 PTCON0055		Aumentar	Melhorar
7150		Biótopos higroturfosos com vegetação pioneira	PTCON0001 PTCON0034 PTCON0039		Aumentar	Melhorar
91B0		Bosques higrófilos não ripícolas de freixo	PTCON0004 PTCON0031 PTCON0038		Aumentar	Melhorar
9320		Bosques de zambujeiro e alfarrobeira	PTCON0010 PTCON0036 PTCON0049		Aumentar	Melhorar
1150	*	Lagunas costeiras	Vários (5)		Aumentar	Melhorar
9560	*	Bosques com <i>Juniperus</i>	Vários (5)		Aumentar	Melhorar

## Relatório

Código	Prioritário	Tipo	Sítios relevantes	Carácter de endemidade	Objectivo Área de ocupação	Objectivo Estado de Conservação
2250	*	Dunas e paleodunas com matagais de zimbro	Vários (7)		Aumentar	Melhorar
4020	*	Urzais-tojais meso-higrófilos ou higrófilos	Vários (10)		Aumentar	Melhorar
3170	*	Charcos temporários mediterrânicos	Vários (8)		Manter	Melhorar
3160		Charcas distróficas naturais com <i>Utricularia</i>	Vários (4)		Aumentar	Melhorar
9240		Carvalhais de <i>Quercus faginea</i> subsp. <i>Broteroi</i>	Vários (4)		Aumentar	Melhorar
9340		Bosques de <i>Quercus rotundifolia</i>	Vários (5)		Aumentar	Melhorar
2260		Areais dunares com matos dominados por <i>Stauracanthus</i>	Vários (6)		Aumentar	Melhorar
7140		Turfeiras	Vários (6)		Aumentar	Melhorar
9330		Sobreirais	Vários (6)		Aumentar	Melhorar
5210		Matagais de zimbros sobre substratos compactos	Vários (7)		Aumentar	Melhorar
9230		Carvalhais de <i>Quercus robur</i> e/ou <i>Q. pyrenaica</i>	Vários (8)		Aumentar	Melhorar
3130		Águas paradas com vegetação de <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou de <i>Isoeto-Nanojuncetea</i>	Vários (3)		Manter	Melhorar
3120		Águas oligotróficas sobre areias, com <i>Isoetes</i>	Vários (4)		Manter	Melhorar

Não incluídos nos tipos acima enumerados existem diversos subtipos com elevada sensibilidade e com frequência e área de ocupação baixas, sujeitos a ameaças relevantes, e que são por isso mais exigentes em termos de objectivos de conservação do que o próprio tipo em que se integram, necessitando de acções

**Relatório**

adicionais orientadas para a sua conservação. É por isso indispensável a consulta às fichas dos tipos de habitat.

De entre estes subtipos destacam-se os seguintes, por exigirem simultaneamente aumento de área de ocupação e incremento do grau de conservação:

- Malhadais (6220\*pt2), prioritário
- Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas altas (6220\*pt3), prioritário
- Amiais e salgueirais paludosos (91E0\*pt3), prioritário
- Bancos com *Cymodocea nodosa* (1110pt2)
- Bancos com *Zostera marina* (1110pt3)
- Bancos com *Zostera noltii* (1110pt4)
- Estuários atlânticos (1130pt2)
- Bancos de sedimentos intermareais com *Zostera noltii* (1140pt2)
- Salgueirais-choupais algarvios de choupos-brancos (92A0pt1)

De acordo com os critérios atrás utilizados, identificaram-se as espécies da flora e os territórios que as acolhem que suscitam atenção particular no quadro do Plano Sectorial.

Assim consideram-se de destacar nomeadamente as espécies que, por se encontrarem simultaneamente numa situação mais grave em termos de conservação, serem exclusivas de Portugal e possuírem uma distribuição restrita:

Endemismos lusitanos muito ameaçados, que ocorrem em apenas 1 ou 2 Sítios em Portugal:

- *Bryoerythrophyllum campylocarpum*\* (Corno do Bico)
- *Linaria ricardoi*\* (Alvito/Cuba)
- *Omphalodes kuzinskyanae* (Sintra/Cascais)
- *Plantago algarbiensis* (Barrocal)
- *Plantago almogravensis*. (Costa Sudoeste)
- *Linaria coutinhoi* (Montesinho/Nogueira e Douro Internacional)

Endemismos lusitanos ameaçados/vulneráveis, que ocorrem num único Sítio em Portugal:

- *Asphodelus bento-rainhae*\* (Serra da Gardunha)
- *Convolvulus fernandesii*\* (Arrábida/Espichel)
- *Silene rothmaleri*\* (Costa Sudoeste)
- *Armeria berlengensis* (Arquipélago da Berlenga)
- *Armeria pseudarmeria* (Sintra/Cascais)
- *Avenula hackelii* (Costa Sudoeste)
- *Biscutella vicentina* (Costa Sudoeste)
- *Chaenorrhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum* (Costa Sudoeste)

**Relatório**

- *Cistus palhinhae* (Costa Sudoeste)
- *Dianthus cintranus* (Sintra/Cascais)
- *Diploaxis vicentina* (Costa Sudoeste)
- *Festuca brigantina* (Montesinho/Nogueira)
- *Festuca henriquesii* (Serra da Estrela)
- *Halimium verticillatum* (Cabeção)
- *Herniaria algarvica* (Costa Sudoeste)
- *Herniaria berlengiana* (Arquipélago da Berlenga)

Quanto às espécies não endémicas de Portugal e que podem ter uma distribuição mais alargada no contexto Europeu, mas que em Portugal estão bastante ameaçadas e no limite da sua área de distribuição, em situações de grande vulnerabilidade e com ocorrências muito restritas:

- *Narcissus fernandesii*
- *Armeria velutina* (Ria Formosa/Castro Marim)
- *Narcissus humilis* (Guadiana/Juromenha)
- *Culcita macrocarpa* (Valongo)
- *Eryngium viviparum*\* (Montesinho /Nogueira)
- *Riella helicophylla* (Ria Formosa /Castro Marim)
- *Marsilea quadrifolia* (Alvão /Marão)
- *Trichomanes speciosum* (Valongo)
- *Apium repens* (Costa Sudoeste)
- *Jasione lusitana* (Barrinha de Esmoriz e Litoral Norte)
- *Narcissus cyclamineus* (Corno do Bico, Serras da Freita e Arada, Valongo)
- *Veronica micrantha* (Sítios mais relevantes: Alvão/Marão, C. do Açor e Montesinho/Nogueira)

Dentre as espécies consideradas muito ameaçadas, quase metade são espécies dependentes de ecossistemas húmidos, ou de solos temporariamente encharcados. Refira-se que todas as espécies com este tipo de ecologia estão num estado de conservação desfavorável.

Algumas das espécies especialmente ameaçadas são características de carvalhais, merecendo igual destaque as que dependem de sistemas dunares ou associadas a comunidades litorais (onde se englobaram as comunidades litorais rupícolas e psamófilas, herbáceas ou arbustivas). Neste âmbito, importa ainda referir o número significativo de espécies associadas a matos ou clareiras de matos com estado de conservação desfavorável.

Foram considerados como particularmente relevantes para a conservação de espécies da flora, os Sítios abaixo listados que: (i) integram espécies de ocorrência única; (ii) integram grupos de dois ou três Sítios de ocorrência exclusiva de uma espécie; (iii) possuem elevada representatividade de espécies (iv); albergam espécies cujo estado de conservação se encontra num nível mais elevado; ou (v) integram zonas limítrofes da extensão de ocorrência de uma espécie ou áreas de ocupação isoladas:

## Relatório

1. O Sítio Costa Sudoeste pelo nº de espécies total, pelo nº de espécies endémicas, pelo nº de espécies que são exclusivas desse Sítio, pelo nº de espécies ameaçadas, pelo nº de espécies para as quais é considerado Sítio muito relevante - é aquele que, sob todos os critérios, se destaca pela sua importância florística.
2. Os sítios costeiros, pelo número de espécies total, ou pelo número de espécies para os quais são considerados muito relevantes: Arrábida/Espichel, Costa Sudoeste, Sintra/Cascais, Comporta/Galé, Estuário do Sado, Ria Formosa/Castro Marim.
3. Os Sítios com uma grande importância para a conservação da flora orófila e que englobam uma grande variedade de espécies, designadamente, Montesinho/Nogueira, Serra da Estrela, Serras da Peneda e Gerês e Alvão/Marão.
4. Os Sítios Montesinho/Nogueira, Morais e Samil, pela presença das espécies serpentinófitas.
5. Os Sítios mais relevantes para a conservação das espécies da flora dependente dos calcários: Arrábida/Espichel, Serras de Aire e Candeeiros, Barrocal, Serra de Montejunto e Sicó/Alvaiázere.
6. Os Sítios Alvito/Cuba, Arquipélago da Berlenga, Azabuxo/Leiria, Barrinha de Esmoriz, Samil, Ria de Alvor, Valongo, Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira e Corno do Bico que, sendo muito distintos nas suas características biogeográficas, têm todas áreas reduzidas, com poucas espécies da flora no total, mas que são considerados muito relevantes para a conservação de todas estas espécies, as quais têm ecologias muito diversas.

O Quadro seguinte sistematiza as espécies da flora de acordo com os Sítios de ocorrência com base em critérios de estado de conservação, distribuição em Portugal e endemidade.

Quadro n.º 2 - Espécies da flora de conservação prioritária (MA- Muito Ameaçada; prov.Ex- provavelmente Extinto; A/Vu- Ameaçada/Vulnerável)<sup>1</sup>

Espécie	Prioritária	Estado de conservação	Carácter de endemidade	NºSítios	Sítios relevantes
<b>Espécies muito ameaçadas</b>					
<i>Bryoerythrophyllum campylocarpum</i>	*p	MA	PT	1	Corno do Bico
<i>Linaria ricardoi</i>	*p	MA	PT	1	Alvito/Cuba
<i>Omphalodes kuzinskyanae</i>		MA	PT	1	Sintra/Cascais
<i>Plantago algarbiensis</i>		MA	PT	1	Barrocal

<sup>1</sup> As categorias que se apresentam, não representam um estatuto de conservação "oficial" dada a inexistência de um Livro Vermelho da Flora, mas são indicativas do estado de conservação das espécies, tendo sido estimadas com base na informação das fichas de caracterização de espécies (Vol. II) e na sua distribuição conhecida.

## Relatório

	Espécie	Prioritária	Estado de conservação	Carácter de endemidade	NºSítios	Sítios relevantes
	<i>Plantago almogravensis</i>		MA	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Narcissus fernandesii</i>		MA	IB	0	
	<i>Armeria velutina</i>		MA	IB	1	Ria Formosa/Castro Marim
	<i>Eryngium viviparum</i>	*p	MA	-	1	Montesinho/Nogueira
	<i>Apium repens</i>		MA	-	1	Costa Sudoeste
	<i>Culcita macrocarpa</i>		MA	-	1	Valongo
	<i>Marsilea quadrifolia</i>		MA	-	1	Alvão/Marão
	<i>Narcissus humilis</i>		MA	-	1	Guadiana/Juromenha
	<i>Riella helicophylla</i>		MA	-	1	Ria Formosa/Castro Marim
	<i>Trichomanes speciosum</i>		MA	-	1	Valongo
	<i>Linaria coutinhoi</i>		MA	PT	2	Montesinho/Nogueira Douro Internacional
	<i>Jasione lusitanica</i>		MA	IB	2	Barrinha de Esmoriz Litoral Norte
	<i>Narcissus cyclamineus</i>		MA	IB	3	Corno do Bico Serras da Freita e Arada Valongo
	<i>Veronica micrantha</i>		MA	IB	6	Alvão/Marão Complexo do Açor Montesinho/Nogueira
	<i>Armeria neglecta</i>		prov. Ex	PT	0	
	<i>Astragalus algarbiensis</i>	*p	prov. Ex	-	0	
Endemismos lusitanos que ocorrem num único Sítio						
	<i>Asphodelus bento-rainhae</i>	*p	A/Vu	PT	1	Serra da Gardunha
	<i>Convolvulus fernandesii</i>	*p	A/Vu	PT	1	Arrábida/Espichel

## Relatório

	Espécie	Prioritária	Estado de conservação	Carácter de endemidade	NºSítios	Sítios relevantes
	<i>Silene rothmaleri</i>	*p	A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Armeria berlengensis</i>		A/Vu	PT	1	Arquipélago da Berlenga
	<i>Armeria pseudarmeria</i>		A/Vu	PT	1	Sintra/Cascais
	<i>Avenula hackelii</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Biscutella vicentina</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Chaenorrhinum serpyllifolium</i> subsp. <i>lusitanicum</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Cistus palhinhae</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Dianthus cintranus</i>		A/Vu	PT	1	Sintra/Cascais
	<i>Diploaxis vicentina</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Festuca brigantina</i>		A/Vu	PT	1	Montesinho/Nogueira
	<i>Festuca henriquesii</i>		A/Vu	PT	1	Serra da Estrela
	<i>Halimium verticillatum</i>		A/Vu	PT	1	Cabeção
	<i>Herniaria algarvica</i>		A/Vu	PT	1	Costa Sudoeste
	<i>Herniaria berlengiana</i>		A/Vu	PT	1	Arquipélago da Berlenga
	<i>Centaurea rothmalerana</i>		desconh ecido	PT	1	Serra da Estrela
	<i>Narcissus scaberulus</i>		não ameaçad o	PT	1	Carregal do Sal



## Relatório

Espécie	Prioritária	Estado de conservação	Carácter de endemidade	NºSítios	Sítios relevantes
<b>Espécies Ameaçadas ou Vulneráveis que ocorrem num único Sítio</b>					
<i>Narcissus pseudonarcissus</i> subsp. <i>nobilis</i>		A/Vu	IB	1	Serras da Peneda e Gerês
<i>Petalophyllum ralfsii</i>		A/Vu	-	1	Barrocal
<b>Espécies Ameaçadas ou Vulneráveis que são endemismos lusitanos e ocorrem apenas em 2 Sítios</b>					
<i>Ononis hackelii</i>	*p	A/Vu	PT	2	Comporta/Galé Costa Sudoeste
<i>Tuberaria major</i>	*p	A/Vu	PT	2	Ria Formosa/Castro Marim
<i>Jasione crispa</i> subsp. <i>serpentinica</i>		A/Vu	PT	2	Montesinho/Nogueira Samil
<i>Leuzea longifolia</i>		A/Vu	PT	2	Azabuxo/Leiria
<i>Melilotus segetalis</i> subsp. <i>fallax</i>		A/Vu	PT	2	Ria Formosa/Castro Marim Estuário do Sado
<i>Pseudarrhenatherum pallens</i>		A/Vu	PT	2	Arrábida/Espichel Costa Sudoeste
<b>Espécies Ameaçadas ou Vulneráveis que ocorrem apenas em 2 Sítios</b>					
<i>Holcus setiglumis</i> subsp. <i>duriensis</i>		A/Vu	IB	2	Douro Internacional
<i>Bruchia vogesiaca</i>		A/Vu	-	2	Corno do Bico Serra da Estrela
<i>Woodwardia radicans</i>		A/Vu	-	2	Serras da Freita e Arada Serras da Peneda e Gerês
<b>Espécies Ameaçadas ou Vulneráveis que são prioritárias, endemismos lusitanos e ocorrem apenas em 3 Sítios</b>					
<i>Linaria ficalhoana</i>	*p	A/Vu	PT	3	Estuário do Sado Comporta/Galé Costa Sudoeste
<i>Thymus lotocephalus</i>	*p	A/Vu	PT	3	Barrocal Ria Formosa/Castro Marim

Relativamente à avifauna identificaram-se as espécies e os territórios que as acolhem e que suscitem atenções particulares no quadro do Plano Sectorial.

**Relatório**

Assim destacam-se: (i) as espécies globalmente ameaçadas, (ii) as espécies ameaçadas ao nível europeu e cuja distribuição se cinge à Europa, (iii) aquelas que, estando ameaçadas na Europa mas tendo uma distribuição mais alargada, têm estatutos de ameaça especialmente desfavoráveis em Portugal, e ainda (iv) todas as espécies que possuem estatuto de ameaça em Portugal e que estão incluídas no anexo I da Directiva aves. Dá-se ainda particular destaque a *Columba livia*, pela sua situação específica no Sudoeste Alentejano.

Em Portugal Continental ocorrem naturalmente no estado selvagem cerca de 280 espécies de aves, que correspondem a cerca de 41% das aves que ocorrem na EUR15. Contudo, dado a localização geográfica e características dos habitats, Portugal, juntamente com Espanha, alberga algumas espécies que ocorrem em números significativos e que são escassas nos restantes países da UE.

Das espécies-alvo definidas a maioria tem estatuto de conservação preocupante na Europa, sendo que 8% são espécies ameaçadas a nível global (SPEC 1), 14% são espécies com estatuto de conservação desfavorável e concentradas na Europa (SPEC 2) e 46% espécies com estatuto de conservação desfavorável mas não concentrada na Europa (SPEC 3). Destacam-se ainda em Portugal continental oito espécies residentes ou migradoras regulares e consideradas como prioritárias em termos de conservação na Europa Comunitária: a Abetarda *Otis tarda*, o Sisão *Tetrax tetrax*, o Abutre-preto *Aegypius monachus*, a Águia-imperial *Aquila adalberti*, a Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*, o Francelho *Falco naumanni*, o Camão *Porphyrio porphyrio* e a Gaivota de Audouin *Larus audouinii*.

Embora a Águia de Bonelli e o Camão não estejam concentradas na Europa são também consideradas como prioritárias em termos de conservação no espaço europeu por razões específicas que as tornam muito vulneráveis (por exemplo, as singulares populações nidificantes arborícolas de Águia de Bonelli do sul de Portugal). Assim, para estas espécies consideraram-se os seguintes critérios de especificidade: Águia de Bonelli - espécie residente no sul da Europa, de distribuição descontínua; a população reprodutora é muito pequena, tendo vindo a decrescer substancialmente desde 1970 e tem estatuto de Em Perigo (EN) na Europa. Camão - a população europeia é relativamente pequena, apenas se reproduz localmente no sul da Europa e mais de 90% da população reprodutora está confinada a apenas 10 áreas.

Em termos nacionais, e considerando a classificação do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (em publicação), 16 % das espécies-alvo estão classificadas como Criticamente em Perigo (CR), 18% Em Perigo (EN), 25% têm estatuto Vulnerável (VU) e 9% Quase Ameaçado (NT).

A nível global pode-se considerar-se como abrangente a organização da generalidade das espécies de aves em função da sua dependência de quatro grandes tipos de habitats: meio marinho e costeiro, zonas húmidas, floresta e zonas agrícolas. Algumas espécies dependem quase exclusivamente de apenas um destes habitats, como as aves marinhas ou as aves estepárias dependentes de meios agrícolas, mas muitas dependem de mais do que um tipo de habitat.

**Relatório**

Na Europa, e tendo em atenção o estatuto de conservação e as ameaças sobre as aves dependentes dos principais habitats terrestres (dados do *European Bird Census Committee* e *BirdLife International*), verifica-se que o declínio mais acentuado se faz sentir sobre as espécies dependentes de meios agrícolas, estando estas em declínio generalizado. Num universo de 173 espécies dependentes de meios agrícolas, cerca de 70% têm estatuto de conservação desfavorável.

Algumas ZPE, como é o caso de Castro Verde e Campo Maior, assumem especial relevância para espécies exclusivamente dependentes de habitats agrícolas, principalmente da agricultura cerealífera extensiva, mas também de áreas abertas com sobreiros, azinheiras e olival. Nestas incluem-se tanto as aves estepárias, das quais são exemplo a Abetarda *Otis tarda*, o Sisão *Tetrax tetrax*, o Alcaravão *Burhinus oedicnemus*, o Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis* e a Calhandra-real *Melanocorypha calandra*, e ainda o Francelho *Falco naumanni*, o Rolieiro *Coracias garrulus*, o Tartaranhão-caçador *Circus pygargus* e a Calhandrinha *Calandrella brachydactyla*.

Estas áreas são também fundamentais para espécies que delas dependem em fases específicas do seu ciclo anual ou circadiano: como área de reprodução e alimentação da Perdiz-do-mar *Glareola pratincola*, de alimentação do Grou *Grus grus*, ou como zonas de assentamento de juvenis e de invernada de rapinas como a Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*, a Águia-imperial *Aquila adalberti*, a Águia-real *Aquila chrysaetus* ou o Milhafre-real *Milvus milvus* (como é o caso de Castro Verde, uma das áreas mais relevantes neste particular).

Há ainda a referir casos como a zona agrícola da ZPE do Estuário do Tejo que, para além de ser uma área de reprodução do Sisão *Tetrax tetrax*, da Calhandra-real *Melanocorypha calandra*, do Tartaranhão-caçador *Circus pygargus* e da Calhandrinha *Calandrella brachydactyla*, é uma importante área de nidificação da Perdiz-do-mar *Glareola pratincola* e de invernada do Sisão. São conhecidos movimentos dos Sisões durante o inverno e verão entre outras áreas do país e esta ZPE.

Contudo, a importância da maioria das ZPEs deve-se ao facto de conjugarem as áreas agrícolas com áreas florestais e/ou zonas húmidas e assim proporcionarem habitat favorável a espécies dependentes de mais de um tipo de habitat. É o caso do mosaico agrícola/florestal, do qual depende uma grande variedade de aves nas quais se incluem muitos passeriformes, não só residentes como invernantes e reprodutores estivais, mas também aves de rapina como a Águia-imperial *Aquila adalberti*, Águia-cobreira *Circus gallicus*, Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*, Águia-calçada *Hieraaetus pennatus*, Milhafre-real *Milvus milvus* e Bútio-vespeiro *Pernis apivorus*.

Para além do mosaico agrícola/florestal algumas espécies necessitam de grandes escarpas para nidificarem, como a Águia-real *Aquila chrysaetus*, o Bufo-real *Bubo bubo* e a Cegonha-negra *Ciconia nigra* (que se alimenta em águas interiores pouco profundas, como lagoas ou charcas, pequenas albufeiras ou linhas de água). Merecem ainda referência o Falcão peregrino *Falco peregrinus*, o Grifo *Gyps fulvus* e o Britango

**Relatório**

*Neophron percnopterus* que, nidificando em fragas, se alimentam em áreas agrícolas. Destacam-se como de elevada relevância para a preservação destas espécies as ZPE de montanha ou integrando os vales de grandes rios, como a Serra do Gerês, Montesinho/Nogueira, Serra da Malcata, Rios Sabor e Maçãs, Douro Internacional e Vale do Águeda, Vale do Côa, Tejo Internacional, Erges e Pônsul, Mourão/Moura/Barrancos e Vale do Guadiana.

As aves que utilizam a floresta são alvo de um grande leque de ameaças que afectam a qualidade e extensão do habitat favorável e que incluem práticas de gestão florestal inadequada, nomeadamente florestação com espécies não indígenas, a fragmentação do habitat e os incêndios florestais.

As zonas húmidas são áreas escassas à escala global, cobrindo apenas 3% do território europeu, que sofrem processos regressivos importantes, principalmente relacionados com o aumento da população e forte incremento das actividades industriais. Em Portugal as principais ZPE com zonas húmidas encontram-se ou ao longo da costa e correspondem maioritariamente a estuários de rios e lagoas costeiras como os Estuários dos Rios Minho e Coura, Ria de Aveiro, Estuário do Tejo, Estuário do Sado, Lagoa Pequena, Lagoa de Santo André, Lagoa da Sancha, Ria Formosa e Sapais de Castro Marim, ou ainda as zonas húmidas de interior como o Paul da Madriz, Paul de Arzila, Paul do Taipal, Paul do Boquilobo e o Açude da Murta.

Nestas zonas encontra-se uma grande variedade de aves aquáticas, principalmente pertencentes às ordens *Gaviiformes*, *Podicipediformes*, *Pelecaniformes*, *Ciconiiformes*, *Phoenicopteriformes*, *Anseriformes*, *Gruiformes* e *Charadriiformes*, num total de cerca de 100 espécies. Delas dependem também uma grande variedade de passeriformes e espécies como a Águia-Pesqueira *Pandion haliaetus* ou o Guarda-rios *Alcedo atthis*, ou ainda espécies que embora frequentem zonas agrícolas ou florestais, necessitam de zonas húmidas para se alimentarem, como a Águia-sapeira *Circus aeruginosus* ou o Milhafre-preto *Milvus migrans*.

A maioria das aves marinhas dependentes das ZPE da costa portuguesa são invernantes e frequentam sobretudo as ZPE da Ria de Aveiro, Ilhas Berlengas, Cabo Espichel, Lagoa de Santo André, Lagoa da Sancha, Costa Sudoeste, Ria Formosa e Castro Marim, existindo algumas excepções de espécies nidificantes (que complementam durante o período pós reprodutor alguns dos efectivos migradores de passagem observados), como a Cagarra *Calonectris diomedea*, o Roquinho *Oceanodroma castro*, o Airo *Uria aalge ibericus*, a Galheta *Phalacrocorax aristotelis*, a Gaivota de Audouini *Larus audouinii* e a Gaivota-d'asa-escura *Larus fuscus*. Deverá ser dado destaque à ZPE das Ilhas das Berlengas, que constitui a única área de nidificação no território continental português do Roquinho, do Airo e da Cagarra (sendo que nestes últimos casos estamos perante os respectivos limiares meridional e setentrional da área de reprodução). Por seu lado, Castro Marim é o único local conhecido da costa portuguesa de nidificação da Gaivota de Audouini.

## Relatório

Nas ZPE citadas, não só é muito importante a área costeira, mas também a área marinha como local de descanso e alimentação daquelas aves invernantes e ainda das migradoras de passagem nas suas rotas migratórias.

Quadro n.º 3 - Espécies-alvo com categoria de ameaça em Portugal continental

\* Categorias de Ameaça adoptadas no Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal (em publ.) – Vol. II

\*\* (SPEC) Espécies de Conservação Preocupante na Europa (BirdLife International 2004)

Espécie	Anexo I Directiva Aves	Categoria de Ameaça*	SPEC**	Nº ZPE	ZPE relevantes
<b>Espécies que deverão ser objecto de especial atenção na sua conservação e dos seus habitats</b>					
<i>Aegypius monachus</i>	Sim	CR	1	4	Malcata; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/ Barrancos; Vale do Guadiana
<i>Aquila adalberti</i>	Sim	CR	1	5	Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Falco naumanni</i>	Sim	VU	1	3	Campo Maior; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Larus audouinii</i>	Sim	VU	1	1	Castro Marim
<i>Otis tarda</i>	Sim	EN	1	3	Moura/Mourão/ Barrancos; Campo Maior; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Tetrax tetrax</i>	Sim	VU	1	8	Estuário do Tejo; Costa Sudoeste; Castro Marim; Douro Internacional e Vale do Águeda; Moura/Mourão/ Barrancos; Campo Maior; Castro Verde; Vale do Guadiana
<b>Outras espécies com categoria de ameaça e que deverão ser objecto de atenção particular na sua conservação e dos seus habitats</b>					
<i>Aquila chrysaetos</i>	Sim	EN	3		Serra do Gerês; Monteseinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana; Monchique
<i>Ardea purpurea</i>	Sim	EN	3		Estuários dos Rios Minho e Coura; Ria de Aveiro; Paul de Arzila; Paul da Madriz; Paul do Taipal; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Paul do Boquilobo; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Açude da

## Relatório

Espécie	Anexo I Directiva Aves	Categoria de Ameaça*	SPEC**	Nº ZPE	ZPE relevantes
					Murta; Lagoa Pequena; Lagoa de Santo André; Lagoa da Sancha
<i>Ardeola ralloides</i>	Sim	CR, EN	3		Paul do Boquilobo
<i>Asio flammeus</i>	Sim	EN	3		Estuário do Tejo; Estuário do Sado
<i>Burhinus oedicephalus</i>	Sim	VU	3		Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Costa Sudoeste; Campo Maior; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Ria Formosa; Sapais de Castro Marim
<i>Calonectris diomedea</i>	Sim	VU	2		Ilhas Berlengas
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Sim	VU	2		Serra do Gerês; Montesinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Serra da Malcata; Estuário do Tejo
<i>Chlidonias hybridus</i>	Sim	CR	3		Paul do Boquilobo; Estuário do Tejo
<i>Ciconia nigra</i>	Sim	VU	2		Montesinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Serra da Malcata; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/ Barrancos; Vale do Guadiana
<i>Circus aeruginosus</i>	Sim	VU	Não SPEC		Estuários dos Rios Minho e Coura; Ria de Aveiro; Paul de Arzila; Paul da Madriz; Paul do Taipal; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Açude da Murta; Lagoa de Santo André; Lagoa da Sancha
<i>Circus cyaneus</i>	Sim	CR, VU	3		Serra do Gerês; Montesinho/Nogueira; Serra da Malcata; Estuário do Tejo; Castro Verde
<i>Circus pygargus</i>	Sim	EN	Não SPEC		Serra do Gerês; Montesinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Serra da Malcata; Estuário do Tejo; Campo Maior; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Columba livia</i>		DD	Não SPEC		Costa Sudoeste

## Relatório

Espécie	Anexo I Directiva Aves	Categoria de Ameaça*	SPEC**	Nº ZPE	ZPE relevantes
<i>Coracias garrulus</i>	Sim	CR	2		Campo Maior; Castro Verde; Vale do Guadiana; Caldeirão
<i>Falco peregrinus</i>	Sim	VU	Não SPEC		Serra do Gerês; Montesinho/Nogueira; Douro Internacional e Vale do Águeda; Ilhas Berlengas; Estuário do Tejo; Cabo Espichel; Costa Sudoeste
<i>Gallinago gallinago</i>		CR, LC	Não SPEC		Serra do Gerês
<i>Glareola pratincola</i>	Sim	VU	3		Estuário do Tejo; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Ria Formosa; Sapais de Castro Marim
<i>Grus grus</i>	Sim	VU	2		Campo Maior; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Gyps fulvus</i>	Sim	VU	Não SPEC		Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Serra da Malcata; Tejo Internacional, Erges e Ponsul
<i>Hieraaetus fasciatus</i>	Sim	EN	3		Montesinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Costa Sudoeste; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana; Monchique; Caldeirão
<i>Ixobrychus minutus</i>	Sim	VU	3		Estuários dos Rios Minho e Coura; Ria de Aveiro; Paul de Arzila; Paul da Madriz; Paul do Taipal; Paul do Boquilobo; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Açude da Murta; Lagoa Pequena; Lagoa de Santo André; Lagoa da Sancha; Ria Formosa
<i>Milvus milvus</i>	Sim	CR, VU	2		Montesinho/Nogueira; Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Serra da Malcata; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/ Barrancos; Castro Verde
<i>Neophron percnopterus</i>	Sim	EN	3		Rios Sabor e Maçãs; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Vale do Guadiana
<i>Nycticorax nycticorax</i>	Sim	EN	3		Paul de Arzila; Paul da Madriz; Paul do Taipal; Paul do Boquilobo
<i>Oceanodroma castro</i>	Sim	VU	3		Ilhas Berlengas



## Relatório

Espécie	Anexo I Directiva Aves	Categoria de Ameaça*	SPEC**	Nº ZPE	ZPE relevantes
<i>Oenanthe hispanica</i>		VU	2		Serra da Malcata
<i>Oenanthe leucura</i>	Sim	CR	3		Rios Sabor e Maças; Douro Internacional e Vale do Águeda; Vale do Côa; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/Barrancos
<i>Pandion haliaetus</i>	Sim	CR, EN	3		Ria de Aveiro; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Costa Sudoeste
<i>Pernis apivorus</i>	Sim	VU	Não SPEC		Serra do Gerês; Serra da Malcata
<i>Phoenicopterus roseus</i>	Sim	VU	3		Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Lagoa de Santo André; Ria Formosa; Sapais de Castro Marim
<i>Platalea leucorodia</i>	Sim	EN	2		Ria de Aveiro; Paul do Taipal; Paul do Boquilobo; Estuário do Tejo; Lagoa de Santo André; Ria Formosa; Sapais de Castro Marim
<i>Porphyrio porphyrio</i>	Sim	VU	3		Paul de Arzila; Paul da Madriz; Paul do Taipal; Paul do Boquilobo; Estuário do Sado; Lagoa Pequena; Lagoa de Santo André; Ria Formosa
<i>Pterocles alchata</i>	Sim	CR	3		Tejo Internacional, Erges e Ponsul
<i>Pterocles orientalis</i>	Sim	EN	3		Campo Maior; Moura/Mourão/Barrancos; Castro Verde; Vale do Guadiana
<i>Pyrhacorax pyrrhacorax</i>	Sim	EN	3		Serra do Gerês; Montesinho/Nogueira; Douro Internacional e Vale do Águeda; Costa Sudoeste
<i>Sterna albifrons</i>	Sim	VU	3		Ria de Aveiro; Paul de Arzila; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Lagoa de Santo André; Ria Formosa; Sapais de Castro Marim
<i>Uria aalge</i>	Sim	CR, NT	Não SPEC		Ilhas Berlengas

Relativamente à restante Fauna - invertebrados, peixes, anfíbios, répteis e mamíferos - identificaram-se as espécies e os territórios que as acolhem e que suscitam atenções particulares no quadro do Plano Sectorial.

Assim destacam-se as espécies cuja distribuição é mais restrita e com estatutos de ameaça mais elevados e ainda os endemismos sobre os quais Portugal assume particular responsabilidade na sua conservação.

Da análise efectuada ao longo deste documento, são de destacar algumas espécies, que reúnem algumas particularidades em simultâneo, e que as tornam sensíveis e por consequência, sujeitas a maior atenção:



**Relatório**

- *Lacerta monticola*, endemismo ibérico, ocorrente num único sítio e com estatuto de ameaça (VU);
- *Anaocypris hispanica*, *Barbus comiza*, endemismos ibéricos com uma distribuição restrita à bacia do Guadiana (ocorrentes em quatro sítios), e com estatuto de ameaça (CR e EN, respectivamente);
- *Lampetra fluviatilis* e *Lampetra planeri*, ambas criticamente em perigo (CR) e ocorrente num e em quatro sítios, respectivamente;
- *Salmo salar*, ocorrente em quatro sítios e com estatuto de ameaça (CR);
- *Chondrostoma lusitanicum*, espécie criticamente em perigo (CR). Esta entidade, corresponde actualmente a duas espécies (*C. lusitanicum* e *C. almaiai*), a última das quais ocorre apenas no Sul de Portugal, restringindo a sua distribuição às bacias do Mira e Arade (em quatro Sítios);
- O grupo dos quirópteros inclui um número significativo de espécies com estatuto de ameaça (três espécies CR, uma EN e quatro VU) ou sobre os quais não existe informação suficiente (duas espécies DD), sendo um grupo particularmente vulnerável por a maioria das espécies ser cavernícola;
- O bivalve dulciaquícola *Margaritifera margaritifera*, espécie redescoberta em Portugal e que ocorre em apenas três Sítios, e cujo estatuto de ameaça não é conhecido, embora se saiba que apresenta várias populações em situação de grande fragilidade;
- *Canis lupus* e *Callimorpha quadripunctaria*, espécies prioritárias, a primeira com estatuto de ameaça (EN). Quanto à segunda, não há informação suficiente para avaliar o seu estatuto em Portugal;
- São também de salientar espécies como o lince-ibérico *Lynx pardinus* (também espécie prioritária) e o lagostim-de-patas-brancas *Austropotamobius pallipes*, cuja ocorrência não tem sido confirmada. Para estas espécies são propostos programas de reintrodução em áreas históricas com maior potencial.

Assim, a maioria das espécies que exigem uma atenção particular estão relacionadas com os cursos de água. Esta situação é compreensível face à dependência que estas espécies têm da integridade destes sistemas, que são dos mais intervencionados, nomeadamente pela criação de barreiras à circulação, modificação das suas margens, e alteração das características físico-químicas e biológicas da água.

Destacam-se ainda os morcegos cavernícolas, dependentes de condições de abrigo muito específicas e os grandes carnívoros, necessitando de amplas áreas com perturbação relativamente reduzida.

Identificaram-se ainda os sítios mais relevantes para garantir a manutenção das espécies num estado de conservação favorável: por constituir um dos poucos locais onde a espécie ocorre, por integrar o seu limite de distribuição, por incluir sub-populações mais bem conservadas, por apresentar características de habitat particularmente favoráveis ou ainda por incluir isolados populacionais.

Desta forma, são particularmente relevantes por uma ou mais das razões acima referidas:

- Os sítios Costa Sudoeste, Moura/Barrancos, S. Mamede, Guadiana, Alvão/Marão e Douro Internacional, que encerram uma grande diversidade de espécies muitas das quais têm estatuto de ameaça em Portugal;

**Relatório**

- Os sítios Serra da Estrela, Montesinho/Nogueira, Serras da Peneda e Gerês, Serras de Aire e Candeeiros, Sicó/Alvaiázere e Monfurado, pela grande diversidade de espécies que neles ocorrem.

Em conclusão, e sem esquecer que as obrigações do Estado Português se estendem à manutenção em estado de conservação favorável de todos os valores protegidos pelas Directivas Aves e Habitats, é admissível extrair um conjunto de orientações estratégicas sobre as necessidades mais prementes e estruturantes de actuação territorial.

A recuperação ou manutenção das características de qualidade e continuidade de linhas de água e fundos dos vales (incluindo vales escarpados) podem ser identificadas como uma das mais evidentes necessidades de gestão da Rede Natura 2000. Esta situação decorre tanto da sua importância para a conservação de habitats específicos, como também da dependência da sua integridade para um conjunto muito alargado de espécies ameaçadas, seja directamente (como nos peixes bivalves e nalgumas espécies de répteis, anfíbios, mamíferos e aves), seja como áreas de alimentação (como no caso dos quirópteros e algumas espécies de aves), seja como refúgio e local de passagem e corredor (como para os grandes carnívoros), seja finalmente como local de reprodução (como no caso de espécies de aves de rapina ou planadoras).

A necessidade de garantir a integridade funcional das linhas de água, associada aos vales e às margens ribeirinhas, exigem que a gestão destas áreas e os interesses sociais sectoriais secularmente associados à gestão da água e das zonas de acumulação de solo, sejam adequadamente ponderados e equilibrados. O plano identifica pois a gestão destas áreas como absolutamente central.

Para além das linhas de água e fundos de vales, há também um conjunto de zonas húmidas que o plano identifica como muito relevantes, nalguns casos de distribuição fragmentária e em que a questão da continuidade funcional se coloca de forma substancialmente diferente. A conservação de habitats e de espécies da flora, anfíbios e de alguns grupos de aves assume aqui um valor de primeira grandeza. É expectável que a sua importância para a conservação de espécies de invertebrados seja também muito elevada, mas a falta de informação sobre este grupo de espécies não o permite afirmar com segurança. Este grupo de zonas húmidas e habitats higrófilos pode ser dividido nas que estão associadas aos topos das serras (p.ex. turfeiras), às depressões litorais, sobretudo dunares e a um conjunto muito diverso de situações fisiográficas ao longo do país (p.ex. pauis). A fragmentação destas áreas, a sua reduzida dimensão em muitos casos e a ausência de sinais evidentes de valor conservacionista para a generalidade do público, torna essencial o esforço de identificação e referência destas áreas. Acresce que, em muitas situações, zonas húmidas configurando pequenas bolsas de território estão encravadas numa matriz bastante produtiva do ponto de vista económico, e a sua dependência de uma mais ou menos complexa hidrologia do solo, que pode ser afectada por acções realizadas a distâncias relativamente grandes, torna particularmente exigente a compatibilização da sua conservação com o desenvolvimento das actividades económicas envolventes (sobretudo a pastorícia e florestação nas serras, a agricultura e o desenvolvimento urbano-turístico no restante território).

**Relatório**

Por seu lado, a riqueza e fragilidade das áreas associadas ao litoral, quer sejam dunas, quer sejam arribas, quer sejam estuários, ou lagoas costeiras, são um dado referenciado há largos anos. O plano sectorial vem confirmar esta situação, sobretudo relevante para os habitats, as espécies da flora e as aves, no caso das zonas húmidas costeiras, identificando também como central para a manutenção em estado de conservação favorável dos valores associados a estas áreas uma necessidade de articulação profunda com os sectores económicos mais presentes: urbano-turístico, pescas e aquacultura, actividade portuária, actividade industrial e intervenção a montante ao nível das bacias hidrográficas.

A compatibilização dos diferentes interesses não é fácil, não se compadece apenas com decisões de fim de linha sobre cada pretensão ou projecto, exigindo um esforço significativo de planeamento. Neste sentido, não descurando a importância dos POOC e dos Planos de Bacia para este desiderato, reconhecem-se as limitações dos instrumentos de ordenamento do território face à ausência de integração dos objectivos das Directivas Aves e Habitats nos instrumentos existentes. É pois expectável a necessidade de um esforço muito significativo, tanto das entidades de tutela do ordenamento, como das entidades de tutela da conservação, como ainda dos agentes económicos no sentido de compreender e antecipar os conflitos de interesses potenciais nestas áreas, resolvendo-os de forma adequada e equilibrada em sede de ordenamento do território, em detrimento da procura de compatibilização já em sede de discussão de projectos concretos com recurso aos processos de avaliação de incidências ambientais, que desempenharão sempre um papel importante, mas complementar ao do ordenamento do território.

O Plano identifica ainda como centrais para a conservação dos valores protegidos pela Rede Natura 2000 a manutenção e incremento dos bosques climácicos ou para-climácicos, sobretudo de quercíneas, mas também com outras espécies dominantes em situações específicas (a manutenção e recuperação dos bosques ripícolas, de uma importância extrema, está incluída na gestão das linhas de água e fundos dos vales). Sendo certo que a recuperação da vegetação autóctone é uma notória tendência actual, fruto do abandono rural, nomeadamente do pastoreio, é também certo que este abandono tem feito crescer de forma significativa o risco de incêndio, com consequências no atraso da recuperação dos sistemas, para além das reconhecidas consequências sociais e económicas. Deste ponto de vista, duas linhas de actuação devem ser prosseguidas de forma consistente: uma linha de defesa dos povoamentos reliquiaes climácicos ou para-climácicos ainda existentes e outra linha de articulação com a política florestal que consiste numa gestão orientada para o apoio à evolução da actual recuperação da vegetação autóctone para a reconstituição de manchas significativas de bosques autóctones estruturalmente maduros.

Não tanto para os habitats naturais (*sensu* Directiva), mas sobretudo para as espécies da fauna, e algumas da flora, o Plano identifica como central a gestão das áreas agrícolas e agro-florestais, e mais que isso, dos mosaicos rurais. Para alguns grupos de aves especialmente ameaçados, a manutenção de áreas significativas de culturas extensivas de cereais de sequeiro de rotação no Sul do País ou de manchas de montado de sobro e azinho mais ou menos abertas, é mesmo a questão central para a sua manutenção num estado de conservação favorável. Da mesma forma o mosaico rural é estruturante na conservação dos

**Relatório**

grandes mamíferos, dada a mobilidade destas espécies, a dimensão das suas áreas vitais e a absoluta necessidade de conectividade entre estas.

O Plano identifica portanto a articulação entre a política de conservação e a política de desenvolvimento rural como uma questão estratégica em matéria de conservação da biodiversidade, sem a qual Portugal não estará em condições de cumprir as suas obrigações decorrentes do processo da Rede Natura 2000.

O plano identifica ainda como fundamental para a conservação de grupos específicos muito ameaçados (como é o caso dos quirópteros) a conservação de abrigos existentes em grutas e minas, bem como, embora de forma menos condicionada, em escarpas. Esta situação prende-se com necessidades regulamentares e de vigilância em troços muito limitados do território, mas que pela sua importância e especificidade deve ser encarada, tal como as outras linhas estratégicas atrás enunciadas, como condição essencial para o cumprimento das responsabilidades de Portugal em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.

**Orientações de gestão**

Da informação sistematizada no âmbito da elaboração do PSRN2000 sobressai um conjunto de orientações de gestão de âmbito genérico, aplicáveis à maioria dos valores naturais e, por essa razão, a grande parte dos Sítios e ZPE. Estas orientações não são por isso elencadas nas fichas dos Sítios e ZPE, nem se encontram cartografadas.

a) No que diz respeito à **necessidade de informação para a gestão da Rede Natura 2000** (adquirir conhecimento e prospectar a espécie/habitat) torna-se urgente colmatar lacunas nas seguintes áreas:

- A informação de base referente aos invertebrados e aos briófitos é claramente insuficiente;
- A cartografia da flora é na sua generalidade fragmentária, tornando-se necessário desenvolver e implementar um programa de cartografia sistemática das áreas de ocorrência, a iniciar-se pelas espécies mais ameaçadas;
- A cartografia dos habitats naturais revela discrepâncias significativas de área para área, devendo procurar-se nivelar essa informação pelos melhores exemplos, começando por rever a cartografia mais deficiente, adoptando como base de produção a escala de 1/25 000. A revisão global desta cartografia deve basear-se na informação constante das fichas de habitats elaboradas para este Plano, as quais representam um avanço notável na uniformização da interpretação do disposto na Directiva Habitats e no respectivo Manual de interpretação dos habitats do anexo I;
- Na revisão e actualização da cartografia das espécies da fauna a prioridade deverá ser dada à distribuição das espécies nas áreas em falta e, nos casos em que se justifique, deverá proceder-se ao

**Relatório**

zonamento da área da ocorrência identificando áreas de disjunção, isoladas geneticamente, funcionalmente diversas (reprodução, repouso, alimentação), bem como à compatibilização da base cartográfica (preferencialmente por biótopos) para as diferentes espécies ou grupos;

- Para a globalidade dos valores naturais é ainda prioritário um esforço no sentido de identificar o seu estado de conservação ao longo das áreas de distribuição, bem como a sua representatividade em cada Sítio ou ZPE, no conjunto da Rede Natura 2000 no continente e no país, e na globalidade do território nacional e do continente.

b) Complementarmente torna-se necessário desenvolver e implementar **programas de monitorização** a nível da totalidade do território nacional orientados para:

- acompanhamento da evolução do estado de conservação dos valores,
- avaliação da eficácia das medidas de gestão adoptadas em função de objectivos de conservação;
- avaliação dos impactes das acções decorrentes da implementação de projectos, planos e programas;
- avaliação dos resultados da execução das medidas de compensação e de minimização.

c) O reforço da **eficácia de fiscalização**, entendida como o processo que medeia desde a dissuasão, o reconhecimento da infracção até à sanção do seu autor, é considerado uma trave mestra da melhoria da gestão para a conservação dos valores naturais, num plano claramente superior ao da melhoria do enquadramento jurídico ou do reforço dos meios técnicos. Num conjunto muito vasto de valores naturais esta aparece como uma das principais orientações de gestão, sendo muitas vezes referida explicitamente a necessidade de melhoria da aplicação da legislação existente.

d) Para um conjunto também alargado de valores naturais a **informação e sensibilização** é referida como uma orientação de gestão necessária. Em muitas situações, trata-se apenas de uma medida complementar de apoio à execução de outras orientações de gestão. Deverá igualmente ser desenvolvido um plano de informação, sensibilização e educação sobre a importância da biodiversidade e dos valores existentes na Rede Natura 2000, tendo por objecto vários público-alvo: crianças, universitários, Terceira Idade, autarcas, caçadores, agricultores, intervenientes nos processos de fiscalização e outros agentes (advogados, magistrados, autoridades policiais intervenientes na aplicação da justiça). O desenvolvimento deste plano deverá fazer uso de várias sinergias com outras entidades da Administração Pública ou Privados.

Para determinados valores naturais foram identificadas orientações de gestão cuja implementação extravasa o âmbito territorial dos Sítios e ZPE, carecendo de medidas a nível nacional, transfronteiriço ou mesmo

**Relatório**

internacional. Estas orientações também não são elencadas nas fichas dos Sítios e ZPE, nem se encontram cartografadas:

- Estabelecer colaboração em **programas internacionais de conservação de espécies** nomeadamente em áreas transfronteiriças ou para espécies de distribuição ibérica, como por exemplo *Lynx pardinus* (lince-ibérico), *Ciconia nigra* (cegonha-negra), *Canis lupus* (lobo-ibérico), *Anaedyptes hispanica* (saramugo), entre outras;
- Para valores naturais especialmente ameaçados deve ser adoptado um plano de acção, dada a precariedade do seu estado de conservação e/ ou a complexidade das questões envolvidas na sua conservação. Estão neste caso espécies como *Otis tarda* (abetarda) e *Grus grus* (grou), *Microtus cabreræ* (rato de Cabrera) ou ainda morcegos como *Rhinolophus euryale* (morcego-de-ferradura-mediterrânico), e *Myotis blythii* (morcego-rato-pequeno).
- Quando se verificar a necessidade de **implementar medidas de conservação ex-situ** (como criação de estruturas de recepção ou reprodução para espécies da fauna ou estabelecimento de bancos de germoplasma para espécies da flora) estas deverão preferencialmente integrar os referidos planos de acção; englobam-se neste caso, a título de exemplo, espécies da flora como *Linaria ricardoi*, *Linaria coutinhoi*, *Marsilea quadrifolia*, *Narcissus fernandesii* ou da fauna, como *Lynx pardinus* (lince-ibérico), *Geomalacus maculosus*, ou alguns habitats naturais, caso de habitats dulciaquícolas ou bosques, onde o reforço populacional de espécies directrizes ou características possa ser indicado.
- Em algumas situações torna-se necessário combater doenças fitossanitárias/epizootias. Aplica-se a populações presa de espécies da fauna, como o coelho-bravo (base da alimentação do linco e de algumas aves de rapina, sendo a rarefacção das populações de coelho-bravo principalmente provocada pelas epizootias, mixomatose e pneumonia viral hemorrágica); contempla ainda o combate a pragas e doenças fitossanitárias, nomeadamente, no caso do habitat soutos antigos, o combate à tinta e ao cancro do castanheiro;
- Noutros casos torna-se fundamental gerir e fiscalizar o **tráfego marítimo ao longo da costa**, de forma a evitar as lavagens de tanques e contaminação indevida por hidrocarbonetos e outros poluentes, assim como **reforçar a fiscalização do despejo das águas de lastro dos navios** e o controlo do seu tratamento (na medida em que estas são um meio de introdução e disseminação de espécies não indígenas invasoras e/ou patogénicas), com repercussão em habitats costeiros e halófilos. Aplica-se a espécies da fauna (cetáceos e aves marinhas) e a habitats de águas marinhas, meios sob a influência das marés, sapais e prados salgados.

No que diz respeito à **gestão dos Sítios e ZPE**, identificaram-se como generalizadas as seguintes linhas estratégicas:

**Relatório**

- Para a globalidade dos valores naturais o **ordenamento do uso do espaço** é vital. Tal significa que, não havendo incompatibilidade de princípio com um leque alargado de actividades, incluindo a urbanização, o turismo, as infra-estruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer, por exemplo, a conservação destes valores implica uma alteração significativa na prática de ordenamento do território, num sentido de uma maior integração dos objectivos de conservação nos instrumentos de gestão do território;
- Na generalidade a **via contratual** para a gestão activa necessária à conservação dos Sítios e ZPE, designadamente a desenvolver no contexto da aplicação de políticas sectoriais, como por exemplo o desenvolvimento rural, prefigura-se como mais eficaz e eficiente na obtenção de resultados de conservação, significando que o **estabelecimento de parcerias**, sobretudo com proprietários e gestores, nos sectores agrícola, florestal, de pastorícia e pescas corresponde a uma orientação chave para a gestão da Rede Natura 2000. Esta prática contratual estará estreitamente ligada à disponibilidade dos meios para a sua execução, mas sobretudo a uma maior integração dos objectivos de conservação nos instrumentos de gestão da política agrícola e das pescas, coerente aliás com o sentido das reformas da Política Agrícola Comum e das Pescas;
- Para a gestão dos valores associados às linhas de água e dos sistemas húmidos, dada a sua estreita dependência das características do meio, nomeadamente a qualidade da água, e da utilização da envolvente, que muitas vezes extravasa a área classificada, parece só ser exequível numa lógica de **gestão integrada da bacia hidrográfica**, obrigando à necessária articulação entre as entidades gestoras de conservação e as entidades de tutela da gestão da água;
- Para Sítios ou ZPE onde a compatibilização da conservação dos valores naturais com as actividades neles praticadas se apresenta como uma tarefa de elevada complexidade, exigindo informação trabalhada com um detalhe não compatível com a escala do PSRN2000, deverão ser elaborados **planos de gestão** (no âmbito do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro,) que definam as medidas de gestão adequadas.
- O estado de conservação de um número alargado de valores depende em grande medida de **acções de pequena escala** e muito localizadas que deverão ser identificadas e calendarizadas num **Programa Nacional de Conservação da Natureza** que garanta a sua execução;
- O controlo e tentativa de **erradicação de espécies invasoras**, bem como de outras espécies não indígenas em situações específicas, constituem, para a conservação de algumas espécies, uma prioridade absoluta, sendo que a complexidade e extensão dos meios envolvidos (incluindo os financeiros) aconselham a adopção de uma política nacional.

## Relatório

Complementarmente o controlo de animais assilvestrados é uma acção com impactes positivos significativos para algumas espécies em alguns Sítios e ZPE.



## 6. Avaliação de Incidências e Impactes Ambientais

Durante a fase de discussão pública pretende-se que o Plano inclua a definição de limiares para os tipos de projectos listados em cada sítio e ZPE no sentido de diminuir a discricionariedade decorrente quer da nova legislação de Avaliação de Impacte Ambiental, quer da legislação referente à Rede Natura, conforme referido no ponto 2. do presente relatório<sup>1</sup> (Objectivos e âmbito territorial).

Esta diminuição da discricionariedade faz-se por três vias complementares:

- A adaptação para cada Sítio e ZPE, dos limiares de sujeição a Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) dos projectos listados nos anexos do Decreto-Lei n.º 69/2000, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/05 de 8 de Novembro, ou a sujeição destes a análise de incidências ambientais, em função das orientações de gestão definidas para cada Sítio e ZPE;
- A definição de novos projectos e acções a sujeitar a AIA sempre que tal se justifique para algum Sítio ou ZPE, em função das orientações de gestão definidas;
- A utilização da figura da análise de incidências ambientais, não prevista no Decreto-Lei n.º 69/2000 mas prevista na Directiva Habitats e no Decreto-Lei n.º 140/99, segundo a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005.

Do referido resulta, para cada Sítio e ZPE, uma lista de projectos sujeitos a AIA, independentemente da sua dimensão e uma lista de projectos sujeitos a análise de incidências ambientais, listas estas que se incluem na respectiva ficha de Sítio e ZPE. Estas listas não substituem as existentes no Decreto-Lei n.º 69/ 2000 para todo o país, antes a complementam, o que significa que nas listas referidas apenas se incluiu o que está para lá do já definido no Decreto-Lei n.º 69/ 2000.

Assim, refira-se que:

- Os limiares do Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 197/05 de 8 de Novembro, são claramente imperativos para o PSRN2000;
- Os limiares e tipologias de sujeição a Análise de Impactes Ambientais, definidos para cada Sítio e ZPE, em função da natureza dos projectos e das orientações de gestão identificadas como relevantes,

---

<sup>1</sup> Este aspecto é particularmente importante no sentido em que fará diminuir a discricionariedade possibilitada tanto pela revisão do Decreto – Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio operada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro que considera sujeitos a AIA os projectos não abrangidos pelos limiares do seu Anexo II de acordo com os critérios definidos no seu anexo V, ou ainda os que pela sua natureza, localização ou dimensão sejam considerados como susceptíveis de provocar impactos significativos no ambiente. No mesmo sentido, e especificamente no que diz respeito à conservação da natureza está consagrada essa discricionariedade no âmbito do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro.

## Relatório

delimitam a aplicação do anexo V do Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, com a nova redacção são considerados pela proposta de plano como estando em aberto;

## 7. Articulação com outros instrumentos de gestão territorial

As disposições constantes da alínea a) do n.º 2 e dos n.ºs 4 e 5 do artigo 65º da Constituição da República Portuguesa consagram a existência de uma pluralidade de planos territoriais, de onde deriva necessariamente o princípio constitucional da conjugação e harmonização entre as normas dos diferentes planos, visando, assim, impedir a ocorrência de conflitos entre as mesmas.

Na esteira deste princípio, a Lei n.º 48/98, de 8 de Agosto, relativa às bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e, bem assim o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, consigna as relações de hierarquia entre os vários instrumentos de gestão territorial e confere importância à capacidade que as várias entidades responsáveis pela sua elaboração têm de coordenar as suas actuações.

É de salientar que o PSRN2000 visa implementar no território nacional, os objectivos consignados nas Directivas “Aves” e “Habitats”, pelo que as alterações do seu conteúdo ou parte dele, por outro instrumento de gestão territorial, quando permitidas, nos termos da legislação em vigor, não poderão contrariar os referidos objectivos.

Assim, a elaboração de qualquer plano será sempre fruto da colaboração e da concertação entre os vários órgãos da administração directa e indirecta do Estado e da administração local, com competências sobre o território em causa e ainda da participação dos cidadãos, visando alcançar o objectivo máximo que é o de o plano concretizar uma adequada ponderação dos diferentes interesses nele envolvidos.

Por conseguinte, o procedimento de formação e de elaboração do presente plano sectorial, deve este reger-se pelos princípios supra referidos, ou seja, o de cooperação entre os vários sujeitos de direito público nele envolvidos, o da participação de todos os interessados e o da adequada ponderação e concertação dos interesses nele envolvidos.

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, estabelece no seu artigo 8º, n.º 4 que a execução da Rede Natura 2000 seria objecto de um plano sectorial, a elaborar, designadamente, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Por outro lado, o referido Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril estabelece também regras próprias relativas aos instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas áreas englobadas na Rede Natura 2000 (artigos 8º e 9º). Por conseguinte, na articulação do PSRN2000 com os demais instrumentos de gestão territorial devem aplicar-se, conjuntamente, as normas constantes do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo referido Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro e as normas do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (com as alterações do Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro).

**Relatório**

O PSRN2000 constitui um instrumento de gestão territorial, de âmbito nacional, que vincula apenas entidades públicas, sendo certo que estabelece também princípios e regras a definir em novos instrumentos de gestão territorial vinculativos para os particulares.

Relativamente à relação do PSRN2000 com os demais instrumentos de gestão territorial, é de salientar, desde logo, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, este plano deve traduzir um compromisso recíproco de compatibilização com as opções constantes do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os outros planos sectoriais, os planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e com os planos regionais de ordenamento do território (PROT).

No que se refere ao PNPOT, devem ser desenvolvidas e concretizadas no PSRN2000 as directrizes definidas para o efeito naquele programa (artigo 23º, n.º 4).

Relativamente aos planos regionais de ordenamento do território (PROT), é necessário ter em conta que deve verificar-se uma compatibilização entre os já existentes e o PSRN2000, enquanto que os novos PROT devem, por sua vez, integrar as opções deste plano sectorial (artigo 23º, n.º 5).

Por outro lado, o PSRN2000 estabelece também os princípios e as regras orientadoras da disciplina a definir por novos planos especiais de ordenamento do território (PEOT), pelo que, na aprovação desses novos planos se devem ter em conta os referidos princípios e regras constantes do presente plano sectorial (artigos 8º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, e 23º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

Quanto aos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estabelece-se no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estes devem acautelar, nomeadamente, a programação e a concretização das políticas de ambiente, com incidência espacial, promovidas pela administração central, através dos planos sectoriais (artigo 24º, n.º 3 do mesmo Decreto-Lei).

Na esteira deste princípio, o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo referido Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, determinou que na primeira revisão ou alteração dos PMOT, designadamente, dos planos directores municipais - PDM, (e bem assim dos PEOT), deve efectuar-se a sua adaptação às medidas de conservação definidas através dos mecanismos previstos no referido Decreto-Lei ou previstas no PSRN2000 (artigo 8º, n.º 3, alínea b) do referido diploma). Por outro lado, consignou-se ainda que os relatórios dos PMOT (nomeadamente dos PDM) e dos PEOT devem especificar o fundamento das previsões, restrições e determinações aprovadas que garantam a conservação dos habitats e das espécies (alínea b) do n.º 3 do artigo 8º do mesmo diploma).

Simultaneamente e nos termos da artigo 8º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Fevereiro, com a sua redacção actual, deve o PSRN2000 definir as formas de adaptação dos PEOT e dos PMOT.

**Relatório**

Tais formas de adaptação dos PMOT e dos PEOT encontram-se previstas no ponto 7.2. do presente plano, devendo efectuar-se no prazo de seis anos após a aprovação deste (artigo 8º, n.º 7 do citado Decreto-Lei n.º 140/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro).

Importa salientar a importância da adaptação dos instrumentos de gestão territorial, designadamente dos PEOT e dos PMOT às orientações consignadas no PSRN2000.

Essa adaptação, tendo como princípio a responsabilidade colectiva e individual da comunidade e visando a integração da conservação da natureza em todas as políticas sectoriais, traduzir-se-á no envolvimento crescente de todos os sectores da Administração Pública, que assumem assim um papel activo e interventor na implementação e na prossecução dos objectivos que presidiram à classificação das áreas que integram a RN2000.

Assim, à medida que se operar a adaptação desses instrumentos às orientações que ora se consignam no PSRN2000, e sempre que a fundamentação dos respectivos relatórios esteja conforme com as referidas orientações (alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro), verificar-se-á uma simplificação de numerosos procedimentos, designadamente os necessários para a prática dos actos e actividades constantes do n.º 2 do artigo 9º do citado diploma legal.

**7.1. Análise de Planos, Programas e projectos sectoriais**

Conforme disposto no n.º 3 do Artigo 38º (Elaboração) do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, “*a elaboração dos planos sectoriais obriga a identificar e a ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, programas e projectos designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações.*”

Com vista a apoiar a elaboração deste trabalho de análise dos planos, programas e projectos com incidência na área do PSRN2000, o ICN adjudicou ao Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa, a representação em suporte cartográfico georeferenciado e à escala de trabalho deste Plano do conjunto cartografável de normas e propostas dos planos, projectos e programas sectoriais, encontrando-se a listagem dos documentos analisados no âmbito deste trabalho no Anexo IV. Atendendo ao âmbito territorial deste Plano, à sua escala de desenvolvimento e ao seu carácter programático e orientador não foi efectuada uma análise dos Planos Directores Municipais. A ponderação e integração das orientações de gestão à escala municipal deverá ser efectuada em sede de revisão dos PMOT.

Para o efeito da análise dos documentos do Anexo IV o ISEGI desenvolveu uma aplicação informática na qual foram produzidas tabelas com tradução das disposições legais ou regulamentares, bem como das

**Relatório**

normas orientadoras e medidas relativas à sua implementação, passíveis de serem traduzidas territorialmente.

Este trabalho permite assim identificar eventuais conflitos ao nível dos objectivos do PSRN2000, com disposições constantes de Planos, Programas, Projectos e outros identificados no âmbito deste trabalho, ou pelo contrário identificar eventuais sinergias com estes.

Embora não dando origem a um documento formal, os instrumentos criados permitem a verificação da compatibilidade dos diversos instrumentos de planeamento.

Atendendo à natureza genérica da grande maioria das orientações de gestão preconizadas neste Plano como estratégicas com vista à manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais para os quais os Sítios e ZPE foram classificados, e após terem sido efectuados ensaios de verificação para alguns dos instrumentos de planeamento, quer pelo ICN quer por entidades sectoriais que acompanharam a elaboração do PSRN2000, estima-se que seja pouco provável a incompatibilidade com *“planos, programas e projectos designadamente da iniciativa da Administração Pública”*. Tendo em conta a carência de recursos necessários à verificação sistemática e exaustiva desta condição, não foi possível ao ICN proceder a esta tarefa.

Entende-se no entanto que tal facto não prejudicou o essencial do desenvolvimento do PSRN2000.

**7.2. Inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial**

Todos os instrumentos de planeamento territorial (Planos Municipais de Ordenamento do Território - PMOT) e de natureza especial (Planos Especiais de Ordenamento do Território - PEOT), que definam ou determinem a ocupação física do território, deverão concretizar e desenvolver as orientações de gestão expressas no PSRN2000, em função do respectivo âmbito e natureza, para todos os usos, actividades e acções por eles reguladas.

Nestes termos, a adaptação daqueles instrumentos de planeamento territorial ao PSRN 2000, deve ter como enquadramento as fichas e as cartografias dos Sítios e ZPE, e reportar-se sempre que conveniente às fichas e às cartografias dos valores naturais, as quais se constituem como a fonte primária para a interpretação fidedigna indispensável à integração eficaz das disposições contidas no presente Plano Sectorial, em qualquer outro plano, projecto ou programa.

A cartografia disponível no PSRN2000 deve ser considerada como um instrumento de orientação e enquadramento indicativo, atendendo à escala de referência do Plano (1/100.000), à existência de lacunas de informação associadas em levantamentos cartográficos produzidos e ao dinamismo inerente aos sistemas naturais, com a consequente e contínua desactualização de informação de base.

Tal significa que a metodologia geral de integração do disposto no PSRN2000 em qualquer outro plano, projecto ou programa deverá seguir os seguintes trâmites:

**Relatório**

- a) Transposição e aferição dos limites dos Sítios e/ou ZPE para a respectiva escala, devendo esse polígono ser vertido para a planta de condicionantes, com a identificação dos Sítios e/ou ZPE em causa.
- b) Aferição e validação da informação relativa aos valores naturais constantes dos documentos de base do PSRN2000, para a respectiva escala. Se verificada qualquer discrepância entre a informação sobre os valores naturais recolhida à escala do plano, projecto ou programa, e a informação de base que suporta os elementos, sobretudo os cartográficos, do PSRN2000, deve essa discrepância ser claramente identificada e comunicada ao ICN, que avaliará a nova informação disponível, no respectivo quadro do acompanhamento. Fixada e validada a informação sobre os valores naturais, são aplicáveis a esses novos elementos as orientações de gestão para os respectivos valores, que constam do PSRN2000, ou outras, que venham a ser identificadas e acordadas, de modo a garantir o estrito cumprimento das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro. A tradução no território das orientações de gestão do PSRN2000 deverá assim decorrer directamente do conteúdo biológico real de cada território à escala da elaboração dos respectivos planos, projectos ou programas, adaptando-se às suas especificidades e à respectiva escala de elaboração, e tendo como suporte a informação contida nas fichas dos valores naturais.
- c) Dentro dos limites dos territórios classificados no âmbito da Rede Natura 2000 encontram-se áreas incluídas quer em solo rural, quer em solo urbano. Na planta de ordenamento, dos instrumentos de planeamento territorial e de natureza especial, as áreas de ocorrência dos valores naturais ou necessárias para a sua conservação e restabelecimento, serão integradas em solo rural, com diferente qualificação do solo de acordo com as exigências ecológicas, necessidades de gestão e o grau de protecção necessário aos valores em presença. Este grau de protecção deverá ser estabelecido em função da importância do território para a manutenção (ou para a sua recuperação) do valor natural num estado favorável de conservação e de acordo com as respectivas fichas de caracterização. Sem prejuízo das especificações de cada caso, deverá ser ponderada a incorporação do todo ou de parte destas áreas na estrutura ecológica municipal.
- d) Quaisquer propostas de reclassificação do solo rural como solo urbano, a qual se reveste de carácter excepcional, e se encontra limitada aos casos que se revelem comprovadamente necessários face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística, terão que ser ponderadas e analisadas, tendo em vista a manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais que ocorram no território em causa.
- e) Os regulamentos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e os Planos Especiais de Ordenamento do Território estabelecerão os parâmetros de ocupação e de utilização do solo, de

**Relatório**

modo a assegurar a compatibilização das funções de conservação, regulação com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

- f) Sempre que para a protecção dos valores em presença, se revelem insuficientes as disposições transpostas para os PMOT e PEOT, deverá ser equacionada a adopção de medidas complementares de conservação, através da elaboração de Planos de Gestão (artigo 7º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro).

A adopção desta metodologia pressupõe que em territórios concelhios abrangidos por áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, o ICN esteja representado nas respectivas Comissões Mistas de Coordenação.



## 8. Fontes de Financiamento

Tendo presente que o Plano Sectorial é um documento estratégico que, a uma macro-escala, estabelece as orientações gerais para a gestão dos sítios e Zonas de Protecção Especial que integram a Rede Natura 2000, considera-se que a fonte e o montante dos investimentos financeiros para assegurar o cumprimento daquelas orientações deverão ser equacionados à escala mais detalhada de elaboração dos instrumentos de gestão operacional (e.g. planos de gestão ou de acção, contratos, regulamentação).

Contudo o Plano Sectorial revela-se como instrumento condicional para o desenvolvimento do exercício de estimativa das necessidades de investimento, uma vez que estabelece o quadro de referência que as permitirá tipificar e quantificar: orientações de gestão sectorialmente definidas e territorializadas.

Tendo por base essa referência, a determinação das fontes e montantes de financiamento da Rede Natura 2000 com vista à planificação global dos investimentos nesta área, será efectuada em processos paralelos ao da elaboração deste Plano, à escala nacional e com o detalhe adequado a cada área classificada (e valor natural).

Simultaneamente, e estando-se na fase final de vigência do III QCA, a estimativa de financiamento da Rede Natura 2000 deverá ser enquadrada no contexto das Perspectivas Financeiras 2007-2013, acordadas pelo Conselho em Dezembro de 2005 e, mais concretamente, no âmbito dos regulamentos a adoptar para os futuros fundos comunitários.

De acordo com as Perspectivas Financeiras, o financiamento comunitário do ambiente (e, consequentemente, da conservação da natureza e da biodiversidade) durante o período 2007-2013 deverá ser horizontal e integrado nos diversos fundos, designadamente nos Fundos Estruturais (FEDER), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu das Pescas (FEP). Adicionalmente, poderão ser fontes de financiamento comunitário o Fundo Social Europeu, e o Fundo Europeu para a Cooperação Transfronteiriça.

Complementarmente, todos os instrumentos financeiros comunitários actualmente vigentes na área do ambiente (incluindo o LIFE, URBAN, Forest Focus e o financiamento das ONG) serão concentrados a partir de 2007 no futuro Instrumento Financeiro para o Ambiente (LIFE +), o qual contemplará um volume orçamental marginal do orçamento comunitário (2.190 milhões de euros para todo o período financeiro).

Estes Regulamentos estão em fases avançadas de negociação, sendo que por exemplo o LIFE + e FEADER foram já objecto de acordo político parcial (excluindo o orçamento), que ficou condicionado (tal como os demais fundos) à conclusão das negociações gerais do orçamento comunitário global (as Perspectivas Financeiras), tendo o Regulamento do FEADER sido adoptado em 20 de Setembro de 2005 (Regulamento n.º 1698/2005).

Durante o primeiro semestre de 2006 serão adoptadas as linhas estratégicas comunitárias de aplicação dos regulamentos do FEADER, FEDER e FC, com base nas quais serão desenvolvidas as estratégias nacionais

**Relatório**

respectivas, com vista a definir os quadros nacionais de planificação dos diferentes tipos de investimento (previsivelmente até ao final do primeiro semestre de 2006).

É neste contexto que serão identificadas as fontes e os montantes de financiamento da Rede Natura 2000 a integrar nos diversos fundos, tendo como referência as orientações de gestão do Plano Sectorial e a estimativa financeira preliminar e global efectuada por Portugal (e pelos demais Estados-membros) para este efeito em 2003.

Convirá lembrar a este propósito que o financiamento global da Rede Natura 2000 na UE foi genericamente estimado em 2003, no âmbito de um exercício levado a cabo por um Grupo de Peritos *ad-hoc* da Comissão Europeia. Portugal estimou, grosso modo, um montante necessário de financiamento anual de cerca de 220 milhões euros, num total de ca. 6.5 biliões euros/ano estimados pela Comissão para os 25 Estados-membros. Esta estimativa reflecte sobretudo uma extrapolação para todo o território classificado, com base nas necessidades de financiamento anuais fornecidas por um conjunto (que se pretendeu representativo) de Áreas Protegidas coincidentes com sítios ou ZPE, tendo em atenção o uso do solo dos diferentes sítios.

O valor estimado pretendeu contudo ser meramente indicativo, enquadrado no universo comunitário, e não distingue o financiamento a imputar a investimento nacional do orçamento do Estado ou àquele de origem comunitária.

**O processo em curso**

Tendo por base o enquadramento atrás fornecido e como referência o período financeiro 2007-2013, identificam-se como fontes disponíveis e relevantes de financiamento (para além das fontes financeiras nacionais, públicas e privadas), o FEADER, o FEDER, o FC, o FEP e, marginalmente, o LIFE +, consubstanciando as conclusões do Conselho Europeu de Março de 2005, que reiterou a importância do objectivo de parar a perda da diversidade biológica até 2010, em particular através da incorporação desta prioridade nas demais políticas sectoriais.

Os Regulamentos e linhas estratégicas comunitárias da maioria daqueles fundos deverão prever um enquadramento genérico específico para o financiamento da Rede Natura 2000, incluindo, nalguns casos, componentes e orientações específicas, afectações orçamentais (mínimas) dedicadas e sistemas de condicionalidade.

Contudo, é remetida aos Estados-membros a responsabilidade de definir na sua programação global de aplicação dos fundos os montantes, modalidades e elegibilidades a dedicar ao financiamento da Rede Natura 2000, numa base anual e plurianual.

Com o objectivo de planificar a aplicação do **FEADER** para este fim durante o próximo período financeiro, a qual beneficiará sobretudo soluções de gestão de espécies e habitats dependentes de sistemas agro-silvo-pastoris, em particular na Rede Natura 2000, encontra-se em curso uma avaliação sobre a integração das

**Relatório**

necessidades de financiamento da Rede Natura 2000 na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural e no futuro Plano de Desenvolvimento Rural, o qual está a ser levado sob responsabilidade do ICN/MAOTDR, e deverá ser articulado com os serviços relevantes do MADRP.

Pretende-se com esta avaliação dispor, durante o 1º trimestre de 2006, do elenco das medidas de desenvolvimento rural a aplicar em todas as áreas classificadas da Rede Natura 2000, bem como a estimativa do investimento financeiro necessário para a sua aplicação.

Relativamente ao **FEDER** e **FC**, particularmente orientados para os investimentos infraestruturais de suporte à Rede Natura 2000, as estimativas de financiamento para este fim serão produzidas no contexto da elaboração do Quadro de Referência Estratégica Nacional de 2007-2013 (QREN), sob coordenação dos Ministério das Finanças e da Administração Pública, do MAOTDR e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. O QREN deverá ser submetido à Comissão Europeia durante 2006 e o seu mandato é o previsto no Despacho conjunto nº 637/2005, de 26 de Agosto.

Mais concretamente, a identificação dos investimentos para a gestão da Rede Natura 2000 a concretizar no âmbito do FEDER e do FC será desenvolvida pelo ICN no contexto do grupo de trabalho do MAOTDR/QREN para a preparação do próximo período de programação dos Fundos Estruturais e de Coesão nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, e cujo mandato se encontra definido no Despacho nº 19803/2005, de 14 de Setembro.

Por outro lado, tendo em atenção que o processo de alargamento da Rede Natura 2000 ao meio marinho deverá ocorrer durante o próximo período financeiro, este será um novo desafio imposto a Portugal na área da conservação da natureza e da biodiversidade, tendo particularmente em atenção que o nosso país detém cerca de 50% da ZEE da Comunidade.

Finalmente, e como referido anteriormente, o LIFE +, cujo regulamento foi objecto de acordo político parcial (i.e., exceptuando as matérias orçamentais), configurará sempre um instrumento financeiro marginal e complementar, que será aplicado directamente pelos Estados-Membros, através de um esquema de programação comunitária plurianual e de planos nacionais anuais. O LIFE + possui um eixo específico (em três) orientado para a conservação da natureza e biodiversidade, que co-financiará as acções, actividades e medidas não elegíveis ou enquadráveis nos Fundos Estruturais e de Coesão ou no Desenvolvimento Rural (gestão e acções de conservação de espécies, habitats e sistemas não agro-florestais, investimentos não enquadráveis nos objectivos de competitividade e coesão do FC e do FEDER, meio marinho).

A estimativa e tipificação dos financiamentos enquadráveis no LIFE +, e a verter previsivelmente em programas anuais a partir de 2007, será efectuada complementarmente aos processos em curso para o FEDER, FC e FEADR - e atrás referidos -, e deverá decorrer em 2006.

Convirá finalmente deixar presentes dois aspectos relevantes para este processo. Em primeiro lugar, as estimativas e abordagens referidas serão necessariamente informadas pelas orientações de gestão do Plano

**Relatório**

Sectorial (e demais elementos aí constantes); contudo, e para este efeito, concorrerão ainda os elementos decorrentes de projectos, planos e outros processos, em curso ou já terminados, desde as disposições constantes nos instrumentos de gestão territorial (e.g. planos de ordenamento de áreas protegidas, planos de génese sectorial) aos de natureza regulamentar (como por exemplo os decorrentes da Directiva-Quadro da Água, dos Nitratos, ou de outra legislação).

Por seu lado, e para além dos mecanismos de integração sectorial e das fontes comunitárias, o financiamento da Rede Natura 2000 deverá durante o próximo período financeiro aprofundar e desenvolver soluções que privilegiem, por um lado, a dinamização de factores de competitividade e atractibilidade económico-social de base territorial e, por outro, a contratualização e a iniciativa de base privada ou público-privada.

## 9. Acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

O PSRN2000 incorpora um conjunto significativo de informação de base e de orientações de gestão para os vários Sítios e ZPE com vista à conservação da biodiversidade, devendo considerar-se um instrumento dinâmico, susceptível de ser actualizado e melhorado.

O principal modo de garantir a eficácia do PSRN2000 passa pela verificação do cumprimento dos princípios, regras e procedimentos que este preconiza, através do adequado acompanhamento da sua execução, pelo que deve ser sujeito a um processo contínuo de acompanhamento e avaliação.

Esta avaliação corresponde a um sistema de acompanhamento permanente e regular por parte de uma Comissão – adiante designada por Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) - formada nomeadamente por todas as entidades responsáveis pela execução do Plano, incluindo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e presidida pelo ICN.

Os estudos e projectos conducentes a este processo de avaliação poderão ser realizados directamente pelo ICN e restantes entidades pertencentes à Comissão ou ainda por entidades exteriores, designadamente Universidades, Centros de Investigação e ONGA.

Para a avaliação da eficácia do PSRN2000 compete, designadamente, à CAA::

- verificar a adaptação dos instrumentos de gestão territorial às orientações consignadas no PSRN2000;
- definir os Indicadores de eficácia da aplicação das medidas de gestão (directos e indirectos);
- proceder à selecção dos indicadores do estado, pressão e resposta dos Sítios e ZPE;
- identificar as alterações do uso do solo para verificação da evolução (natural ou antropogénica) dos Sítios e ZPE;
- elaborar um relatório bi-anual sobre a avaliação da eficácia do plano.

Competirá ao ICN promover a actualização de toda a informação de base deste Plano Sectorial, no prazo máximo de 5 anos, nomeadamente no que diz respeito à representação cartográfica de habitats naturais e de espécies da Flora e da Fauna.

O PSRN2000 será revisto sempre que se verifique a alteração dos limites dos Sítios e ZPE (de acordo com o n.º 5 do artº 8º do Decreto-Lei n.º 140/99, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro); por outro lado, o PSRN2000 poderá ser também revisto sempre que, na sequência da avaliação efectuada, se concluir dessa necessidade.

**Relatório**

Não se verificando nenhuma das situações anteriormente referidas, o PSRN2000 deverá ser sujeito a revisões periódicas. Estas deverão ocorrer num prazo superior a 5 anos e inferior a 10 anos, contados a partir da data da aprovação deste plano.

É de salientar ainda que estando expressamente consignado o prazo de 6 anos para se proceder à adaptação dos PEOT e dos PMOT existentes, em conformidade com as orientações previstas no PSRN2000, não é expectável que a primeira revisão deste ocorra antes do decurso do referido prazo.

**Relatório****10. Divulgação**

O acompanhamento e avaliação do PSRN2000 será objecto de divulgação com o propósito de lhe dar visibilidade e constituir um elemento de controlo externo por parte da sociedade, de acordo com o Direito do Cidadão à Informação.

Esta deverá adequar-se aos vários tipos de Público, com formas, produtos, materiais e conteúdos diferenciados e adaptados às suas características.

A transmissão de informação resultante deste Plano poderá ser executada por meio de vários suportes: bases de dados, estudos, cartografia, relatórios de progresso, relatórios específicos de situação, meios informáticos (*site* do ICN, CD-ROM, etc).

Competirá ao ICN e restantes entidades representadas na Comissão de Acompanhamento e Avaliação promover esta divulgação.

## ANEXOS



## ANEXO I

**A Rede Natura 2000 e a sua implementação****1. A Directiva Aves (79/409/CEE)**

No cumprimento da aplicação desta Directiva cada um dos Estados-Membros da União Europeia deverá tomar as medidas necessárias para garantir a protecção das populações bravias das várias espécies de aves no seu território. Esta Directiva aplica-se às aves, aos seus ovos, ninhos e habitats, impondo a necessidade de proteger áreas suficientemente vastas de cada um dos diferentes habitats utilizados pelas várias espécies; regula o comércio de aves selvagens; limita a actividade de caça a um conjunto de espécies; e proíbe certos métodos de captura e abate.

Compete a cada um dos Estados-Membros assegurar uma protecção eficaz das aves selvagens em todo o seu território. Se uma espécie se encontra ameaçada, devem ser tomadas de imediato as medidas necessárias para ajudar à sua recuperação, de modo a garantir a sua sobrevivência.

As várias espécies de aves não podem existir se não dispuserem de uma diversidade e extensão suficiente de habitats. Cada espécie manifesta preferência por determinado tipo de habitat, havendo assim necessidade de preservar um grande número de áreas, com características distintas. Cada Estado-Membro deverá classificar como Zona de Protecção Especial os territórios mais apropriados, em quantidade e extensão, para a conservação das espécies de aves inscritas no anexo I da Directiva 79/409/CEE e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular no seu território.

As ZPE em território nacional deverão então contribuir para assegurar a conservação dos habitats necessários à sobrevivência das espécies da avifauna inscritas no anexo I da Directiva 79/409/CEE e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular no nosso país.

Uma vez declaradas as ZPE passam desde logo a integrar a Rede Natura 2000.

**2 .A Directiva Habitats (92/43/CEE)**

O período que decorreu entre 1988 e 1992 coincidiu com a preparação e discussão da Directiva 92/43/CEE (texto e seus anexos), tendo a versão final sido adoptada pelo Conselho da União Europeia em 21 de Maio de 1992.

**Relatório**

Decorrente da sua aplicação, cada Estado-Membro elaborou uma proposta nacional de Sítios, a submeter à Comissão Europeia, com base em critérios de selecção especificados no anexo III (fase 1) da referida Directiva, tendo em conta:

- para os habitats, num dado sítio, a representatividade (ou tipicidade) de cada tipo de habitat, a área do tipo de habitat relativamente à área que esse habitat cobre no território nacional e a estado de conservação do tipo de habitat considerado;
- para as espécies, num dado Sítio, a percentagem dos efectivos da espécie em relação ao quantitativo nacional, o estado de conservação da espécie e o grau de isolamento populacional.

Após um processo de análise e discussão bilateral entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros, das propostas de várias Listas Nacionais (pSIC) apresentadas por cada Estado Membro, são seleccionados os Sítios de Importância Comunitária (SIC). Esta selecção, desenvolvida a partir dos critérios especificados no anexo III (fase 2) da Directiva, é feita por Região Biogeográfica, de acordo com o mapa adiante apresentado (Fig. 2).

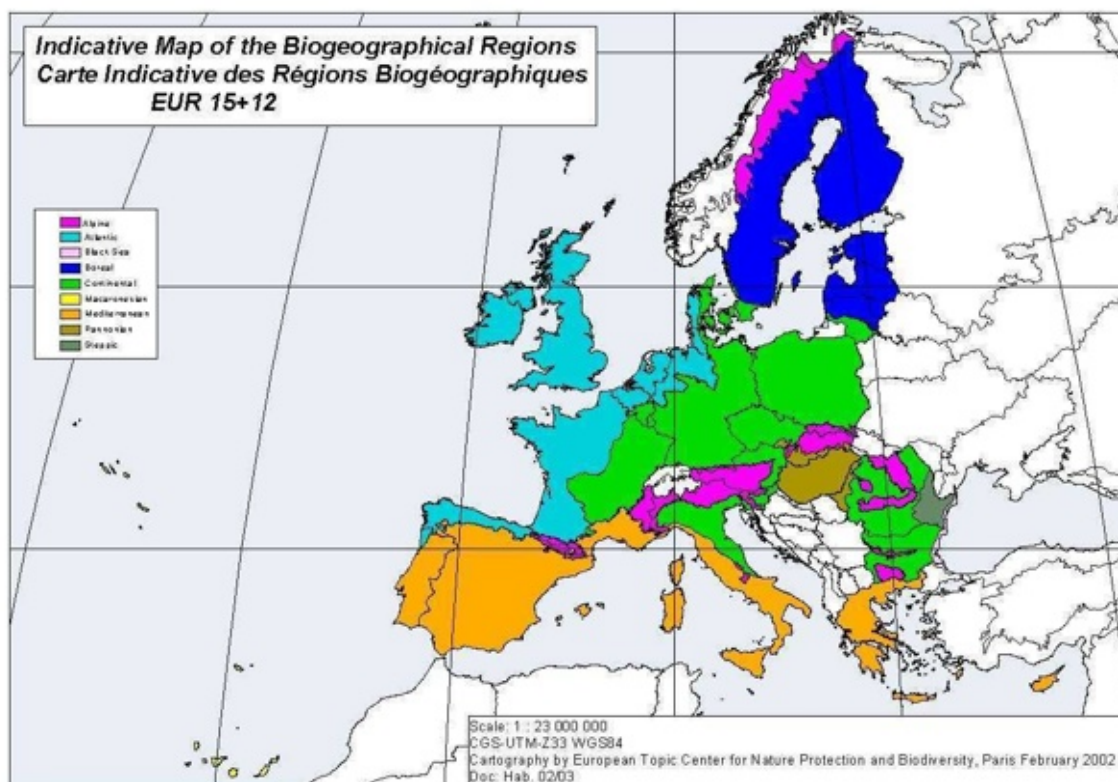


Fig. 2 – Mapa das Regiões Biogeográficas

Além de representantes dos Estados envolvidos, participam nos trabalhos dos Seminários Biogeográficos os serviços técnicos da Comissão, Agência Europeia do Ambiente (Centro Temático para a Conservação da Natureza e Biodiversidade) e ainda observadores independentes.

O posicionamento geográfico do nosso país, ao abranger três Regiões Biogeográficas – Atlântica e Mediterrânica no continente conforme mapa a seguir apresentado (Fig. 3), e Macaronésica nos arquipélagos da Madeira e dos Açores – é um factor de peso para a elevada diversidade biológica apresentada por Portugal.

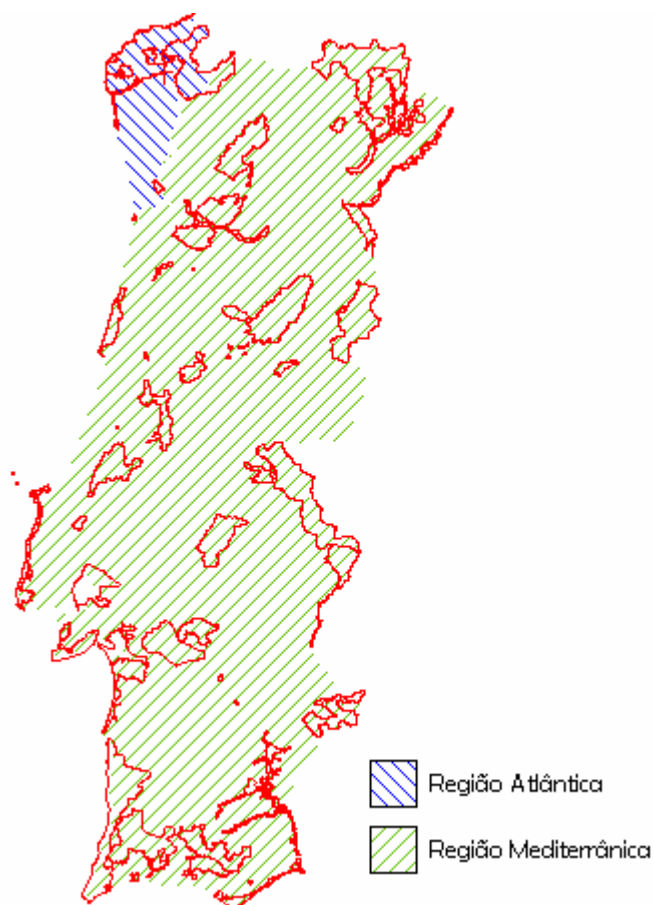


Fig. 3 – Mapa das Regiões Biogeográficas em Portugal continental

Encontra-se já aprovada a lista de Sítios de Importância Comunitária da Região Biogeográfica Atlântica (Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004 n.º C(2004) 4032 JOF L 387 de 29 de Dezembro (2004/813/CE). A aprovação desta lista comporta no entanto a existência de algumas reservas relativamente a habitats e espécies considerados como insuficientemente representados na Rede na região biogeográfica em causa, para os quais a Comissão Europeia considera ser necessário designar área adicional.

Encontram-se também já aprovadas as listas dos Sítios de Importância Comunitária para: Região Biogeográfica Alpina (através de Decisão da Comissão de 22.12.2003); Região Biogeográfica Macaronésica (através de Decisão da Comissão de 28 de Dezembro de 2001), nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho; e Região Biogeográfica Continental (Decisão da Comissão de 7.12.2004, publicada no JOC de 28 de Dezembro de 2004).

As Directivas não estabelecem a percentagem de território terrestre ou marinho que deverão ser incluídas na Rede Natura 2000, considerando-se que esta está dependente da riqueza biológica de cada região. Os

## Relatório

Estados-Membros devem então propor a designação dos Sítios em função da sua riqueza em biodiversidade.

### 3. A Rede Natura 2000 na União Europeia

Não estando ainda completa a Rede Natura 2000 e não considerando o alargamento aos novos países, encontra-se proposta para a sua integração uma área superior à dimensão do território da Alemanha, equivalendo a mais de 15% do território da União Europeia.

Neste momento, a implementação das Directivas Aves e Habitats no meio terrestre está em curso. Mantém-se no entanto por realizar a extensão destas Directivas ao meio marinho. Devido à complexidade dos fenómenos ecológicos associados aos ecossistemas marinhos e aos custos financeiros envolvidos no seu estudo, o processo de delimitação de Sítios marinhos e consequente conservação das espécies e habitats que estão na origem da sua criação é uma tarefa de elevada magnitude. Para acompanhar a situação e contribuir para a definição de directrizes de actuação, foi criado em 2002, no âmbito do Comité Habitats, um Grupo de Trabalho de Peritos do Meio Marinho coordenado pela Comissão Europeia. Os resultados do trabalho entretanto desenvolvido encontram-se neste momento em fase final de discussão, tendo para o efeito sido elaborado uma proposta de guia metodológico para a aplicação das Directivas Aves e Habitats ao meio marinho.

No Quadro 4 apresenta-se o estado actual da percentagem do território nacional de cada um dos Estados-Membros classificado como ZPE, ou proposto e/ou classificado como Sítio ao abrigo da Directiva Habitats.

Quadro 4 - “Barómetro” Europeu da Rede Natura 2000 – dados de Março 2005 [1] – Continente e ilhas  
 (fonte: <http://europa.eu.int/comm/environment/nature>)

Estados-Membros	Território nacional Directiva Aves (ZPE) (ha)	% terrestre território nacional Directiva Aves (ZPE)	Área Marinha Directiva Aves (ZPE) (ha)	Território nacional Directiva Habitats (SÍTIOS) (ha)	% terrestre território nacional Directiva Habitats (SÍTIOS)	Área Marinha Directiva Habitats (SÍTIOS) (ha)
Áustria	927.549	11,1	-	888.393	10,6	-
Bélgica	296.439	9,7	0	303.968	10,0	18.120
Chipre	10.794	1,2	0	45.919	5,0	5.033
República Checa	693.622	8,8	-	724.413	9,2	-
Alemanha	2.290.884	6,4	917.090	2.495.647	7,0	718.981
Dinamarca	253.590	5,9	1.217.304	317.696	7,4	795.899

## Relatório

<b>Estónia</b>	<b>566.827</b>	<b>12,5</b>	<b>639.427</b>	<b>717.223</b>	<b>15,9</b>	<b>341.885</b>
<b>Espanha</b>	<b>8.328.869</b>	<b>16,5</b>	<b>57.401</b>	<b>11.393.065</b>	<b>22,6</b>	<b>519.119</b>
<b>Finlândia</b>	<b>2.286.145</b>	<b>6,8</b>	<b>551.125</b>	<b>4.279.054</b>	<b>12,7</b>	<b>514.170</b>
<b>França</b>	<b>1.215.614</b>	<b>2,2</b>	<b>222.528</b>	<b>3.729.544</b>	<b>6,8</b>	<b>490.562</b>
<b>Grécia</b>	<b>1.329.827</b>	<b>10,1</b>	<b>40.496</b>	<b>2.164.296</b>	<b>16,4</b>	<b>599.801</b>
<b>Hungria</b>	<b>1.137.637</b>	<b>12,2</b>	<b>-</b>	<b>1.302.497</b>	<b>14,0</b>	<b>-</b>
<b>Irlanda</b>	<b>200.442</b>	<b>2,9</b>	<b>81.039</b>	<b>717.450</b>	<b>10,2</b>	<b>338.624</b>
<b>Itália</b>	<b>2.446.875</b>	<b>8,1</b>	<b>39.615</b>	<b>4.175.072</b>	<b>13,9</b>	<b>222.707</b>
<b>Lituânia</b>	<b>356.953</b>	<b>5,5</b>	<b>0</b>	<b>138.862</b>	<b>1,2</b>	<b>2.024</b>
<b>Luxemburgo</b>	<b>13.916</b>	<b>5,4</b>	<b>-</b>	<b>38.311</b>	<b>14,8</b>	<b>-</b>
<b>Letónia</b>	<b>623.186</b>	<b>9,6</b>	<b>51.954</b>	<b>709.461</b>	<b>11,0</b>	<b>55.631</b>
<b>Malta</b>	<b>763</b>	<b>2,4</b>	<b>0</b>	<b>3.935</b>	<b>12,5</b>	<b>0</b>
<b>Holanda</b>	<b>519.678</b>	<b>12,5</b>	<b>491.252</b>	<b>395.497</b>	<b>9,5</b>	<b>355.340</b>
<b>Polónia</b>	<b>2.436.183</b>	<b>7,8</b>	<b>879.448</b>	<b>1.171.550</b>	<b>3,7</b>	<b>0</b>
<b>Portugal [1]</b>	<b>933.433</b>	<b>10,1</b>	<b>62.211</b>	<b>1.601.235</b>	<b>17,4</b>	<b>49.015</b>
<b>Suécia</b>	<b>2.563.123</b>	<b>6,2</b>	<b>301.656</b>	<b>5.652.319</b>	<b>13,9</b>	<b>583.304</b>
<b>Eslovénia</b>	<b>465.306</b>	<b>23,0</b>	<b>286</b>	<b>635.944</b>	<b>31,4</b>	<b>18</b>
<b>Eslováquia</b>	<b>1.229.478</b>	<b>25,2</b>	<b>-</b>	<b>573.936</b>	<b>11,8</b>	<b>-</b>
<b>Reino Unido</b>	<b>1.410.334</b>	<b>5,8</b>	<b>74.869</b>	<b>1.599.146</b>	<b>6,5</b>	<b>910.900</b>
<b>UE</b>	<b>35.537.466</b>	<b>8,25</b>	<b>5.627.702</b>	<b>45.774.433</b>	<b>11,61</b>	<b>6.521.131</b>

#### 4. Enquadramento Nacional

A percentagem de territórios classificados no âmbito da conservação da natureza, como Sítios da Lista Nacional (dos quais alguns entretanto classificados como SIC), como Zonas de Protecção Especial ou incluídos na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), encontra-se referenciada no Quadro 5. Inclui-se ainda o somatório das áreas abrangidas por dois ou três estatutos de protecção, os quais nestas situações são contabilizados uma única vez.

Quadro 5 – Áreas Classificadas (Sítios e SIC+ZPE+RNAP) e suas sobreposições

Portugal continental		
Sítios e SIC	ha	%
superfície terrestre (ha)	1515184,72	
superfície marinha (ha)	58544,2	
superfície terrestre (%)		17,04
<b>ZPE</b>		
superfície terrestre (ha)	735921,43	
superfície marinha (ha)	88087,35	
superfície terrestre (%)		8,28
<b>Rede Nacional de Áreas Protegidas</b>		
superfície terrestre (ha)	667026,90	
superfície marinha (ha)	57477,6	
superfície terrestre (%)		7,50
<b>(Sítios e SIC+ZPE)</b>		
superfície terrestre (ha)	1820978,19	
superfície marinha (ha)	109009,94	
Superfície terrestre (%)		20,48
<b>(Sítios e SIC+ZPE+RNAP)</b>		
superfície terrestre (ha)	1896361,46	
superfície marinha (ha)	111205,8	
superfície terrestre (%)		21,32
<b>Superfície terrestre de Portugal</b>	8893853.44	

#### 4.1. As Zonas de Protecção Especial (ZPE) classificadas no âmbito da Directiva Aves

A Directiva Aves foi transcrita para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro, que estabeleceu a obrigatoriedade de criar e manter um regime geral de protecção das aves não cinegéticas, incluindo os respectivos ninhos, ovos e habitats, bem como de criar um conjunto de Zonas de Protecção

**Relatório**

Especial. Este diploma, viria a sofrer algumas alterações, tendo sido substituído pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, entretanto alterado e republicado através do Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro que revê a transposição da Directiva Aves e a harmoniza, num único diploma, com a Directiva Habitats.

O ICN é o organismo responsável pela classificação das Zonas de Protecção Especial em Portugal, cabendo-lhe a tarefa de elaborar a lista das áreas mais apropriadas para a conservação das aves selvagens no território continental e dar o devido encaminhamento para as instâncias comunitárias das áreas propostas pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

No âmbito do cumprimento da Directiva Aves, entre 1988 e 1990 foram classificadas 36 Zonas de Protecção Especial, das quais 18 referentes ao continente, 3 à Região Autónoma da Madeira e 15 à Região Autónoma dos Açores.

Em relação ao continente, a selecção dessas ZPE, teve em conta a sua reconhecida importância ornitológica, baseada em estudos técnico-científicos realizados principalmente pelo CEMPA (Centro de Estudos de Migração e Protecção das Aves) entre 1986 e 1987, e ainda por se localizarem em zonas protegidas ou do domínio público. Essas áreas compreendiam, no essencial, algumas zonas húmidas, áreas costeiras e zonas de montanha.

Contudo, algumas espécies muito importantes do anexo I da Directiva Aves não foram abrangidas pelas designações de Zonas de Protecção Especial até então efectuadas. Encontravam-se nestas condições, aves de rapina, necrófagas e outras espécies que nidificam principalmente em falésias ou fragas e nos vales de rios, e ainda as populações de aves estepárias que se encontram essencialmente no Alentejo.

Desta forma, e a fim de cumprir o estipulado na Directiva Aves, em 1999 seleccionou-se um conjunto de onze novas ZPE no território continental. A escolha destas áreas teve como base os estudos entretanto desenvolvidos tanto pelo ICN como por outras entidades, nomeadamente universidades e ONGAs, que identificaram as áreas de maior importância ornitológica em Portugal. Este trabalho integrou-se num projecto europeu coordenado pelo Bird Life International e com o suporte da Comissão Europeia sobre inventariação das áreas mais importantes na Europa para a conservação das aves (Important Bird Areas in Europe – Priority Sites for Conservation). No Quadro 6 encontra-se listado o conjunto das 29 ZPE classificadas para o território continental, com a adição de duas novas ZPE que se encontram em processo de classificação e cuja área é coincidente com a dos respectivos Sítios da Lista Nacional.

Simultaneamente, é publicado o Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro que cria na legislação nacional todas as ZPE entretanto classificadas para o território continental, excepto a Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo anteriormente criada pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro.



## Relatório

Quadro 6 - Lista das Zonas de Protecção Especial (ZPE)

Designação da ZPE	Código
Açude da Murta	PTZPE0012
Cabo Espichel	PTZPE0050
Campo Maior	PTZPE0043
Castro Verde	PTZPE0046
Costa Sudoeste	PTZPE0015
Douro Internacional e Vale do Águeda	PTZPE0038
Estuário do Sado	PTZPE0011
Estuário do Tejo	PTZPE0010
Estuários dos Rios Minho e Coura	PTZPE0001
Ilhas Berlengas	PTZPE0009
Lagoa da Sancha	PTZPE0014
Lagoa de Santo André	PTZPE0013
Lagoa Pequena	PTZPE0049
Leixão da Gaivota	PTZPE0016
Montesinho / Nogueira	PTCON0002
Moura / Mourão / Barrancos	PTZPE0045
Paul da Madriz	PTZPE0006
Paul de Arzila	PTZPE0005
Paul do Boquilobo	PTZPE0008
Paul do Taipal	PTZPE0040
Ria de Aveiro	PTZPE0004
Ria Formosa	PTZPE0017
Rios Sabor e Mações	PTZPE0037
Sapais de Castro Marim	PTZPE0018
Serra da Malcata	PTZPE0007
Serra do Gerês	PTZPE0002
Tejo Internacional, Erges e Pônsul	PTZPE0042
Vale do Côa	PTZPE0039
Vale do Guadiana	PTZPE0047
Monchique*	PTCON0037
Caldeirão*	PTCON0057

\* ZPE em processo de classificação

#### 4.2. Os Sítios classificados no âmbito da Directiva Habitats

No caso de Portugal, o ICN é o organismo do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, responsável pela apresentação da Lista Nacional de Sítios.



**Relatório**

Como resultado do cruzamento de toda a informação obtida através de uma série de projectos elaborados, a partir de 1994, em colaboração com Universidades e outras Instituições Científicas nacionais e co-financiados pelo Fundo LIFE (4.3), e ainda do conhecimento então existente no ICN, foi esboçada uma primeira Proposta Técnica de Lista Nacional de Sítios.

Por decisão do Governo a aprovação da Lista Nacional e sua comunicação a Bruxelas desenvolveu-se faseadamente.

Em relação ao continente a selecção dos Sítios da primeira fase teve em linha de conta o conhecimento técnico-científico que permitia considerá-los como os locais mais representativos para a conservação dos habitats de espécies da flora e fauna constantes do anexo II da Directiva, assim como a presença de habitats naturais constantes do anexo I da Directiva, que representassem de forma significativa a diversidade das duas Regiões Biogeográficas que ocorrem em Portugal continental. Interessa realçar que nessa altura ainda se encontrava a decorrer o projecto dos “Habitats Naturais” (Habitats Naturais e espécies da Flora do anexo II da Directiva Habitats em Portugal - Continente) e o conhecimento proveniente deste projecto só mais tarde permitiu realizar uma selecção mais aprofundada.

Ficaram assim para uma segunda fase alguns Sítios sobre os quais se entendeu ser necessário consolidar o conhecimento, nomeadamente quanto aos seus limites e caracterização ecológica.

A divulgação da proposta técnica base para a 1ª fase da Lista Nacional dos Sítios iniciou-se em 1996, seguida de um processo de discussão pública.

A **Lista Nacional de Sítios - 1ª fase**, após a introdução das alterações decorrentes da discussão pública a que foi submetida, veio a ser aprovada, incluindo 31 Sítios e ocupando cerca de 13% do território do Continente, e publicada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto.

Entretanto teve início o processo de transposição para o Direito Interno do texto da Directiva 92/43/CEE (Habitats), tendo sido publicado o Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto. Este, foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, de 24 de Abril, com o objectivo de regulamentar e harmonizar num único diploma as disposições emergentes das Directivas Aves e Habitats.

O processo de consulta pública para a 2ª fase da Lista Nacional de Sítios decorreu de 15 de Março a 15 de Abril de 2000, durante o qual esteve patente ao público a lista dos Sítios, fichas de caracterização e delimitação cartográfica (escala 1:100 000), tendo o ICN participado em diversas reuniões de trabalho e outras sessões e divulgação.

Em 7 de Julho de 2000 através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 76/2000 foi publicada a **Lista Nacional de Sítios – 2ª fase**, que criou mais 29 Sítios, perfazendo um total de 60.

## Relatório

Neste momento, através da Decisão da Comissão de 7/12/2004, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias a 29 de Dezembro de 2004, encontram-se designados como Sítios de Importância Comunitária os Sítios propostos pelo estado Português para a Região Biogeográfica Atlântica, os quais constam do Quadro 4.

O processo de designação como Sítios de Importância Comunitária dos Sítios abrangidos pela Região Biogeográfica Mediterrânica, deverá estar concluído até meados de 2006.

Acrescente-se ainda que a dinâmica e evolução natural do processo de implementação da Rede Natura 2000 poderá, no futuro, justificar a criação de novas áreas, assim como a desclassificação ou alteração de limites de qualquer Sítio constante da Lista Nacional.

No Quadro 7 apresenta-se a lista dos Sítios constantes da Lista Nacional, com referência à respectiva fase, e que constituem a proposta de Sítios de Importância Comunitária para a Região Biogeográfica Mediterrânica, apresentados por Portugal junto da Comunidade Europeia.

Quadro 7 - Sítios da Lista Nacional (1ª e 2ª fases)

<b>Código</b>	<b>Designação do Sítio</b>	<b>Fase</b>	<b>Código</b>	<b>Designação do Sítio</b>	<b>Fase</b>
PTCON0003	Alvão /Marão	1ª	PTCON0023	Morais	1ª
PTCON0035	Alvito /Cuba	2ª	PTCON0053	Moura /Barrancos	2ª
PTCON0052	Arade /Odelouca	2ª	PTCON0037	Monchique	1ª
PTCON0006	Arquipélago da Berlenga	1ª	PTCON0031	Monfurado	2ª
PTCON0010	Arrábida /Espichel	1ª	PTCON0002	Montesinho / Nogueira	1ª
PTCON0046	Azabuxo - Leiria	2ª	PTCON0044	Nisa / Lage da Prata	2ª
PTCON0018	Barrinha de Esmoriz	2ª	PTCON0005	Paul de Arzila	1ª
PTCON0049	Barrocal	2ª	PTCON0001	Peneda / Gerês	1ª
PTCON0029	Cabeção	1ª	PTCON0056	Peniche / Santa Cruz	2ª
PTCON0033	Cabrela	1ª	PTCON0058	Ria de Alvor	2ª
PTCON0030	Caia	1ª	PTCON0013	Ria Formosa / Castro Marim	1ª
PTCON0057	Caldeirão	2ª	PTCON0038	Ribeira de Quarteira	1ª
PTCON0016	Cambarinho	2ª	PTCON0059	Rio Paiva	2ª
PTCON0027	Carregal do Sal	1ª	PTCON0026	Rio Vouga	1ª
PTCON0050	Cerro da Cabeça	2ª	PTCON0021	Rios Sabor e Maçãs	1ª
PTCON0051	Complexo do Açor	2ª	PTCON0043	Romeu	2ª
PTCON0034	Comporta /Galé	1ª	PTCON0007	São Mamede	1ª
PTCON0012	Costa Sudoeste	1ª	PTCON0041	Samil	2ª
PTCON0022	Douro Internacional	1ª	PTCON0015	Serras de Aire e Candeeiros	2ª

**Relatório**

PTCON0055	Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	2ª	PTCON0014	Serra da Estrela	2ª
PTCON0011	Estuário do Sado	1ª	PTCON0047	Serras da Freita e Arada	2ª
PTCON0009	Estuário do Tejo	1ª	PTCON0028	Serra da Gardunha	1ª
PTCON0054	Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira	2ª	PTCON0060	Serra da Lousã	2ª
PTCON0036	Guadiana	1ª	PTCON0048	Serra de Montejunto	2ª
PTCON0032	Guadiana /Juromenha	1ª	PTCON0025	Serra de Montemuro	1ª
PTCON0004	Malcata	1ª	PTCON0045	Sicó / Alvaiázere	2ª
PTCON0042	Minas de St.º Adrião	2ª	PTCON0008	Sintra / Cascais	1ª

No Quadro abaixo são identificados os Sítios da Lista Nacional, entretanto designados como Sítios de Importância Comunitária da Região Biogeográfica Atlântica.

Quadro 8 – Sítios de Importância Comunitária da Região Biogeográfica Atlântica

<b>Código</b>	<b>Designação do SIC</b>
PTCON0040	Corno do Bico
PTCON0017	Litoral Norte
PTCON0001	Peneda / Gerês
PTCON0019	Rio Minho
PTCON0020	Rio Lima
PTCON0039	Serra d'Arga
PTCON0024	Valongo

#### 4.3. Estudos desenvolvidos para a elaboração da Lista Nacional de Sítios

Com o objectivo de fundamentar cientificamente a elaboração da Lista Nacional de Sítios, foram desenvolvidos os seguintes projectos:

- 1- Projecto dos Habitats Naturais e espécies da Flora do anexo II da Directiva Habitats em Portugal (Continente) – Universidades/coordenação ICN. LIFE94 NAT/P/001043 e LIFE95 NAT/P/004844, ICN, 01-OCT-1994 a 31-MAIO -1997
- 2- Conhecimento e gestão do Património Natural – ICN. LIFE93 NAT/P/011600 e LIFE94 NAT/P/004842, 01-JAN-1994 to 31-DEC –1996:
  - “Distribuição geográfica e estatuto de ameaça das espécies da flora a proteger” – Universidades/coordenação ICN;
  - “Cartografia da vegetação natural e semi-natural do território continental português” – Universidades/ CNIG /coordenação ICN;

## Relatório

- “Distribuição em Portugal do Lagostim-das-patas-brancas, *Austropotamobius pallipes* (Lereboullet), caracterização das suas populações e medidas de conservação”. - Universidade de Évora;
- “Distribuição e conservação da salamandra – lusitânica, *Chioglossa lusitanica* (Bocage, 1864) em Portugal” – Univ. Porto;
- “Avaliação da situação das Tartarugas-de-água-doce, *Emys orbicularis* e *Mauremys leprosa*” – DEP/DSCN/ICN;
- “Bases para a Conservação das populações e dos habitats da Lagartixa-da-montanha, *Lacerta monticola*” – Faculdade de Ciências de Lisboa;
- “Bases para uma Estratégia de Conservação do Lagarto-de-água, *Lacerta schreiberi*, e dos seus habitats” – Faculdade de Ciências de Lisboa;
- “Conservação dos Morcegos (CHIROPTERA)” - DEP/DSCN/ICN;
- “Conservação da Toupeira-de-água, *Galemys pyrenaicus*”- DEP/DSCN/ /ICN;
- “Distribuição do Rato de Cabrera, *Microtus cabreræ* em Portugal”- Faculdade de Ciências de Lisboa;
- “Conservação da Lontra, *Lutra lutra*, em Portugal” - DEP/DSCN/ICN;
- “Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial do Paul do Boquilobo” - RNPB / DSCN.

3 - Conservação do Lince-ibérico, LIFE94 NAT/P/001058, ICN, 01-JAN-1995 to 31-DEZ-1996

4 – Conservação do Lobo em Portugal, LIFE94 NAT/P/001055 e LIFE95 NAT/P/004804, ICN, 01-JAN-1995 to 31-DEC –1995

5 – Estratégia de Conservação do Saramugo *Anaocypris Hispanica*, LIFE97 NAT/P/004075, Universidade de Lisboa/ICN, 01-SEP-1997 to 31-DEC –2000.

## Relatório

## ANEXO II

## Ocorrência de Habitats naturais e de espécies da Flora e da Fauna, em Sítios e Zonas de Protecção Especial (ZPE)

Quadro 9 - Habitats naturais (anexo I da Directiva 92/43/CEE) e Sítios onde ocorrem

Habitat Natural		Sítios em que ocorre (Sítio relevante a negrito)	
código	Designação	Número de Sítios	Nome do Sítio
2170	Dunas com <i>Salix repens</i> subsp. <i>argentea</i> ( <i>Salicion arenariae</i> )	1	<b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
2180	Dunas arborizadas das regiões atlântica, continental e boreal	1	<b>Litoral Norte</b>
3250	Cursos de água mediterrânicos permanentes com <i>Glaucium flavum</i>	1	<b>Douro Internacional</b>
4060	Charnecas alpinas e boreais	1	<b>Serra da Estrela</b>
5110	Formações estáveis xerotermófilas de <i>Buxus sempervirens</i> das vertentes rochosas ( <i>Berberidion</i> p.p.)	1	<b>Rios Sabor e Maçãs</b>
5120	Formações montanas de <i>Cytisus purgans</i>	1	<b>Serra da Estrela</b>
<b>5140 *</b>	<b>Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas</b>	1	<b>Costa Sudoeste</b>
5320	Formações baixas de euforbiáceas junto a falésias	1	<b>Arrábida/Espichel</b>
5410	Friganas mediterrânicas ocidentais dos cumos de falésia ( <i>Astragalo-Plantaginietum subulatae</i> )	1	<b>Costa Sudoeste</b>
1160	Enseadas e baías pouco profundas	2	<b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Ria de Alvor</b>
1230	Falésias com vegetação das costas atlânticas e bálticas	2	<b>Arquipélago da Berlenga</b> <b>Litoral Norte</b>
4010	Charnecas húmidas atlânticas setentrionais de <i>Erica tetralix</i>	2	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Serra da Estrela</b>
9160	Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médio-europeias da <i>Carpinion betuli</i>	2	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b>
92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água	2	<b>Cambarinho</b>

## Relatório

	intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies		Monchique
9580 *	Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i>	2	Peneda/Gerês Serra da Estrela
7150	Depressões em substratos turfosos da <i>Rhynchosporion</i>	3	Peneda/Gerês Comporta/Galé Serra d'Arga
9320	Florestas de <i>Olea</i> e <i>Ceratonia</i>	3	Arrábida/Espichel Guadiana Barrocal
9380	Florestas de <i>Ilex aquifolium</i>	3	Peneda/Gerês Serras da Freita e Arada Complexo do Açor
1510 *	Estepes salgadas mediterrânicas ( <i>Limnietalia</i> )	4	Estuário do Tejo Costa Sudoeste Ria Formosa/Castro Marim Ria de Alvor
1330	Prados salgados atlânticos ( <i>Glaucopuccinellietalia maritima</i> )	5	Litoral Norte Barrinha de Esmoriz Rio Minho Rio Lima Peniche/Stª Cruz
3110	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas ( <i>Littorelletalia uniflorae</i> )	5	Estuário do Sado Costa Sudoeste Comporta/Galé Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
3140	Águas oligomesotróficas calcárias com vegetação bêntica de <i>Chara</i> spp.	5	Costa Sudoeste Monfurado Ribeira de Quarteira Barrocal Cerro da Cabeça
3160	Lagos e charcos distróficos naturais	5	Estuário do Tejo Estuário do Sado Rio Lima Comporta/Galé Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira
8240 *	Lajes calcárias	5	Arrábida/Espichel Serras d'Aire e Candeeiros Sicó/Alvaiázere

## Relatório

			Serra de Montejunto Cerro da Cabeça
9560 *	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.	5	Rios Sabor e Maças Douro Internacional Morais Romeu Barrocal
1240	Falésias com vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. endémicas	6	Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Comporta/Galé Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Peniche/Stª Cruz
2330	Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>	6	Estuário do Sado Costa Sudoeste Ria Formosa/Castro Marim Litoral Norte Cabeção Comporta/Galé
6110 *	Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Alyso-Sedion albi</i>	6	Arrábida/Espichel Serras d'Aire e Candeeiros Sicó/Alvaiázere Serra de Montejunto Barrocal Peniche/Stª Cruz
8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas	6	Arquipélago da Berlenga Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Peniche/Stª Cruz
91F0	Florestas mistas de <i>Quercus robur</i> , <i>Ulmus laevis</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>Fraxinus excelsior</i> ou <i>Fraxinus angustifolia</i> das margens de grandes rios ( <i>Ulmenion minoris</i> )	6	Estuário do Sado Barrinha de Esmoriz Rio Vouga Comporta/Galé Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Rio Paiva
1170	Recifes	7	Arquipélago da Berlenga Sintra/Cascais Arrábida/Espichel

## Relatório

			<b>Costa Sudoeste</b> <b>Litoral Norte</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas <b>Peniche/Stª Cruz</b>
2190	Depressões húmidas intradunares	7	Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Litoral Norte</b> <b>Comporta/Galé</b> Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> Peniche/Stª Cruz
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoëtes</i> spp.	7	Alvão/Marão Estuário do Tejo <b>Costa Sudoeste</b> Montemuro <b>Caia</b> <b>Guadiana</b> <b>Moura/Barrancos</b>
1150 *	Lagunas costeiras	8	<b>Estuário do Tejo</b> <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Barrinha de Esmoriz</b> <b>Comporta/Galé</b> <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b> Ria de Alvor
1410	Prados salgados mediterrânicos ( <i>Juncetalia maritimi</i> )	8	<b>Estuário do Tejo</b> Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Comporta/Galé Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira <b>Ria de Alvor</b>
2150 *	Dunas fixas descalcificadas atlânticas ( <i>Calluno-Ulicetea</i> )	8	Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> <b>Litoral Norte</b> <b>Comporta/Galé</b> <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b> <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> <b>Peniche/Stª Cruz</b>
2250 *	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.	8	<b>Sintra/Cascais</b>



## Relatório

			<b>Arrábida/Espichel</b> <b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> Ria Formosa/Castro Marim <b>Comporta/Galé</b> <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b> <b>Peniche/Stª Cruz</b>
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas	8	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> Alvão/Marão <b>Malcata</b> <b>Serra da Estrela</b> <b>Douro Internacional</b> <b>Gardunha</b> Serras da Freita e Arada
6230 *	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)	8	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> Alvão/Marão <b>Serra da Estrela</b> Montemuro <b>Serra d'Arga</b> Serras da Freita e Arada Rio Paiva
1130	Estuários	9	<b>Estuário do Tejo</b> <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Litoral Norte <b>Rio Minho</b> <b>Rio Lima</b> Arade/Odelouca <b>Ria de Alvor</b>
1140	Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa	9	<b>Estuário do Tejo</b> Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Litoral Norte Comporta/Galé Arade/Odelouca <b>Ria de Alvor</b>
1430	Matos halonitrófilos ( <i>Pegano-Salsoletea</i> )	9	<b>Arquipélago da Berlenga</b> <b>Estuário do Tejo</b> Arrábida/Espichel Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> <b>Ria Formosa/Castro Marim</b>

## Relatório

			Comporta/Galé Peniche/Stª Cruz <b>Ria de Alvor</b>
2230	Dunas com prados da <i>Malcolmietalia</i>	9	Sintra/Cascais Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Litoral Norte <b>Comporta/Galé</b> <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b> Peniche/Stª Cruz Ria de Alvor
1320	Prados de <i>Spartina</i> ( <i>Spartinion maritimae</i> )	10	<b>Estuário do Tejo</b> <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Litoral Norte Barrinha de Esmoriz <b>Rio Minho</b> Rio Lima Comporta/Galé Ria de Alvor
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavenduletalia</i>	10	Sintra/Cascais Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Cabeção <b>Comporta/Galé</b> Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> <b>Peniche/Stª Cruz</b>
2270 *	Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e ou <i>Pinus pinaster</i>	10	Sintra/Cascais Estuário do Tejo Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Comporta/Galé</b> <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b> <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> <b>Peniche/Stª Cruz</b>
3270	Cursos de água de margens vasosas com vegetação da <i>Chenopodion rubri</i> p.p. e da <i>Bidenton</i> p.p.	10	Peneda/Gerês  Montesinho/Nogueira Paul de Arzila

## Relatório

			Serra da Estrela Rio Minho Rio Vouga Cabeção Caia Monfurado Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.	10	S. Mamede <b>Sintra/Cascais</b> <b>Arrábida/Espichel</b> <b>Costa Sudoeste</b> Rios Sabor e Maçãs <b>Douro Internacional</b> Cabrela <b>Guadiana</b> <b>Monchique</b> <b>Barrocal</b>
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes	10	<b>Peneda/Gerês</b> Montesinho/Nogueira <b>Alvão/Marão</b> <b>Serra da Estrela</b> Rio Lima Montemuro <b>Comporta/Galé</b> <b>Serra d'Arga</b> Serras da Freita e Arada <b>Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</b>
1110	Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda	11	Sintra/Cascais Estuário do Tejo <b>Arrábida/Espichel</b> <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Litoral Norte</b> Comporta/Galé Arade/Odelouca Peniche/Stª Cruz <b>Ria de Alvor</b>
2110	Dunas móveis embrionárias	11	Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Litoral Norte</b> Barrinha de Esmoriz <b>Comporta/Galé</b> <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> Peniche/Stª Cruz Ria de Alvor

## Relatório

2120	Dunas móveis do cordão litoral com <i>Ammophila arenaria</i> ("dunas brancas")	11	Sintra/Cascais
			Arrábida/Espichel
			Estuário do Sado
			Costa Sudoeste
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			<b>Litoral Norte</b>
			Barrinha de Esmoriz
			<b>Comporta/Galé</b>
			<b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
			Peniche/Stª Cruz
			Ria de Alvor
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos	11	<b>Arrábida/Espichel</b>
			<b>Serra da Estrela</b>
			<b>Serras d'Aire e Candeeiros</b>
			Carregal do Sal
			<b>Sicó/Alvaiázere</b>
			Serras da Freita e Arada
			<b>Serra de Montejunto</b>
			<b>Barrocal</b>
			Complexo do Açor
			Rio Paiva
			Serra da Lousã
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica	11	<b>Arrábida/Espichel</b>
			Costa Sudoeste
			<b>Serras d'Aire e Candeeiros</b>
			Caia
			<b>Sicó/Alvaiázere</b>
			<b>Serra de Montejunto</b>
			<b>Barrocal</b>
			<b>Cerro da Cabeça</b>
			Moura/Barrancos
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
			Peniche/Stª Cruz
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	12	Sintra/Cascais
			Estuário do Tejo
			Arrábida/Espichel
			Estuário do Sado
			Costa Sudoeste
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			<b>Litoral Norte</b>
			Barrinha de Esmoriz
			<b>Comporta/Galé</b>
			<b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
			Peniche/Stª Cruz
			Ria de Alvor

## Relatório

1310	Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas	12	<b>Arquipélago da Berlenga</b>
			<b>Estuário do Tejo</b>
			<b>Estuário do Sado</b>
			Costa Sudoeste
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			<b>Litoral Norte</b>
			Rio Minho
			Rio Lima
			Comporta/Galé
			Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira
			Peniche/Stª Cruz
			Ria de Alvor
1420	Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos ( <i>Sarcocornetea fruticosi</i> )	12	<b>Arquipélago da Berlenga</b>
			<b>Estuário do Tejo</b>
			Arrábida/Espichel
			<b>Estuário do Sado</b>
			Costa Sudoeste
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			Litoral Norte
			Rio Minho
			Rio Lima
			Comporta/Galé
			Peniche/Stª Cruz
			<b>Ria de Alvor</b>
2130 *	<b>Dunas fixas com vegetação herbácea ("dunas cinzentas")</b>	12	Sintra/Cascais
			Estuário do Tejo
			Arrábida/Espichel
			<b>Estuário do Sado</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			<b>Litoral Norte</b>
			Barrinha de Esmoriz
			<b>Comporta/Galé</b>
			<b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
			<b>Peniche/Stª Cruz</b>
			<b>Ria de Alvor</b>
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	12	<b>Peneda/Gerês</b>
			<b>Montesinho/Nogueira</b>
			Alvão/Marão
			Paul de Arzila
			Estuário do Sado
			Douro Internacional
			<b>Serra da Estrela</b>
			Montemuro
			Carregal do Sal
			Comporta/Galé
			Sicó/Alvaiázere

## Relatório

			Serras da Freita e Arada
6210 (*)	Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário ( <i>Festuco-Brometalia</i> ) (* <b>importantes habitats de orquídeas</b> )	12	S. Mamede Sintra/Cascais <b>Arrábida/Espichel</b> Costa Sudoeste <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> <b>Sicó/Alvaiázere</b> <b>Serra de Montejunto</b> <b>Barrocal</b> Cerro da Cabeça <b>Moura/Barrancos</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Peniche/Stª Cruz
6160	Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>	13	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> Alvão/Marão <b>Serra da Estrela</b> <b>Rio Minho</b> <b>Rios Sabor e Maçãs</b> <b>Douro Internacional</b> <b>Morais</b> Montemuro <b>Guadiana</b> Samil Serras da Freita e Arada <b>Complexo do Açor</b>
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude ( <i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i> )	13	<b>Peneda/Gerês</b> Montesinho/Nogueira Alvão/Marão <b>Malcata</b> Serra da Estrela Montemuro Carregal do Sal Serra d'Arga <b>Côrno do Bico</b> Nisa/Lage da Prata Serras da Freita e Arada Rio Paiva Serra da Lousã
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	13	Montesinho/Nogueira Alvão/Marão S. Mamede Serra da Estrela Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Montemuro Gardunha Monchique

## Relatório

			Serras da Freita e Arada Complexo do Açor Rio Paiva Serra da Lousã
8310	Grutas não exploradas pelo turismo	15	S. Mamede Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Serra da Estrela <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> <b>Valongo</b> Monfurado Minas de St. Adrião Sicó/Alvaiázere Serra de Montejunto Barrocal Cerro da Cabeça Arade/Odelouca Moura/Barrancos Caldeirão
5230 *	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	16	<b>Peneda/Gerês</b> Paul de Arzila <b>Sintra/Cascais</b> Arrábida/Espichel <b>Serra da Estrela</b> <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> <b>Cambarinho</b> Carregal do Sal <b>Monchique</b> Sicó/Alvaiázere Serras da Freita e Arada <b>Serra de Montejunto</b> <b>Complexo do Açor</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Rio Paiva <b>Serra da Lousã</b>
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	16	Paul de Arzila Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> Cabeção Monfurado Cabrela Comporta/Galé Guadiana Monchique <b>Sicó/Alvaiázere</b> <b>Serra de Montejunto</b> <b>Barrocal</b> Moura/Barrancos

## Relatório

8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>	17	<b>Peneda/Gerês</b>
			Malcata
			S. Mamede
			<b>Serra da Estrela</b>
			Cambarinho
			Rio Lima
			Douro Internacional
			Valongo
			Rio Vouga
			Carregal do Sal
			Caia
			<b>Serra d'Arga</b>
			Nisa/Lage da Prata
			Serras da Freita e Arada
			Complexo do Açor
			Rio Paiva
			Serra da Lousã
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos ( <i>Molinion caeruleae</i> )	18	Peneda/Gerês
			Montesinho/Nogueira
			Alvão/Marão
			Malcata
			Paul de Arzila
			<b>Arrábida/Espichel</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			Serra da Estrela
			<b>Serras d'Aire e Candeeiros</b>
			Rio Lima
			Rios Sabor e Mações
			Douro Internacional
			Montemuro
			Rio Vouga
			Serras da Freita e Arada
			Serra de Montejunto
			Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira
			Rio Paiva
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	18	Peneda/Gerês
			Montesinho/Nogueira
			<b>Paul de Arzila</b>
			S. Mamede
			Costa Sudoeste
			Serra da Estrela
			Rio Vouga
			Carregal do Sal
			<b>Cabeção</b>
			Monfurado
			Comporta/Galé
			<b>Ribeira de Quarteira</b>
			Serras da Freita e Arada
			<b>Barrocal</b>
			Cerro da Cabeça



## Relatório

			<b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b> Rio Paiva Serra da Lousã
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais ( <i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i> )	18	Estuário do Sado Ria Formosa/Castro Marim Douro Internacional Sintra/Cascais Cabeção <b>Caia</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> Cabrela Comporta/Galé <b>Guadiana</b> Monchique <b>Ribeira de Quarteira</b> <b>Barrocal</b> <b>Cerro da Cabeça</b> Arade/Odelouca Moura/Barrancos Caldeirão Ria de Alvor
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>	19	Montesinho/Nogueira <b>Paul de Arzila</b> Estuário do Tejo Estuário do Sado Serras d'Aire e Candeeiros Douro Internacional Moraes Rio Vouga Cabeção <b>Caia</b> Monfurado Comporta/Galé Guadiana Monchique Romeu <b>Barrocal</b> Arade/Odelouca Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	19	Montesinho/Nogueira Alvão/Marão <b>Malcata</b> S. Mamede Estuário do Tejo Arrábida/Espichel Estuário do Sado Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional

## Relatório

			Morais Cabeção <b>Monfurado</b> Cabrela Comporta/Galé <b>Ribeira de Quarteira</b> Minas de St. Adrião Romeu Sicó/Alvaiázere Barrocal
4020 *	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	21	Peneda/Gerês <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/Marão</b> <b>S. Mamede</b> Estuário do Sado Costa Sudoeste <b>Serra da Estrela</b> Rio Lima Valongo Montemuro <b>Cabeção</b> Comporta/Galé Monchique <b>Serra d'Arga</b> <b>Côrno do Bico</b> Sicó/Alvaiázere <b>Azabuxo-Leiria</b> <b>Serras da Freita e Arada</b> Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Peniche/Stª Cruz Serra da Lousã
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>	23	Malcata Paul de Arzila Sintra/Cascais Estuário do Tejo Arrábida/Espichel Estuário do Sado Serra da Estrela Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais Rio Vouga Cabeção Caia Monfurado Comporta/Galé Guadiana Monchique Ribeira de Quarteira Romeu Arade/Odelouca

## Relatório

			Moura/Barrancos Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Serra da Lousã
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>	25	Malcata S. Mamede Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Serra da Estrela Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais Cabeção Caia Cabrela Comporta/Galé Guadiana Monchique Ribeira de Quarteira Minas de St. Adrião Romeu Sicó/Alvaiázere Azabuxo-Leiria Barrocal Cerro da Cabeça Arade/Odelouca Moura/Barrancos Caldeirão
3170 *	Charcos temporários mediterrânicos	27	<b>Malcata</b> S. Mamede Estuário do Tejo Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais Montemuro <b>Cabeção</b> <b>Caia</b> Monfurado Cabrela Comporta/Galé <b>Guadiana</b> Monchique Ribeira de Quarteira Romeu <b>Nisa/Lage da Prata</b> Sicó/Alvaiázere <b>Barrocal</b> Cerro da Cabeça

## Relatório

			<b>Moura/Barrancos</b> Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Caldeirão
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene	28	Montesinho/Nogueira <b>Malcata</b> <b>S. Mamede</b> Estuário do Tejo Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste Rios Sabor e Mações Douro internacional Morais Gardunha <b>Cabeção</b> <b>Caia</b> <b>Monfurado</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> <b>Cabrela</b> Comporta/Galé <b>Guadiana</b> Monchique Minas de St. Adrião Romeu <b>Nisa/Lage da Prata</b> Sicó/Alvaiázere Barrocal Arade/Odelouca <b>Moura/Barrancos</b> Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira <b>Caldeirão</b>
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>	28	Paul de Arzila S. Mamede Sintra/Cascais Estuário do Tejo Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste Ria Formosa/Castro Marim Serras d'Aire e Candeeiros Barrinha de Esmoriz Rio Vouga <b>Cabeção</b> <b>Caia</b> Monfurado Cabrela <b>Comporta/Galé</b> Guadiana Monchique Nisa/Lage da Prata Sicó/Alvaiázere <b>Azabuxo-Leiria</b> Serra de Montejunto

## Relatório

			Barrocal Moura/Barrancos Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Caldeirão Ria de Alvor
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	28	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/Marão</b> <b>Malcata</b> Paul de Arzila S. Mamede Sintra/Cascais Serra da Estrela Serras d'Aire e Candeeiros Cambarinho Rio Minho Rio Lima Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Valongo Montemuro Rio Vouga Carregal do Sal <b>Gardunha</b> Monfurado Serra d'Arga <b>Côrno do Bico</b> Minas de St. Adrião Nisa/Lage da Prata <b>Serras da Freita e Arada</b> Complexo do Açor Rio Paiva <b>Serra da Lousã</b>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	28	Montesinho/Nogueira Malcata S. Mamede Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Serra da Estrela Serras d'Aire e Candeeiros <b>Rios Sabor e Maçãs</b> <b>Douro Internacional</b> <b>Morais</b> Cabeção Caia Monfurado <b>Guadiana/Juromenha</b> Cabrela Guadiana Monchique Ribeira de Quarteira

## Relatório

			Minas de St. Adrião Romeu <b>Sicó/Alvaiázere</b> Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Barrocal Cerro da Cabeça Complexo do Açor Moura/Barrancos Serra da Lousã
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	30	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/Marão Malcata S. Mamede Sintra/Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste <b>Serra da Estrela</b> <b>Rios Sabor e Maçãs</b> Douro Internacional Morais Valongo Montemuro Carregal do Sal Caia Monfurado Guadiana Monchique Serra d'Arga Minas de St. Adrião Romeu Nisa/Lage da Prata <b>Serras da Freita e Arada</b> Barrocal Complexo do Açor Arade/Odelouca Moura/Barrancos Rio Paiva Serra da Lousã
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>	31	<b>Peneda/Gerês</b> Montesinho/Nogueira Alvão/Marão Malcata S. Mamede Estuário do Tejo Costa Sudoeste <b>Serra da Estrela</b> Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais

## Relatório

			Valongo Montemuro Carregal do Sal <b>Cabeção</b> <b>Caia</b> Monfurado Cabrela <b>Guadiana</b> Monchique Serra d'Arga Minas de St. Adrião Romeu Sicó/Alvaiázere Serras da Freita e Arada <b>Barrocal</b> Complexo do Açor Arade/Odelouca Moura/Barrancos Rio Paiva Serra da Lousã
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	32	Montesinho/Nogueira Malcata S. Mamede <b>Sintra/Cascais</b> <b>Arrábida/Espichel</b> <b>Costa Sudoeste</b> <b>Ria Formosa/Castro Marim</b> Serra da Estrela <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> Rios Sabor e Mações Douro Internacional Morais Carregal do Sal Cabeção <b>Caia</b> <b>Monfurado</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> Cabrela <b>Guadiana</b> <b>Monchique</b> <b>Ribeira de Quarteira</b> <b>Nisa/Lage da Prata</b> Sicó/Alvaiázere <b>Azabuxo-Leiria</b> <b>Serra de Montejunto</b> <b>Barrocal</b> Serras da Freita e Arada <b>Cerro da Cabeça</b> <b>Moura/Barrancos</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Peniche/Stª Cruz Rio Paiva
6220 *	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-</i>	32	Montesinho/Nogueira

## Relatório

	<i>Brachypodietea</i>		Alvão/Marão Malcata <b>Serra da Estrela</b> S. Mamede Arrábida/Espichel Costa Sudoeste <b>Serras d'Aire e Candeeiros</b> <b>Rios Sabor e Maçãs</b> Douro Internacional <b>Morais</b> Carregal do Sal Cabeção <b>Caia</b> <b>Monfurado</b> Cabrela Comporta/Galé Guadiana Monchique <b>Ribeira de Quarteira</b> <b>Samil</b> Minas de St. Adrião Romeu Nisa/Lage da Prata Sicó/Alvaiázere <b>Serra de Montejunto</b> <b>Barrocal</b> <b>Cerro da Cabeça</b> Moura/Barrancos Peniche/Stª Cruz Caldeirão Rio Paiva
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	33	Montesinho/Nogueira Alvão/Marão Malcata Paul de Arzila <b>S. Mamede</b> Sintra/Cascais <b>Estuário do Tejo</b> Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste Serra da Estrela Serras d'Aire e Candeeiros <b>Rios Sabor e Maçãs</b> Douro Internacional <b>Morais</b> Rio Vouga Carregal do Sal Gardunha Cabeção Monfurado Cabrela Comporta/Galé Monchique



## Relatório

			<b>Minas de St. Adrião</b> <b>Romeu</b> Sicó/Alvaiázere Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Complexo do Açor Moura/Barrancos Caldeirão Rio Paiva Serra da Lousã
91E0 *	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> ( <i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i> )	34	<b>Peneda/Gerês</b>  <b>Montesinho/Nogueira</b> Alvão/Marão <b>Malcata</b> Paul de Arzila <b>S. Mamede</b> Arrábida/Espichel Estuário do Sado Costa Sudoeste Serra da Estrela Litoral Norte Barrinha de Esmoriz <b>Rio Minho</b> <b>Rio Lima</b> Rios Sabor e Mações Douro Internacional Valongo Montemuro Rio Vouga Carregal do Sal Gardunha Cabeção Monfurado Cabrela Monchique Côrno do Bico Sicó/Alvaiázere <b>Azabuxo-Leiria</b> <b>Serras da Freita e Arada</b> Complexo do Açor Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas <b>Rio Paiva</b> <b>Serra da Lousã</b>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	37	Montesinho/Nogueira Alvão/Marão Malcata <b>Paul de Arzila</b> Sintra/Cascais Estuário do Tejo Estuário do Sado

## Relatório

			Costa Sudoeste Serra da Estrela Cambarinho Barrinha de Esmoriz Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais Rio Vouga Carregal do Sal <b>Cabeção</b> Caia Monfurado Guadiana/Juromenha Comporta/Galé <b>Guadiana</b> Monchique Minas de St. Adrião Romeu Nisa/Lage da Prata <b>Sicó/Alvaiázere</b> Serras da Freita e Arada Barrocal Complexo do Açor Arade/Odelouca Moura/Barrancos Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Caldeirão Rio Paiva Serra da Lousã
4030	Charnecas secas europeias	40	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/Marão</b> Malcata Paul de Arzila S. Mamede <b>Sintra/Cascais</b> Estuário do Tejo <b>Arrábida/Espichel</b> Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> Serra da Estrela <b>Cambarinho</b> Rio Lima Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional <b>Valongo</b> Montemuro Rio Vouga Carregal do Sal <b>Gardunha</b> Cabeção Monfurado Comporta/Galé

## Relatório

		Monchique
		Ribeira de Quarteira
		<b>Serra d'Arga</b>
		<b>Côrno do Bico</b>
		Nisa/Lage da Prata
		Sicó/Alvaiázere
		<b>Serras da Freita e Arada</b>
		Barrocal
		Complexo do Açor
		Arade/Odelouca
		Moura/Barrancos
		Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira
		Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
		<b>Peniche/Stª Cruz</b>
		Rio Paiva
		Serra da Lousã

## Relatório

Quadro 10 - Espécies da Flora (anexo II da Directiva 92/43/CEE) e Sítios onde ocorrem

Espécie de Flora		Sítios em que ocorre (Sítio relevante a negrito)	
Código	Designação	Número de Sítios	Nome do Sítio
1614	<i>Apium repens</i>	1	<b>Costa Sudoeste</b>
1645	<i>Armeria berlengensis</i>	1	<b>Arquipélago da Berlenga</b>
1638	<i>Armeria pseudarmeria</i>	1	<b>Sintra /Cascais</b>
1635	<i>Armeria velutina</i>	1	<b>Ria Formosa /Castro Marim</b>
1840	<i>Asphodelus bento-rainhae</i> *	1	<b>Serra da Gardunha</b>
1886	<i>Avenula hackelii</i>	1	Costa Sudoeste
1505	<i>Biscutella vicentina</i>	1	Costa Sudoeste
1388	<i>Bryoerythrophyllum campylocarpum</i> *	1	<b>Corno do Bico</b>
1784	<i>Centaurea rothmalerana</i>	1	<b>Serra da Estrela</b>
1721	<i>Chaenorhinum serpyllifolium</i> subsp. <i>lusitanicum</i>	1	Costa Sudoeste
1592	<i>Cistus palhinhae</i>	1	Costa Sudoeste
1664	<i>Convolvulus fernandesii</i> *	1	<b>Arrábida /Espichel</b>
1420	<i>Culcita macrocarpa</i>	1	<b>Valongo</b>
1447	<i>Dianthus cintranus</i> subsp. <i>cintranus</i>	1	<b>Sintra /Cascais</b>
1497	<i>Diploaxis vicentina</i>	1	Costa Sudoeste
1603	<i>Eryngium viviparum</i> *	1	<b>Montesinho /Nogueira</b>
1884	<i>Festuca brigantina</i>	1	<b>Montesinho /Nogueira</b>
1890	<i>Festuca henriquesii</i>	1	<b>Serra da Estrela</b>
1593	<i>Halimium verticillatum</i>	1	<b>Cabeção</b>
1448	<i>Herniaria algarvica</i>	1	Costa Sudoeste
1449	<i>Herniaria berlengiana</i>	1	Arquipélago da Berlenga
1713	<i>Linaria ricardoi</i> *	1	<b>Alvito /Cuba</b>
1428	<i>Marsilea quadrifolia</i>	1	<b>Alvão /Marão</b>
1859	<i>Narcissus humilis</i>	1	<b>Guadiana /Juromenha</b>

## Relatório

1857	<i>Narcissus pseudonarcissus</i> subsp. <i>nobilis</i>	1	Peneda /Gerês
1870	<i>Narcissus scaberulus</i>	1	Carregal do Sal
1675	<i>Omphalodes kuzinskyanae</i>	1	Sintra /Cascais
1395	<i>Petalophyllum ralfsii</i>	1	Barrocal
1742	<i>Plantago algarbiensis</i>	1	Barrocal
1743	<i>Plantago almogravensis</i>	1	Costa Sudoeste
1391	<i>Riella helicophylla</i>	1	Ria Formosa /Castro Marim
1452	<i>Silene rothmaleri</i> *	1	Costa Sudoeste
1421	<i>Trichomanes speciosum</i>	1	Valongo
1385	<i>Bruchia vogesiaca</i>	2	Serra da Estrela Corno do Bico
1892	<i>Holcus setiglumis</i> subsp. <i>duriensis</i>	2	Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional
1752	<i>Jasione crispa</i> subsp. <i>serpentinica</i>	2	Montesinho /Nogueira Samil
1753	<i>Jasione lusitanica</i>	2	Litoral Norte Barrinha de Esmoriz
1788	<i>Leuzea longifolia</i>	2	Cabeção Azabuxo /Leiria
1633	<i>Limonium dodartii</i> subsp. <i>lusitanicum</i>	2	Sintra /Cascais Peniche /Santa Cruz
1716	<i>Linaria coutinhoi</i>	2	Montesinho /Nogueira Douro Internacional
1556	<i>Melilotus segetalis</i> subsp. <i>fallax</i>	2	Estuário do Sado Ria Formosa /Castro Marim
1549	<i>Ononis hackelii</i> *	2	Costa Sudoeste Comporta /Galé
1878	<i>Pseudarrhenatherum pallens</i>	2	Arrábida /Espichel Costa Sudoeste
1595	<i>Tuberaria major</i> *	2	Ria Formosa /Castro Marim Barrocal
1426	<i>Woodwardia radicans</i>	2	Peneda /Gerês Serras da Freita e Arada
1785	<i>Centaurea fraylensis</i>	3	Comporta /Galé

**Relatório**

			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Monchique</b>
1492	<i>Coincya cintrana</i>	<b>3</b>	<b>Sintra /Cascais</b>
			Serras de Aire e Candeeiros
			Serra de Montejunto
1469	<i>Dianthus marizii</i>	<b>3</b>	<b>Montesinho /Nogueira</b>
			<b>Morais</b>
			<b>Samil</b>
1640	<i>Limonium multiflorum</i>	<b>3</b>	<b>Sintra /Cascais</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
			<b>Peniche /Santa Cruz</b>
1726	<i>Linaria algarviana</i>	<b>3</b>	<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Ria Formosa /Castro Marim</b>
			<b>Ria de Alvor</b>
1719	<i>Linaria ficalhoana*</i>	<b>3</b>	<b>Estuário do Sado</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Comporta /Galé</b>
1673	<i>Myosotis retusifolia</i>	<b>3</b>	<b>Estuário do Sado</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Comporta /Galé</b>
1862	<i>Narcissus cyclamineus</i>	<b>3</b>	<b>Valongo</b>
			<b>Corno do Bico</b>
			<b>Serras da Freita e Arada</b>
1682	<i>Thymus lotocephalus*</i>	<b>3</b>	<b>Ria Formosa /Castro Marim</b>
			Ribeira de Quarteira
			<b>Barrocal</b>
1507	<i>Arabis sadina</i>	<b>4</b>	<b>Arrábida /Espichel</b>
			<b>Serras de Aire e Candeeiros</b>
			Sicó /Alvaiázere
			<b>Serra de Montejunto</b>
1851	<i>Hyacinthoides vicentina</i>	<b>4</b>	<b>Costa Sudoeste</b>
			Monfurado
			<b>Cabrela</b>
			Comporta /Galé
1503	<i>Iberis procumbens</i> subsp. <i>microcarpa</i>	<b>4</b>	<b>Sintra /Cascais</b>
			<b>Arrábida /Espichel</b>
			<b>Serras de Aire e Candeeiros</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1427	<i>Marsilea batardae</i>	<b>4</b>	<b>Caia</b>
			<b>Guadiana /Juromenha</b>
			<b>Guadiana</b>
			Moura /Barrancos
1390	<i>Marsupella profunda*</i>	<b>4</b>	<b>Peneda /Gerês</b>

## Relatório

			São Mamede <b>Serra da Estrela</b> Complexo do Açor
1777	<i>Santolina impressa</i>	4	<b>Estuário do Sado</b> Cabrela <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira
1775	<i>Santolina semidentata</i>	4	<b>Montesinho /Nogueira</b> Rios Sabor e Maçãs <b>Morais</b> <b>Samil</b>
1618	<i>Thorella verticillatimundata</i>	4	<b>Estuário do Sado</b> <b>Comporta /Galé</b> <b>Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira</b> <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>
1731	<i>Verbascum litigiosum</i>	4	<b>Sintra /Cascais</b> <b>Costa Sudoeste</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas <b>Peniche /Santa Cruz</b>
1573	<i>Euphorbia transtagana</i>	5	<b>Arrábida /Espichel</b> Costa Sudoeste Cabeção <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira
1877	<i>Juncus valvatus</i>	5	<b>Sintra /Cascais</b> Arrábida /Espichel Serras de Aire e Candeeiros <b>Sicó /Alvaiázere</b> Serra de Montejunto
1669	<i>Myosotis lusitanica</i>	5	<b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> Cabrela <b>Comporta /Galé</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1865	<i>Narcissus asturiensis</i>	5	Montesinho /Nogueira Alvão /Marão <b>Serra da Estrela</b> Serra de Montemuro <b>Complexo do Açor</b>
1695	<i>Thymus camphoratus*</i>	5	Arrábida /Espichel Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> <b>Comporta /Galé</b> <b>Ria de Alvor</b>
1644	<i>Armeria rouyana*</i>	6	Arrábida /Espichel <b>Estuário do Sado</b>

## Relatório

			Costa Sudoeste Cabrela <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira
1888	<i>Festuca duriotagana</i>	6	<b>Rios Sabor e Mações</b> <b>Douro Internacional</b> Caia <b>Guadiana /Juromenha</b> Cabrela Guadiana
1639	<i>Limonium lanceolatum</i>	6	Arrábida /Espichel <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste Ria Formosa /Castro Marim Comporta /Galé <b>Ria de Alvor</b>
1681	<i>Thymus carnosus</i>	6	Arrábida /Espichel <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Ria Formosa /Castro Marim</b> <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira
1733	<i>Veronica micrantha</i>	6	Peneda /Gerês <b>Montesinho /Nogueira</b> <b>Alvão /Marão</b> Serra da Estrela Rios Sabor e Mações <b>Complexo do Açor</b>
1793	<i>Centaurea micrantha</i> subsp. <i>herminii</i>	7	Peneda /Gerês Alvão /Marão Malcata <b>Serra da Estrela</b> Serra de Arga Serras da Freita e Arada Rio Paiva
1891	<i>Festuca summilusitana</i>	7	<b>Peneda /Gerês</b> Montesinho /Nogueira Alvão /Marão <b>Serra da Estrela</b> Corno do Bico Serras da Freita e Arada <b>Complexo do Açor</b>
1462	<i>Herniaria maritima</i>	7	Sintra /Cascais Arrábida /Espichel Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira <b>Peniche /Santa Cruz</b>



## Relatório

1487	<i>Jonopsidium acaule*</i>	7	<b>Sintra /Cascais</b> Arrábida /Espichel <b>Estuário do Sado</b> Costa Sudoeste <b>Comporta /Galé</b> Fernão Ferro /Lagoa de Albufeira Peniche /Santa Cruz
1863	<i>Narcissus calcicola</i>	7	Arrábida /Espichel Costa Sudoeste <b>Serras de Aire e Candeeiros</b> Sicó /Alvaiázere Serra de Montejunto <b>Barrocal</b> Cerro da Cabeça
1457	<i>Silene longicilia</i>	7	<b>Sintra /Cascais</b> Arrábida /Espichel <b>Serras de Aire e Candeeiros</b> Sicó /Alvaiázere <b>Serra de Montejunto</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Peniche /Santa Cruz
1885	<i>Festuca elegans</i>	11	<b>Peneda /Gerês</b> <b>Montesinho /Nogueira</b> Alvão /Marão <b>Serra da Estrela</b> Rios Sabor e Maçãs Douro Internacional Morais Serra de Montemuro Serra da Gardunha Corno do Bico Complexo do Açor
1434	<i>Salix salvifolia</i> subsp. <i>australis</i>	12	São Mamede Costa Sudoeste <b>Caia</b> Monfurado <b>Guadiana /Juromenha</b> Cabrela Comporta /Galé <b>Guadiana</b> Monchique Barrocal Moura /Barrancos Caldeirão
1637	<i>Armeria neglecta</i>	0	
1543	<i>Astragalus algarbiensis</i>	0	
1860	<i>Narcissus fernandesii</i>	0	

## Relatório

Quadro 11 - Espécies da Fauna (anexo II da Directiva 92/43/CEE) e Sítios onde ocorrem

Espécie de Fauna		Sítios em que ocorre (Sítio relevante a negrito)	
Código	Designação	Número de Sítios	Nome do Sítio
1044	<i>Coenagrion mercuriale</i>	1	<b>Guadiana</b>
1249	<i>Lacerta monticola</i>	1	<b>Serra da Estrela</b>
1099	<i>Lampetra fluviatilis</i>	1	<b>Estuário do Tejo</b>
1351	<i>Phocoena phocoena</i>	1	<b>Arrábida/Espichel</b>
1092	<i>Austropotamobius pallipes</i> <sup>1</sup>	2	Rios Sabor e Mações Morais
1088	<i>Cerambyx cerdo</i>	2	Peneda/Gerês Serra da Estrela
1024	<i>Geomalacus maculosus</i>	2	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Serra da Estrela</b>
	<i>Lampetra sp</i>	2	<b>Estuário do Sado</b>  Cabeção
1349	<i>Tursiops truncatus</i>	2	<b>Arrábida/Espichel</b> <b>Estuário do Sado</b>
1029	<i>Margaritifera margaritifera</i>	3	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Rio Paiva</b>
1133	<i>Anaocypris hispanica</i>	4	<b>S.Mamede</b> <b>Guadiana</b> <b>Moura / Barrancos</b> <b>Caldeirão</b>
1142	<i>Barbus comiza</i>	4	<b>S.Mamede</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> <b>Guadiana</b> <b>Moura / Barrancos</b>
1096	<i>Lampetra planeri</i>	4	<b>Barrinha de Esmoriz</b> <b>Rio Vouga</b> <b>Sicó/Alvaiázere</b> <b>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</b>

<sup>1</sup> Com objectivos de conservação orientados para a recuperação/reintrodução da espécie.

## Relatório

1106	<i>Salmo salar</i>	4	Litoral Norte
			<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			<b>Serra de Arga</b>
1323	<i>Myotis bechsteini</i>	5	S.Mamede
			Serras de Aire e Candeeiros
			Monfurado
			Serra de Montejunto
1041	<i>Oxygastra curtisii</i>	5	Complexo do Açor
			<b>Alvão/Marão</b>
			<b>Serra da Estrela</b>
			<b>Guadiana</b>
1078	<i>*Callimorpha quadripunctaria</i>	6	Serra de Arga
			Rio Paiva
			<b>Peneda/Gerês</b>
			Montesinho/Nogueira
1032	<i>Unio crassus</i>	8	<b>Arrábida/Espichel</b>
			<b>Serra da Estrela</b>
			Serra de Montemuro
			Monchique
1102	<i>Alosa alosa</i>	8	Montesinho/Nogueira
			Malcata
			<b>S.Mamede</b>
			<b>Rios Sabor e Maçãs</b>
1095	<i>Petromyzon marinus</i>	8	<b>Douro Internacional</b>
			Rio Vouga
			<b>Guadiana</b>
			<b>Moura / Barrancos</b>
1102	<i>Alosa alosa</i>	8	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
			<b>Rio Minho</b>
1095	<i>Petromyzon marinus</i>	8	<b>Rio Lima</b>
			<b>Rio Vouga</b>
			<b>Guadiana</b>
			Serra de Arga
1095	<i>Petromyzon marinus</i>	8	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
			<b>Rio Minho</b>
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
			<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>
			<b>Rio Lima</b>
			Rio Vouga
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Guadiana</b>
			Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Estuário do Tejo</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	9	<b>Rio Minho</b>

## Relatório

			Arrábida/Espichel Estuário do Sado Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Monfurado Complexo do Açor
1362	<i>*Lynx pardinus</i> <sup>1</sup>	9	<b>Malcata</b> S.Mamede Cabrela Monfurado Guadiana Monchique Nisa/Lage da Prata <b>Moura / Barrancos</b> Caldeirão
1321	<i>Myotis emarginatus</i>	9	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão S.Mamede Serra da Estrela <b>Serras de Aire e Candeeiros</b> Douro Internacional Sicó/Alvaiázere Complexo do Açor
1125	<i>Rutilus lemmingii</i>	9	<b>Malcata</b> <b>S.Mamede</b> <b>Caia</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> <b>Guadiana</b> <b>Ribeira da Quarteira</b> <b>Barrocal</b> <b>Moura / Barrancos</b> <b>Caldeirão</b>
1127	<i>Rutilus arcasii</i>	10	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/ Marão</b> <b>Rio Minho</b> <b>Rio Lima</b> <b>Rios Sabor e Maçãs</b> <b>Douro Internacional</b> Morais Valongo Romeu

<sup>1</sup> Com objectivos de conservação orientados para a recuperação/reintrodução da espécie.

## Relatório

1103	<i>Alosa fallax</i>	10	<b>Estuário do Tejo</b>
			<b>Estuário do Sado</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			Ria Formosa/Castro Marim
			Litoral Norte
			Rio Minho
			Rio Lima
			Rio Vouga
			<b>Guadiana</b>
			Serra de Arga
1220	<i>Emys orbicularis</i>	10	Peneda/Gerês
			Montesinho/Nogueira
			S.Mamede
			Estuário do Tejo
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Ria Formosa/Castro Marim</b>
			Rios Sabor e Mações
			<b>Douro Internacional</b>
			<b>Guadiana</b>
			<b>Moura / Barrancos</b>
1083	<i>Lucanus cervus</i>	11	Peneda/Gerês
			<b>Alvão/Marão</b>
			Montesinho/Nogueira
			Paul de Arzila
			<b>Serra da Estrela</b>
			Cambarinho
			Serra de Montemuro
			Serras da Freita e Arada
			Complexo do Açor
			Rio Paiva
1338	<i>Microtus cabreræ</i>	11	Serra da Lousã
			Malcata
			<b>S.Mamede</b>
			Estuário do Tejo
			<b>Estuário do Sado</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Douro Internacional</b>
			<b>Cabeção</b>
			<b>Caia</b>
			<b>Monfurado</b>
1128	<i>Chondrostoma lusitanicum</i>	12	<b>Cabrela</b>
			<b>Monchique</b>
			<b>Comporta/Galé</b>
			<b>Sintra /Cascais</b>
			<b>Costa Sudoeste</b>
			<b>Serras de Aire e Candeeiros</b>
			<b>Monfurado</b>
			<b>Cabrela</b>
			<b>Comporta/Galé</b>
			<b>Monchique</b>
1128	<i>Chondrostoma lusitanicum</i>	12	Nisa/Lage da Prata
			Serra de Montejunto

## Relatório

			<b>Arade / Odelouca</b> <b>Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira</b> <b>Caldeirão</b>
1305	<i>Rhinolophus euryale</i>	13	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira S.Mamede Sintra /Cascais Arrábida/Espichel Serra da Estrela <b>Serras de Aire e Candeeiros</b> Douro Internacional Monfurado <b>Minas de Santo Adrião</b> Sicó/Alvaiázere Serra de Montejunto <b>Moura / Barrancos</b>
1307	<i>Myotis blythii</i>	14	Montesinho/Nogueira <b>Alvão/ Marão</b> S.Mamede Costa Sudoeste Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Douro Internacional Monchique <b>Minas de Santo Adrião</b> Sicó/Alvaiázere Serra de Montejunto <b>Barrocal</b> Arade / Odelouca Moura / Barrancos
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	14	<b>Paul de Arzila</b> Sintra /Cascais Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Valongo Rio Vouga Carregal do Sal Sicó/Alvaiázere Azabuxo/Leiria Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Peniche/ Santa Cruz Rio Paiva Serra da Lousã
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	16	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/ Marão</b> <b>Serra da Estrela</b> <b>Rio Minho</b> <b>Rio Lima</b> <b>Rios Sabor e Maços</b>

## Relatório

			Morais Valongo <b>Serra de Montemuro</b> Carregal do Sal <b>Serra de Arga</b> <b>Corno do Bico</b> Romeu <b>Serras da Freita e Arada</b> <b>Rio Paiva</b>
1302	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	16	<b>S.Mamede</b> Arrábida/Espichel <b>Costa Sudoeste</b> Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros <b>Monfurado</b> Guadiana/Juromenha Guadiana Minas de Santo Adrião Sicó/Alvaiázere Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto <b>Barrocal</b> Cerro da Cabeça <b>Arade / Odelouca</b> <b>Moura / Barrancos</b>
1352	<i>*Canis lupus</i>	17	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/ Marão</b> <b>Malcata</b> Rio Minho Rio Lima <b>Rios Sabor e Maçãs</b> <b>Douro Internacional</b> <b>Morais</b> <b>Serra de Montemuro</b> <b>Serra de Arga</b> <b>Corno do Bico</b> Samil <b>Minas de Santo Adrião</b> <b>Romeu</b> <b>Serras da Freita e Arada</b> <b>Rio Paiva</b>
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	18	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Alvão/ Marão</b> <b>Serra da Estrela</b> Cambarinho Rio Minho Rio Lima <b>Valongo</b> <b>Serra de Montemuro</b> <b>Rio Vouga</b> <b>Carregal do Sal</b> Serra da Gardunha

## Relatório

			Serra de Arga Corno do Bico Sicó/Alvaiázere <b>Serras da Freita e Arada</b> <b>Complexo do Açor</b> Rio Paiva <b>Serra da Lousã</b>
1324	<i>Myotis myotis</i>	19	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais Arrábida/Espichel <b>Costa Sudoeste</b> Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros <b>Douro Internacional</b> <b>Monfurado</b> <b>Guadiana/Juromenha</b> Guadiana <b>Minas de Santo Adrião</b> <b>Sicó/Alvaiázere</b> Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Barrocal <b>Moura / Barrancos</b>
1065	<i>Euphydrys aurinia</i>	20	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira <b>Alvão/ Marão</b> <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Ria Formosa/Castro Marim Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Litoral Norte Rio Minho Serra de Montemuro Serra da Gardunha Monfurado Monchique Serra de Montejunto Barrocal Arade / Odelouca Caldeirão
1310	<i>Miniopterus schreibersi</i>	20	Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais <b>Arrábida/Espichel</b> <b>Costa Sudoeste</b> Serra da Estrela



## Relatório

			<b>Serras de Aire e Candeeiros</b> <b>Douro Internacional</b> Valongo Monfurado Guadiana/Juromenha Guadiana Monchique <b>Minas de Santo Adrião</b> <b>Sicó/Alvaiázere</b> <b>Serra de Montejunto</b> <b>Barrocal</b> Arade / Odelouca <b>Moura / Barrancos</b>
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	23	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira <b>Alvão/ Marão</b> Malcata <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais Arrábida/Espichel Costa Sudoeste Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros <b>Douro Internacional</b> Valongo Caia Monfurado Guadiana/Juromenha Guadiana Monchique Minas de Santo Adrião <b>Sicó/Alvaiázere</b> Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Barrocal <b>Moura / Barrancos</b>
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	25	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão Malcata <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais Arrábida/Espichel <b>Costa Sudoeste</b> Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros <b>Douro Internacional</b> Cabeção Monfurado Cabrela Guadiana Monchique Minas de Santo Adrião Sicó/Alvaiázere

## Relatório

			Serras da Freita e Arada Serra de Montejunto Barrocal Cerro da Cabeça Complexo do Açor <b>Arade / Odelouca</b> <b>Moura / Barrancos</b>
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	26	Monteseinho/Nogueira Alvão/ Marão Malcata S.Mamede Rios Sabor e Mações Douro Internacional Morais Valongo Serra de Montemuro Rio Vouga Serra da Gardunha Cabeção Caia Monfurado Guadiana/Juromenha Cabrela Guadiana Ribeira da Quarteira Minas de Santo Adrião Romeu Nisa/Lage da Prata Sicó/Alvaiázere Moura / Barrancos Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira Caldeirão Serra da Lousã
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	28	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Monteseinho/Nogueira</b> <b>Alvão/ Marão</b> Malcata <b>Paul de Arzila</b> <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais <b>Costa Sudoeste</b> <b>Serra da Estrela</b> Cambarinho Litoral Norte Rio Minho Rio Lima Valongo <b>Serra de Montemuro</b> Rio Vouga Carregal do Sal <b>Serra da Gardunha</b> <b>Monchique</b> Serra de Arga Corno do Bico

## Relatório

			Sicó/Alvaiázere Azabuxo/Leiria <b>Serras da Freita e Arada</b> <b>Complexo do Açor</b> Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas <b>Rio Paiva</b> <b>Serra da Lousã</b>
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	35	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão Malcata <b>Paul de Arzila</b> <b>S.Mamede</b> Estuário do Tejo Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Litoral Norte Rio Minho Rio Lima Rios Sabor e Mações Douro Internacional Morais Valongo Serra de Montemuro Rio Vouga Carregal do Sal Cabeção Caia Monfurado Guadiana/Juromenha Cabrela <b>Guadiana</b> Serra de Arga Corno do Bico Romeu Nisa/Lage da Prata Sicó/Alvaiázere Azabuxo/Leiria Serras da Freita e Arada <b>Moura / Barrancos</b> Rio Paiva Serra da Lousã
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	37	Peneda/Gerês Montesinho/Nogueira Alvão/ Marão Malcata Paul de Arzila S.Mamede Sintra /Cascais Estuário do Tejo Arrábida/Espichel Estuário do Sado <b>Costa Sudoeste</b> Ria Formosa/Castro Marim

## Relatório

			Serra da Estrela Serras de Aire e Candeeiros Rio Minho Rios Sabor e Mações Douro Internacional Morais Cabeção Caia Monfurado Guadiana/Juromenha Cabrela <b>Guadiana</b> Monchique Ribeira da Quarteira Romeu Nisa/Lage da Prata Sicó/Alvaiázere Serra de Montejunto Barrocal Arade / Odelouca <b>Moura / Barrancos</b> Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas Caldeirão Ria de Alvor
1355	<i>Lutra lutra</i>	55	<b>Peneda/Gerês</b> <b>Montesinho/Nogueira</b> <b>Alvão/ Marão</b> <b>Malcata</b> <b>Paul de Arzila</b> <b>S.Mamede</b> Sintra /Cascais <b>Estuário do Tejo</b> Arrábida/Espichel <b>Estuário do Sado</b> <b>Costa Sudoeste</b> Ria Formosa/Castro Marim <b>Serra da Estrela</b> Serras de Aire e Candeeiros Litoral Norte <b>Rio Minho</b> Rio Lima <b>Rios Sabor e Mações</b> <b>Douro Internacional</b> Morais Valongo Serra de Montemuro <b>Rio Vouga</b> Carregal do Sal Serra da Gardunha Cabeção <b>Caia</b> Monfurado <b>Guadiana/Juromenha</b> Cabrela Comporta/Galé

## Relatório

		Alvito/Cuba
		<b>Guadiana</b>
		<b>Monchique</b>
		Ribeira da Quarteira
		Serra de Arga
		Corno do Bico
		Minas de Santo Adrião
		Romeu
		Nisa/Lage da Prata
		Sicó/Alvaiázere
		Azabuxo/Leiria
		Serras da Freita e Arada
		Serra de Montejunto
		<b>Barrocal</b>
		Complexo do Açor
		Arade / Odelouca
		<b>Moura / Barrancos</b>
		Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira
		Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas
		Peniche / Santa Cruz
		<b>Caldeirão</b>
		Ria de Alvor
		<b>Rio Paiva</b>
		Serra da Lousã

## Relatório

Quadro 12 - Espécies-alvo ( avifauna ) nas Zonas de Protecção Especial

ZPE		Espécie	
Código	Nome	Código	Designação
PTCON0002	MONTESINHO/ NOGUEIRA	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A082	<i>Circus cyaneus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A338	<i>Lanius collurio</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0001	ESTUÁRIOS DOS RIOS MINHO E COURA	A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0002	SERRA DO GERÊS	A082	<i>Circus cyaneus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
		A338	<i>Lanius collurio</i>
		A072	<i>Pernis apivorus</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A346	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>
		A153	<i>Gallinago gallinago</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0004	RIA DE AVEIRO	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A094	<i>Pandion haliaetus</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>

## Relatório

		A065	<i>Melanitta nigra</i>
		A137	<i>Charadrius hiaticula</i>
		A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>
		A466	<i>Calidris alpina</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0005	PAUL DE ARZILA	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A023	<i>Nycticorax nycticorax</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0006	PAUL DA MADRIZ	A073	<i>Milvus migrans</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A023	<i>Nycticorax nycticorax</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0007	SERRA DA MALCATA	A073	<i>Milvus migrans</i>
		A079	<i>Aegypius monachus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A082	<i>Circus cyaneus</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A078	<i>Gyps fulvus</i>

## Relatório

		A072	<i>Pernis apivorus</i>
		A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>
		A278	<i>Oenanthe hispanica</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0008	PAUL DO BOQUILOBO	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A023	<i>Nycticorax nycticorax</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A024	<i>Ardeola ralloides</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A196	<i>Chlidonias hybridus</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0009	ILHAS BERLENGAS	A010	<i>Calonectris diomedea</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
		A390	<i>Oceanodroma castro</i>
		A419	<i>Uria aalge</i>
PTZPE0010	ESTUÁRIO DO TEJO	A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A035	<i>Phoenicopiterus ruber</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A082	<i>Circus cyaneus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A094	<i>Pandion haliaetus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>
		A135	<i>Glareola pratincola</i>
		A149	<i>Calidris alpina</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>
		A196	<i>Chlidonias hybridus</i>
		A222	<i>Asio flammeus</i>
		A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A043	<i>Anser anser</i>
		A050	<i>Anas penelope</i>
		A052	<i>Anas crecca</i>
		A141	<i>Pluvialis squatarola</i>
		A156	<i>Limosa limosa</i>



## Relatório

		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>
		A017	<i>Phalacrocorax carbo</i>
		A213	<i>Tyto alba</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0011	ESTUÁRIO DO SADO	A035	<i>Phoenicopterus ruber</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A094	<i>Pandion haliaetus</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>
		A017	<i>Phalacrocorax carbo</i>
		A069	<i>Mergus serrator</i>
		A137	<i>Charadrius hiaticula</i>
		A149	<i>Calidris alpina</i>
		A156	<i>Limosa limosa</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
		A222	<i>Asio flammeus</i>
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0012	AÇUDE DA MURTA	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A025	<i>Bubulcus ibis</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0013	LAGOA DE SANTO ANDRÉ	A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A035	<i>Phoenicopterus ruber</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
		A058	<i>Netta rufina</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas

## Relatório

PTZPE0014	LAGOA DA SANCHÁ	A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0015	COSTA SUDOESTE	A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A080	<i>Circus gallicus</i>
		A094	<i>Pandion haliaetus</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A133	<i>Burhinus oedicephalus</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A346	<i>Pyrhocorax pyrrhocorax</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A206	<i>Columba livia</i>
			Aves migradoras planadoras
			Aves marinhas migradoras
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0016	LEIXÃO DA GAIVOTA	A026	<i>Egretta garzetta</i>
PTZPE0017	RIA FORMOSA	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>
		A133	<i>Burhinus oedicephalus</i>
		A135	<i>Glareola pratincola</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>
		A050	<i>Anas penelope</i>
		A149	<i>Calidris alpina</i>
		A137	<i>Charadrius hiaticula</i>
		A141	<i>Pluvialis squatarola</i>
		A157	<i>Limosa lapponica</i>
		A169	<i>Arenaria interpres</i>
		A035	<i>Phoenicopus ruber</i>
		A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0018	SAPAI DE CASTRO MARIM	A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A035	<i>Phoenicopus ruber</i>

## Relatório

		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A132	<i>Recurvirostra avosetta</i>
		A133	<i>Burhinus oedicephalus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A195	<i>Sterna albifrons</i>
		A135	<i>Glareola pratincola</i>
		A138	<i>Charadrius alexandrinus</i>
		A181	<i>Larus audouinii</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0037	RIOS SABOR E MAÇÃS	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A077	<i>Neophron percnopterus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
		A279	<i>Oenanthe leucura</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A078	<i>Gyps fulvus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0038	DOURO INTERNACIONAL E VALE DO RIO ÁGUEDA	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A077	<i>Neophron percnopterus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A078	<i>Gyps fulvus</i>
		A103	<i>Falco peregrinus</i>
		A133	<i>Burhinus oedicephalus</i>
		A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
		A279	<i>Oenanthe leucura</i>

## Relatório

		A346	<i>Pyrhocorax pyrrhocorax</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0039	VALE DO CÔA	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A077	<i>Neophron percnopterus</i>
		A078	<i>Gyps fulvus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A255	<i>Anthus campestris</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
		A279	<i>Oenanthe leucura</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A133	<i>Burhinus oedicephalus</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0040	PAUL DO TAIPAL	A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A023	<i>Nycticorax nycticorax</i>
		A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A034	<i>Platalea leucorodia</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A081	<i>Circus aeruginosus</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A131	<i>Himantopus himantopus</i>
		A229	<i>Alcedo atthis</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0042	TEJO INTERNACIONAL, ERGES E PONSUL	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A073	<i>Milvus migrans</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A077	<i>Neophron percnopterus</i>
		A078	<i>Gyps fulvus</i>
		A079	<i>Aegypius monachus</i>

## Relatório

		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A405	<i>Aquila adalberti</i>
		A205	<i>Pterocles alchata</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A279	<i>Oenanthe leucura</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0043	CAMPO MAIOR	A084	<i>Circus pygargus</i>
		A095	<i>Falco naumanni</i>
		A127	<i>Grus grus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A129	<i>Otis tarda</i>
		A133	<i>Burhinus oediconemus</i>
		A231	<i>Coracias garrulus</i>
		A420	<i>Pterocles orientalis</i>
PTZPE0045	MOURÃO/MOURA/ BARRANCOS	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A074	<i>Milvus milvus</i>
		A079	<i>Aegypius monachus</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A127	<i>Grus grus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A129	<i>Otis tarda</i>
		A133	<i>Burhinus oediconemus</i>
		A135	<i>Glareola pratincola</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A279	<i>Oenanthe leucura</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A405	<i>Aquila adalberti</i>
		A420	<i>Pterocles orientalis</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0046	CASTRO VERDE	A074	<i>Milvus milvus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A095	<i>Falco naumanni</i>
		A127	<i>Grus grus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A129	<i>Otis tarda</i>
		A133	<i>Burhinus oediconemus</i>
		A135	<i>Glareola pratincola</i>

## Relatório

		A231	<i>Coracias garrulus</i>
		A242	<i>Melanocorypha calandra</i>
		A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A420	<i>Pterocles orientalis</i>
		A082	<i>Circus cyaneus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A405	<i>Aquila adalberti</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTZPE0047	VALE DO GUADIANA	A030	<i>Ciconia nigra</i>
		A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A077	<i>Neophron percnopterus</i>
		A079	<i>Aegypius monachus</i>
		A084	<i>Circus pygargus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A405	<i>Aquila adalberti</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A095	<i>Falco naumanni</i>
		A127	<i>Grus grus</i>
		A128	<i>Tetrax tetrax</i>
		A129	<i>Otis tarda</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A231	<i>Coracias garrulus</i>
		A399	<i>Elanus caeruleus</i>
		A420	<i>Pterocles orientalis</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0049	LAGOA PEQUENA	A026	<i>Egretta garzetta</i>
		A029	<i>Ardea purpurea</i>
		A022	<i>Ixobrychus minutus</i>
		A124	<i>Porphyrio porphyrio</i>
			Pass. migradores de caniçais e galerias ripícolas
PTZPE0050	CABO ESPICHEL	A103	<i>Falco peregrinus</i>
			Aves marinhas migradoras
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTCON0037	MONCHIQUE	A080	<i>Circaetus gallicus</i>
		A091	<i>Aquila chrysaetos</i>
		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques
PTCON0057	CALDEIRÃO	A031	<i>Ciconia ciconia</i>
		A080	<i>Circaetus gallicus</i>

## Relatório

		A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>
		A215	<i>Bubo bubo</i>
		A231	<i>Coracias garrulus</i>
		A245	<i>Galerida theklae</i>
		A246	<i>Lullula arborea</i>
			Passeriformes migradores de matos e bosques

## ANEXO III

## Critérios para a definição de espécies-alvo ( avifauna ) nas Zonas de Protecção Especial

As Zonas de Protecção Especial são criadas ao abrigo da Directiva Aves, de forma a garantir medidas de conservação especial respeitantes ao habitat das espécies mencionadas no anexo I da referida Directiva e das espécies migratórias de ocorrência regular no país e não referidas nesse anexo. Assim, essas áreas deverão ter uma gestão adequada que evite a poluição e deterioração dos habitats e onde sejam tomadas as medidas necessárias à preservação das aves.

Neste Plano Sectorial são apresentadas orientações de gestão para cada ZPE, que levam ao cumprimento do objectivo anterior. Essas orientações de gestão decorrem das ameaças e necessidades ecológicas de um conjunto de espécies consideradas como mais representativas de cada ZPE "Espécies-alvo " e que uma vez implementadas levarão à conservação não só dessas espécies, mas de todas as espécies de aves de conservação obrigatória nessa área.

Para determinar as "Espécies-alvo" foram utilizados como base os critérios definidos pela *BirdLife International* para identificação das Zonas Importantes para as Aves (IBA) no Continente Europeu. Esses critérios encontram-se resumidos na seguinte Tabela.

Áreas importantes ao nível global	
A1.Espécies ameaçadas ao nível global	O sítio suporta regularmente números significativos de uma espécie com estatuto de ameaça ao nível global
A2.Espécies com distribuição restrita	O sítio suporta ou é suposto suportar uma parte significativa da população de uma espécie com área de distribuição restrita, cujas distribuições de nidificação definem uma EBA (Área de Aves Endémicas) ou uma SA (Área Secundária)
A3.Espécies dependentes de um bioma	O sítio suporta ou é suposto suportar um conjunto significativo de espécies cujas áreas de distribuição se encontram confinadas maioritariamente ou inteiramente a um tipo de bioma
A4.Concentrações de aves	(i) O sítio suporta ou é suposto suportar, regularmente, mais do que 1% de uma população biogeográfica de uma espécie de ave aquática



## Relatório

	(ii) O sítio suporta ou é suposto suportar, regularmente, mais do que 1% de uma população global de espécie de ave marinha ou terrestre
	(iii) O sítio suporta ou é suposto suportar, regularmente, mais do que 20.000 aves aquáticas ou mais do que 10.000 casais de aves marinhas de uma ou mais espécies
	(iv) O sítio é conhecido, ou é supostamente, uma área <i>bottleneck</i> * na qual ocorrem pelo menos 20.000 cegonhas (Ciconiidae), aves de rapina (Accipitriformes e Falconiformes) ou grou (Gruidae) em passagem migratória, de primavera ou outono
<b>Áreas importantes ao nível europeu</b>	
<b>B1.</b> Concentrações de aves	(i) O sítio suporta, ou supostamente suporta, mais de 1% de uma via migratória ou de uma população distinta de uma espécie de ave aquática
	(ii) O sítio suporta, ou supostamente suporta, mais de 1% de uma população distinta de uma espécie de ave marinha
	(iii) O sítio suporta, ou supostamente suporta, mais de 1% de uma via migratória ou de uma população distinta de uma espécie gregária
	(iv) O sítio é uma área <i>bottleneck</i> * na qual ocorrem mais de 5.000 cegonhas ou mais de 3.000 aves de rapina ou grou em passagem migratória, de Primavera ou Outono
<b>B2.</b> Espécies com estatuto de conservação desfavorável na Europa	O sítio é um dos n mais importantes no país para uma espécie com estatuto de conservação desfavorável (SPEC 2, 3), e para a qual a protecção ao nível do sítio parece ser apropriada
<b>B3.</b> Espécies com estatuto de conservação favorável na Europa	O sítio é um dos n mais importantes no país para uma espécie com estatuto de conservação favorável (SPEC 4), e para a qual a protecção ao nível do sítio parece ser apropriada
<b>Áreas importantes ao nível da União Europeia</b>	
<b>C1.</b> Espécies ameaçadas ao nível global	O sítio suporta regularmente números significativos de uma espécie ameaçada ao nível global ou outras espécies com estatuto de ameaça

## Relatório

<b>C2.</b> Concentrações de uma espécie ameaçada ao nível da União Europeia	O sítio suporta regularmente mais do que 1% de uma via migratória ou de uma população na União Europeia de uma espécie ameaçada ao nível da União Europeia (incluída no anexo I e referida no Artigo 4.1. da Directiva Aves)
<b>C3.</b> Concentrações de espécies de aves migratórias não ameaçadas ao nível da União Europeia	O sítio suporta regularmente mais do que 1% de uma via migratória ou de uma população na União Europeia de uma espécie não ameaçada ao nível da União Europeia (referida no Artigo 4.2. e não incluída no anexo I da Directiva Aves)
<b>C4.</b> Espécies gregárias: grandes concentrações	O sítio suporta regularmente pelo menos 20.000 aves aquáticas migradoras e/ou 10.000 casais de aves marinhas, de uma ou mais espécies
<b>C5.</b> Espécies gregárias: áreas <i>bottleneck</i> *	O sítio é conhecido, ou é supostamente, uma área <i>bottleneck</i> * na qual ocorrem pelo menos 5.000 cegonhas (Ciconiidae), e/ou 3.000 aves de rapina (Accipitriformes e Falconiformes) e/ou 3.000 grou (Gruidae) em passagem migratória, de primavera ou outono
<b>C6.</b> Espécies ameaçadas ao nível da União Europeia	O sítio é um dos 5 mais importantes na região Europeia (região NUTS) em relação a uma espécie ou subespécie considerada como ameaçada pela União Europeia (incluída no anexo I da Directiva Aves)
<b>C7.</b> Outros critérios ornitológicos	O sítio foi designado como Zona de Protecção Especial (ZPE) ou seleccionado como candidato a ZPE com base em critérios ornitológicos

\* área *bottleneck*: corredor estreito por onde passa grande parte das populações de aves em migração, tomando assim um papel importante na conservação destas.

Contudo, algumas espécies por terem estatuto de conservação favorável a nível nacional e falta de representação na área, não são objecto de orientações de gestão específicas, pelo que foram retiradas da lista.

## ANEXO IV

### Listagem de Planos, Programas e Projectos sectoriais

#### A- Instrumentos de Gestão Territorial em vigor (com exclusão dos PMOT\*)

##### Planos de Bacia

- Cávado
- Lis
- Lima
- Ave
- Mondego
- Vouga
- Leça
- Mira
- Guadiana
- Minho
- Tejo
- Douro
- Ribeiras do Oeste
- Sado
- Ribeiras do Algarve

##### Planos de Ordenamento da Orla Costeira

- Caminha-Espinho
- Ovar-Marinha Grande
- Alcobaça-Mafra
- Sintra-Sado
- Sado-Sines
- Sines\_Burgau
- Burgau-Vilamoura

##### Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

- Régua e Carrapatelo
- Caniçada
- Montargil
- Apartadura
- Azibo
- Caia

**Relatório**

- Gameiro
- Póvoa e Meadas
- Touvedo e Alto Lindoso
- Cova do Viriato

**Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's)**

- Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA)
- Zona dos Mármore (PROZOM)
- Zona Envolvente do Douro (PROZED)
- Litoral Alentejano (PROTALI)
- Algarve

**B- Projectos de génese sectorial ou subsectorial, estratégicos ou estruturantes**

- Concessão Norte
- Estradas
- Rede Ferroviária Nacional

**C- Políticas, planos e programas sectoriais e subsectoriais**

- Nitratos de origem agrícola
- Extração de inertes no Domínio Hídrico
- Plano de Desenvolvimento Rural/RURIS (áreas de incidência das diferentes medidas):
- Regras gerais de aplicação do RURIS
- Regulamento da intervenção "Medidas Agro-ambientais"
- Regulamento da intervenção "Florestação de Terras Agrícolas"
- Regulamento da intervenção "Indemnizações Compensatórias"
- Caça - zonas de caça sujeitas a diferentes regimes cinegéticos
- Plano Nacional da Água
- Plano Rodoviário Nacional
- Plano da Rede Nacional de Plataformas Logísticas
- Regadio (Perímetros de Rega)
- Linhas de transporte de energia eléctrica - existentes e planeadas
- Macrozonagem Funcional dos Espaços Florestais

**D-Servidões, restrições e condicionantes**

- Perímetros e matas florestais nacionais (regime florestal total e parcial)
- Servidões de Gás Natural e de Gás de Petróleo Liquefeito e Produtos Refinados

**E-Infra-estruturas e áreas de jurisdição relevantes, implantadas e projectadas**

- Aeródromos, aeroportos, radiofaróis, equipamentos de telecomunicações

## Relatório

- Aeroportos
- Parques eólicos
- Área de jurisdição do IPTM \_ Delegação Sul
- Área de jurisdição do Porto de Viana do Castelo
- Cadastro de Concessões Mineiras 2001
- Albufeiras classificadas